

ESTUDO RELATIVO AO FOMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA LOCAL EM SOLOS DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL NO CONCELHO DE ALMADA



PATER

Mais
Território

CMA

CÂMARA
MUNICIPAL
DE ALMADA

FICHA TÉCNICA

Promotor : **MUNICÍPIO DE ALMADA**

Título : **‘Estudo Relativo ao Fomento da Atividade Agrícola Local em Solos da Estrutura Ecológica Municipal no Concelho de Almada’**

Data : **setembro de 2025**

COORDENAÇÃO GERAL DO ESTUDO

João Tiago Carapau (PATER)

EQUIPA TÉCNICA DO ESTUDO

Carlos Correia Dias (LODO)

Elsa Raposo (LODO)

Margot Figueiredo (PATER)

Mariana Machado (LODO)

ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Duarte d’Araújo Mata (DIACS)

André Garcia (DIACS)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 5

2. CARACTERIZAÇÃO E CAPACIDADE PRODUTIVA PROSPETIVA DOS SOLOS DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL 9

2.1 PRINCÍPIOS DE ABORDAGEM 10

2.2 CLASSES DE USO DO SOLO ATUAIS E PREVISTAS NO PDM..... 13

2.3 PRINCIPAIS ÁREAS DE PRODUÇÃO..... 17

2.4 PRINCIPAIS CULTURAS, PRODUTOS E MODOS DE PRODUÇÃO..... 24

2.5 CAPACIDADE PRODUTIVA POTENCIAL DOS SOLOS DA EEM 28

2.6 MAPEAMENTO PROSPETIVO DE OCUPAÇÃO DOS SOLOS DA EEM 43

3. AVALIAÇÃO DO POTENCIAL PRODUTIVO E COMERCIAL DOS SISTEMAS AGRÍCOLAS E AGROALIMENTARES LOCAIS 54

3.1 POTENCIAL PRODUTIVO AGRÍCOLA E AGROALIMENTAR 59

3.2 ESTRUTURAS COMERCIAIS ALIMENTARES 64

3.3 CIRCUITOS LONGOS, CURTOS E DIRETOS 75

3.4 FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO 90

4. VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS AGROECOLÓGICOS E ALIMENTARES	95
4.1 RECURSOS ENDÓGENOS PRIMORDIAIS: PAISAGEM, SERVIÇOS DE ECOSSISTEMAS, AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO.....	95
4.2 VALORIZAÇÃO TERRITORIAL DOS RECURSOS NATURAIS	99
4.3 CONSTRANGIMENTOS E BARREIRAS À VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS	107
 5. ATUAÇÃO MUNICIPAL NA VALORIZAÇÃO DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL	 113
5.1 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DE GOVERNANÇA MUNICIPAL	115
5.2 EIXOS PRIORITÁRIOS DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL	120
5.3 POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTO.....	124
5.4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	135
 6. BIBLIOGRAFIA	 137

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o relatório final do ‘Estudo Relativo ao Fomento da Atividade Agrícola Local em Solos da Estrutura Ecológica Municipal no Concelho de Almada’, desenvolvido para a CÂMARA MUNICIPAL DE ALMDA (CM ALMADA) pela PATER - marca registada e designação comercial da empresa MEGALOCI – Plataforma Empresarial e Território, Unipessoal, Lda. -, em parceria com a empresa LODO, entre janeiro e abril de 2025.

No quadro da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Almada em curso e tendo em conta a necessária salvaguarda e valorização das áreas agrícolas integrantes da Estrutura Ecológica Municipal (EMM) - por via da possibilidade de especificação de classes de espaço de solo rústico destinadas ao uso dominante agrícola -, mas também a possibilidade de incorporação de atividades agrícolas complementares em classes de espaço de proteção ecológica, julga-se relevante poder o Município avançar na preparação de instrumentos de planeamento e de mecanismos operacionais territoriais que permitam promover, a nível concelhio e para o exterior, as funções ecológicas, produtivas, sociais e culturais que a existência de atividades de cariz agrícola, florestal e agroalimentar representam no território de Almada.

Numa altura em que a Área Metropolitana de Lisboa (AML) definiu, através da sua ‘Estratégia para a Transição Alimentar’ expressa pela e na rede FOODLINK, a meta de que 15% do consumo alimentar da AML deverá ter origem na própria área metropolitana até 2030, o concelho de Almada apresenta uma composição heterógena de solos rústicos com vocação agrícola que importava identificar, analisar e avaliar de um ponto de vista agrícola, florestal e agroalimentar, avaliação esta associada aos vetores socioeconómicos, ambientais e culturais defendidos pela política pública autárquica, visando-se não só o estímulo, otimização e promoção da produção atual, mas igualmente a definição de novas oportunidades para produtos e serviços agroecológicos locais.

A comercialização e distribuição desses mesmos produtos deverá ter uma índole multicanal, privilegiando-se naturalmente os circuitos mais curtos e/ou diretos, mas complementando-se com uma presença multinível integrando a produção (explorações agrícolas e/ou florestais), a transformação (agroindústrias locais), a comercialização e distribuição (o mercado abastecedor e os mercados retalhistas municipais) e o consumo intermédio e final (restauração, hotelaria, munícipes e outros consumidores dentro e fora da AML).

O concelho de Almada, para além de um carácter urbano muito marcado pelos seus diversos aglomerados, regista um cariz periurbano e rústico assinalável, onde as áreas agrícolas se concentram fundamentalmente na frente atlântica da Costa de Caparica (nas denominadas ‘Terras da Costa e do Mar’) e nos solos de qualidade na frente ribeirinha do Tejo entre a Trafaria e o Pragal. Para além destas áreas expressivas com forte historial agrícola e vocação, verifica-se também a existência de solos rústicos da EEM ao longo de alguns dos principais vales, parte deles imbricados numa estrutura urbana em crescimento, tornando-se espaços cada vez mais fragmentados e sujeitos à pressão urbanística da envolvente, contexto que foi analisado e refletido propositivamente dentro da perspetiva de promoção de um modelo sustentável e integrador de fomento da atividade agrícola no concelho.

Com este estudo, a CM ALMADA visa, em primeira instância, a realização de um diagnóstico e análise prospetiva da capacidade produtiva dos solos EEM, a qual, a par da identificação dos principais sistemas produtivos e circuitos comerciais locais, permita determinar um conjunto de orientações estratégicas para o fomento produtivo agrícola e agroalimentar neste tipo de solos da EEM, para além dos serviços de ecossistemas, assente numa proposta de modelo de atuação institucional a nível autárquico, valorizador dos recursos endógenos agroecológicos e agroalimentares do concelho. Este trabalho pretende, assim, constituir-se como um documento estratégico e operacional que possa ser um suporte à tomada de decisão pelo Executivo e responsáveis técnicos municipais, informando os vários interessados das análises e conclusões apuradas neste âmbito e constituindo-se como um instrumento prático e interativo de consulta sobre o fomento da atividade produtiva em solo rústico.

O presente relatório é constituído por quatro (4) capítulos principais e dois (2) complementares, estruturados e articulados sequencialmente desde um momento inicial de caracterização e análise territorial dos contextos produtivos e comerciais locais; passando pelos elementos-chave de enquadramento à política pública de atuação sobre a paisagem, ecossistemas, agricultura e alimentação; até uma fase final de cariz mais estratégico e operacional, em termos de propostas de atuação futura da CM ALMADA no quadro da sua governança interna, eixos prioritários de intervenção e potenciais fontes de financiamento ligadas aos investimentos a concretizar neste domínio.

De acordo com a visão estratégica do Município de Almada e emanado das orientações resultantes do conteúdo contratual subjacente a este trabalho, e partindo de um trabalho técnico desenvolvido em estreita parceria – muito positiva – com os responsáveis e equipa técnica da CM ALMADA, pretende-se com este documento criar uma oportunidade institucional para contribuir positivamente para a visão e para as propostas das pessoas e entidades do concelho como agentes mobilizadores *in loco* do processo de desenvolvimento territorial, entendendo o urbano e rural como um todo de várias realidades que se intersectam e complementam para um mesmo fim: um município com bem-estar e qualidade de vida para os seus, mais próspero economicamente e ambientalmente sustentável no futuro.

A possibilidade de ‘alargamento’ e reforço do papel da autarquia neste domínio revela, desde logo, uma postura percursora da importância do sector primário nas políticas públicas de ordenamento do território, nomeadamente e considerando desde logo a própria história de Almada, como polo historicamente de importância relevante e notoriedade na produção agrícola, agroalimentar e de pescado da ‘Grande Lisboa’ e da ‘Península de Setúbal’ (hoje consolidadas na Área Metropolitana de Lisboa), aprovisionando e alimentando, antes e hoje, muita população desta região.

Contrariando aquilo que tem sido uma tendência - nefasta - de ausência ou afastamento de muitos municípios da intervenção sobre o seu solo rústico em termos de dinamização de atividades produtivas, a CM ALMADA demonstra com este trabalho um quadro de orientação diferenciador e valorizador desta realidade incontornável do concelho, criando deste modo, e também, uma ‘rótula’ de articulação entre os poderes e as políticas do espectro público (por exemplo, em termos de planeamento e ordenamento do território, mas também de investimento e financiamento) com os diferentes atores locais que produzem e geram riqueza nas atividades agrícolas, florestais e agroalimentares do concelho.

Sendo uma primeira abordagem estratégica consolidada neste âmbito (figura 1), à mesma e se assim a CM ALMADA o entender por bem, dever-se-á seguir uma fase subsequente da sua operacionalização institucional (no Município) e técnica (no terreno), aproveitando para dar seguimento à mobilização de vários e diferenciados atores económicos almadenses que de forma empenhada, partilhada e valorizadora aderiram – e muito bem - a esta iniciativa de trabalho conjunto de análise, reflexão e propostas de futuro para este território.

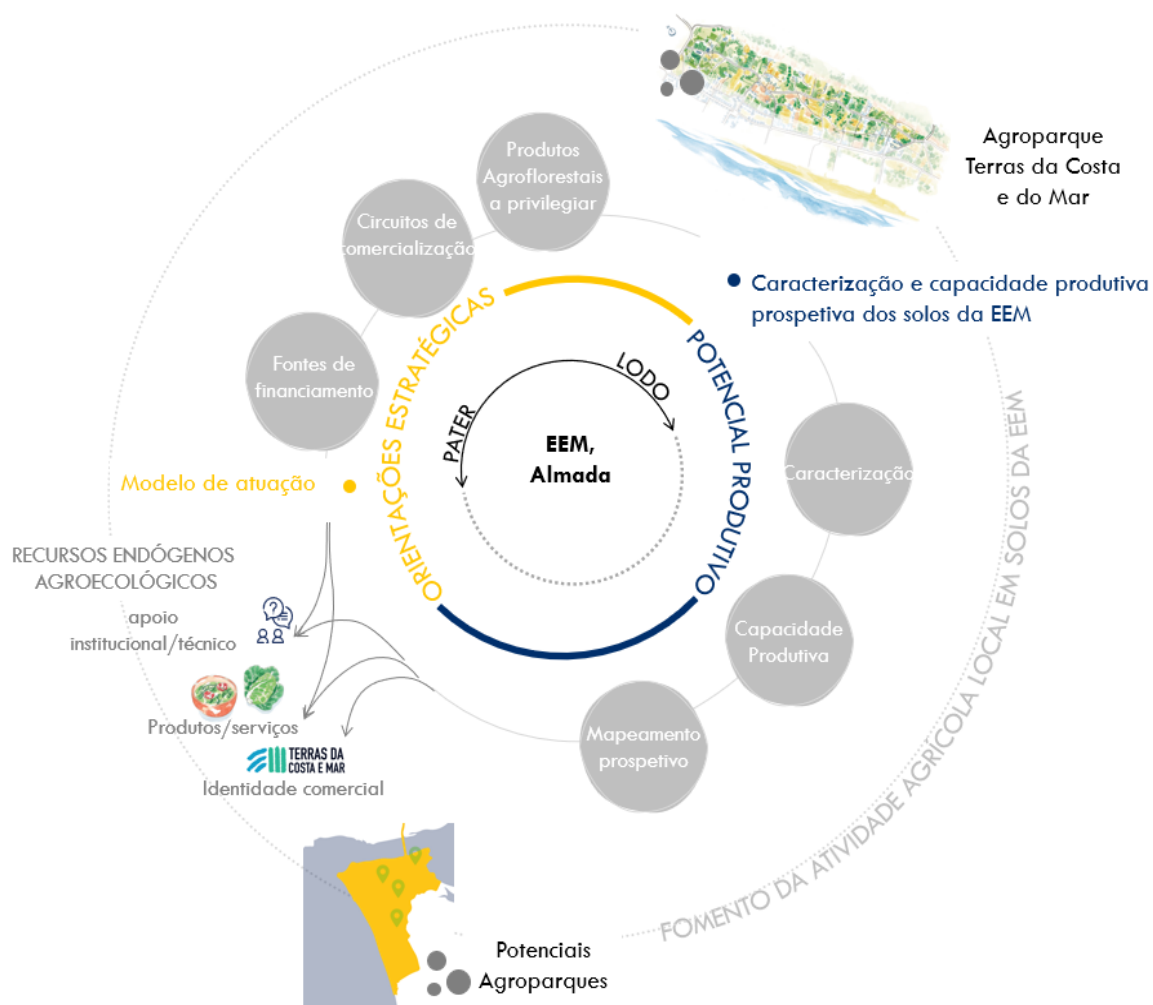


Figura 1 – Âmbito e dinâmica do processo de estudo

2. CARACTERIZAÇÃO E CAPACIDADE PRODUTIVA PROSPETIVA DOS SOLOS DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

O estudo desenvolve o processo de avaliação do potencial produtivo dos solos da EEM do Município de Almada, com o objetivo fomentar a atividade agrícola e agroalimentar e apurar a possível ‘replicação’ conceptual e operacional, ou parte desta(s), do exemplo territorial que é o Agroparque ‘Terras da Costa e do Mar’ (APTCM) - www.agroparqueterrasdacostaedomar.pt -, atualmente em curso de implementação no território do concelho.

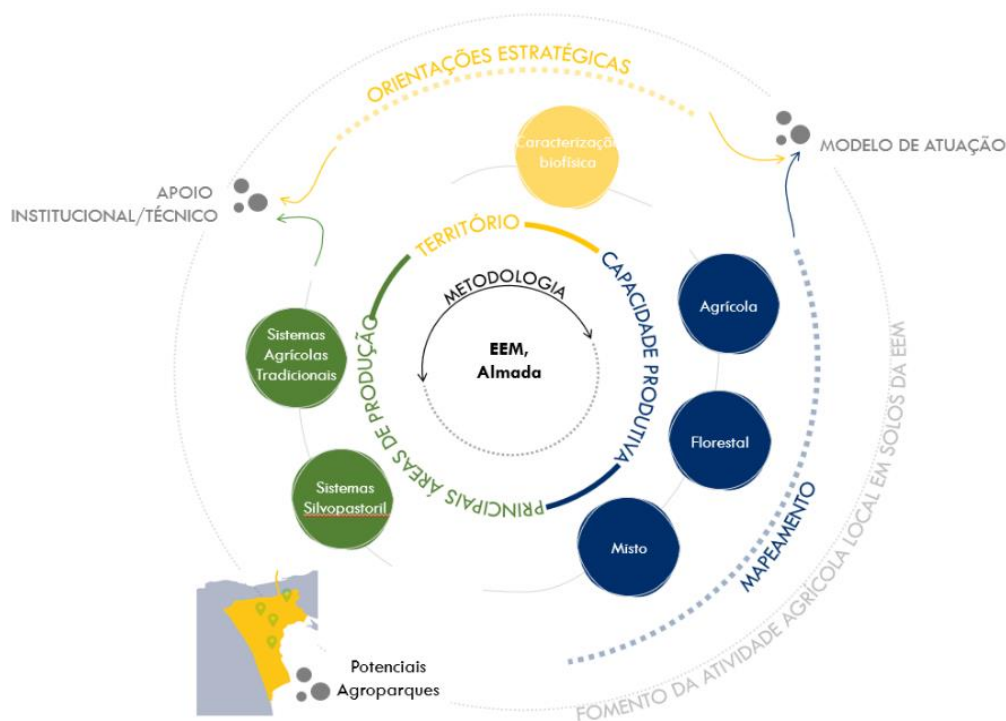


Figura 2 – Metodologia da caracterização e capacidade produtiva prospectiva dos solos da EEM

A análise e contextualização dos diferentes tipos de agricultura existentes no concelho e a caracterização das suas áreas, identificando as principais tipologias de produções e de explorações, foram acompanhadas de verificações no terreno, tendo em consideração quer o uso atual do solo e as classes de uso previstas no futuro PDM, quer a capacidade produtiva dos solos integrados na estrutura ecológica, em conjugação com as condições edafoclimáticas do território e as práticas culturais dos sistemas de produção identificados.

A metodologia adotada visou analisar os múltiplos fatores que compõem a realidade complexa deste território relativamente às áreas da EEM (figura 2), tornando-se necessário desagregar esses fatores para obter um conhecimento mais aprofundado e incisivo sobre o objeto de estudo. Contudo, é fundamental manter a compreensão de que os vários fatores deverão ser sempre interpretados como partes integrantes do sistema-território, reconhecendo a sua natureza dinâmica e ininterrupta, assim como a volatilidade e cariz autotransformador dos processos que, entretanto, vão-se concretizando e evoluindo no terreno, e nos quais a CM ALMADA, através do seu Departamento de Intervenção Ambiental, Clima e Sustentabilidade (DIACS) tem participado ativamente.

2.1 PRINCÍPIOS DE ABORDAGEM

A atividade agrícola, florestal e agroalimentar tende a adaptar-se às condições ecológicas e socioeconómicas que variam de lugar para lugar, sendo vários os fatores que interferem na sua prática:

- Relevo / altitude;
- Clima / temperatura / precipitação;
- Solos;
- Atitudes e comportamentos dos homens;
- Tecnologia disponível e equipamento utilizado;

- Grau de utilização do potencial produtivo dos terrenos;
- Estruturas fundiárias;
- Organização empresarial;
- Regime fundiário da propriedade.

Como ponto de partida, foi importante avaliar desde logo os objetivos enunciados à luz da realidade do concelho e concertar estratégias e critérios de abordagem.

Neste sentido, foram definidos os seguintes pressupostos que sustentaram o trabalho de caracterização e análise:

- a) As análises foram desenvolvidas com base em informação cartográfica e bibliográfica oficial e proveniente de fontes de referência reconhecida;
- b) A capacidade produtiva do solo foi avaliada com base em parâmetros de solos e morfologia do território, não considerando práticas de melhoramento ou modelação do terreno;
- c) As conclusões relativas à capacidade produtiva e ao potencial produtivo não dispensam uma análise mais específica e detalhada dos solos ao nível do terreno/folha onde a atividade produtiva se desenvolve, nomeadamente através de análise de perfil e composição do solo.

Esta fase inicial de análise obedeceu ainda aos seguintes critérios:

- a) As análises qualitativa e quantitativa foram feitas usando o detalhe compatível com a escala de trabalho e da cartografia de base;
- b) A classe superior à média foi definida pelas características que melhor se apresentam para a sobrevivência e desenvolvimento das produções/culturas tradicionais consideradas;

- c) A classe média foi definida pelas características mínimas para a sobrevivência e desenvolvimento das produções/culturas tradicionais consideradas;
- d) A classe inferior à média foi definida quando não se reconheceram as características mínimas para a sobrevivência e desenvolvimento das produções/culturas tradicionais consideradas;
- e) A integração dos solos foi feita tendo por unidade base a família, interpretada de acordo com as características que apresentam e que influenciam o desenvolvimento do subcoberto;
- f) As potencialidades agrícolas foram discriminadas segundo as diferentes famílias de solos;
- g) Na definição das famílias (unidade base da carta interpretativa) teve-se como critério o solo puro ou aquele com maior representatividade no complexo ou associação de solos;
- h) A fase delgada e pedregosa, em conjunto, representa uma valoração de menos um (-1), relativamente à classe de capacidade produtiva atribuída ao solo sem qualquer fase ou com qualquer fase simples;
- i) Na primeira abordagem, a morfologia foi analisada pelos declives das encostas segundo a sua adequação aos trabalhos da atividade, mobilização do terreno, sementeira/plantação, rega, colheita e recolha, sem pôr em causa a sustentabilidade do solo;
- j) Nesta fase, a análise à ocupação atual do solo foi elaborada no sentido de avaliar a adequação destes usos face ao potencial de capacidade produtiva do solo, ou à sua localização relativa;
- k) À ocupação do solo por albufeiras de barragens, charcas, lagos e lagoas interiores artificiais, oceano e praias, dunas e areais costeiros foi atribuída a classe zero (0); e,
- l) À ocupação do solo identificada por territórios artificializados, identificados no nível 1 da classificação, foi atribuída a classe zero (0).

2.2 CLASSES DE USO DO SOLO ATUAIS E PREVISTAS NO PDM

Para análise das classes de uso do solo atuais considerou-se a informação contida na ‘Carta de Ocupação do Solo’ (COS) de 2018¹, recorrendo-se ao primeiro nível de classificação na tabela de atributos para uma primeira análise dos grupos de ocupação do solo.

Para uma análise mais pormenorizada e para a avaliação da adequação das ocupações no âmbito do estudo, recorreu-se ao ‘nível 4’ de classificação na tabela de atributos, como unidade cartográfica de referência.

Nas manchas que representam complexos ou associações de solos, caracterizadas por uma a três unidades de solo acrescidas das respetivas percentagens, teve-se como critério aquele com maior representatividade ou ocupa maior área percentual, no complexo ou associação de solos.

Relativamente às classes de uso do solo previstas no PDM, considerou-se a informação disponibilizada pelo Município de Almada relativa ao processo de revisão do PDM em decurso.

ANÁLISE DO USO DO SOLO E CATEGORIAS PROPOSTAS NO PDM

A comparação entre a ocupação do solo referente ao ano de 2018 com as categorias de espaço propostas na revisão do PDM, relativamente às áreas afetas à EEM, apresenta as seguintes considerações (figura 3):

- As ‘Categorias de Espaço em Solo Urbano’ do PDM somam o total de 1.376 hectares, dos quais 17% estão ocupados com o uso florestal, 11% com agricultura, 7% com matos e, com menos de 1%, com espaços descontínuos com pouca vegetação e pastagens.

¹ COS2018-V1-PT170_Almada_cos.shp. A Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) para 2018, da Direção-Geral do Território (DGT), foi concluída no final de novembro de 2019 e está disponível através de serviços de visualização (WMS) e de descarregamento (ATOM), podendo ser acedida através dos seus metadados registados no ‘Sistema Nacional de Informação Geográfica’ (<https://snig.dgterritorio.gov.pt>).

- Os ‘Espaços Agrícolas’ somam um total de 725 hectares, sendo que cerca de 61% estão ocupados com agricultura. Em menor percentagem, 12% estão ocupados com o uso florestal, 12% com matos e 6% com pastagens. Conclui-se que esta área se encontra por ora subaproveitada em termos de capacidade potencial, sendo possível a sua expansão com o uso agrícola.

COS														
		Agricultura		Espaços descontínuos com pouca vegetação		Florestas		Matos		Pastagens		Territórios artificializados		
Categoria		ha	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
P D M	Espaços Agrícolas	725	443,4	61%	-	-	85,7	12%	85,2	12%	41,3	6%	69,5	10%
	Espaços Florestais	986	26,3	3%	8,1	0,8%	808,1	82%	64,7	7%	10,1	1%	68,5	7%
	Espaços Naturais e Paisagísticos	525	66,1	13%	145,4	28%	97,5	19%	89,1	17%	37,8	7%	76,7	15%
	Categorias de espaço em Solo Urbano	1.376	154,0	11%	16,6	1%	236,9	17%	94,3	7%	26,6	2%	836,2	61%

Figura 3 – Classes de uso do solo atuais e sobreposição com as categorias de espaço da EEM

- Os 'Espaços Florestais' somam um total de 963 hectares, sendo que atualmente 85% estão ocupados com uso florestal, ainda assim, apresentando um potencial de crescimento. Os matos têm uma ocupação de 6%, a agricultura de 2%, enquanto as pastagens e os espaços descontínuos com pouca vegetação têm uma ocupação inferior a 1%.

- Os 'Espaços Naturais e Paisagísticos' somam o total de 541 hectares, sendo que cerca de 27% estão ocupados com espaços descontínuos com pouca vegetação, 20% com culturas florestais, 12% com agricultura e, finalmente, 7% com pastagens.

Conclui-se que existe uma forte correspondência entre os usos atuais do solo e as categorias de espaço propostas na EEM, incluindo os espaços verdes urbanos com os territórios artificializados; comprovando a pertinência em compatibilizar os usos agrícolas, agroalimentares e naturais na manutenção de espaços livres para o necessário equilíbrio do solo urbano (figura 4).



Figura 4 – Interpretação / cruzamento da COS de 2018 com as categorias de espaço previstas na EEM

2.3 PRINCIPAIS ÁREAS DE PRODUÇÃO

As classes de uso do solo atuais verificadas para o concelho permitiram identificar as principais áreas de produção agrícola, florestal e agroalimentar, tendo estas sido confirmadas posteriormente com trabalho de campo realizado pela equipa técnica com o apoio da equipa de acompanhamento da CM ALMADA.

OCUPAÇÃO DO SOLO

Com base na informação da COS de 2018, nomeadamente no nível mais detalhado da caracterização da ocupação do solo existente em Almada - no qual é possível identificar os usos (os mais atualizados, face à informação disponível) em presença no território -, foi possível apurar as taxas de ocupação do solo expressas na figura seguinte (figura 5).

Complementarmente, observa-se que no concelho a ocupação agrícola representa cerca de 12% do total dos solos, principalmente praticada a norte e oeste e abrangendo as áreas da Caparica, Trafaria e Costa da Caparica; o restante de solo rústico é ocupado pelas pastagens com cerca de 3%, as florestas com 24% e os matos com 6%. Os territórios artificializados abrangem a maioria da área do Município, com aproximadamente 54% do total.

Na perspetiva do presente estudo, torna-se importante destacar a distribuição dispersa/disseminada destes espaços urbanos e das ocupações artificializadas e a forma como interferem com o solo rústico e a sua gestão territorial, visto que mais de 19% desta ocupação é classificada como tecido edificado descontínuo, o que ‘recorta’ o solo rústico num rendilhado por todo o território concelhio, colocando desafios de continuidade e otimização estrutural e funcional das atividades agrícolas e agroalimentares a promover (figura 6).

Legenda de Nível 1 (COS18N1_L)	Área/ha	%	Legenda de Nível 4 (COS18N1_L)	Área/ha	%
Agricultura	817	11,7	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	49,9	0,7
			Culturas temporárias de sequeiro e regadio	589,2	8,4
			Mosaicos culturais e parcelares complexos	589,2	8,4
			Olivais	14,1	0,2
			Pomares	11,3	0,2
Espaços descobertos ou com pouca vegetação	171	2,4	Praias, dunas e areais costeiros	164,4	2,4
			Rocha nua	6,5	0,1
Florestas	1.660	23,7	Florestas de azinheira	11,1	0,2
			Florestas de espécies invasoras	212,4	3,0
			Florestas de eucalipto	47,0	0,7
			Florestas de outras folhosas	55,9	0,8
			Florestas de pinheiro-bravo	555,1	7,9
			Florestas de pinheiro manso	773,3	11,1
			Florestas de sobreiro	5,4	0,1
Massas de água superficiais	17	0,2	Desembocaduras fluviais	6,1	0,1
			Lagos e lagoas interiores artificiais	1,1	0,02

Legenda de Nível 1 (COS18N1_L)	Área/ha	%	Legenda de Nível 4 (COS18N1_L)	Área/ha	%
Matos	413	5,9	Matos	413,5	5,9
Pastagens	146	2,1	Pastagens espontâneas	106,3	1,5
			Pastagens melhoradas	39,8	0,6
Zonas húmidas	2	0,03	Sapais	1,8	0,03
Territórios artificializados	3.773	53,9	Territórios artificializados	3.772,6	53,9

Figura 5 – Repartição das classes de uso do solo atuais no território do concelho

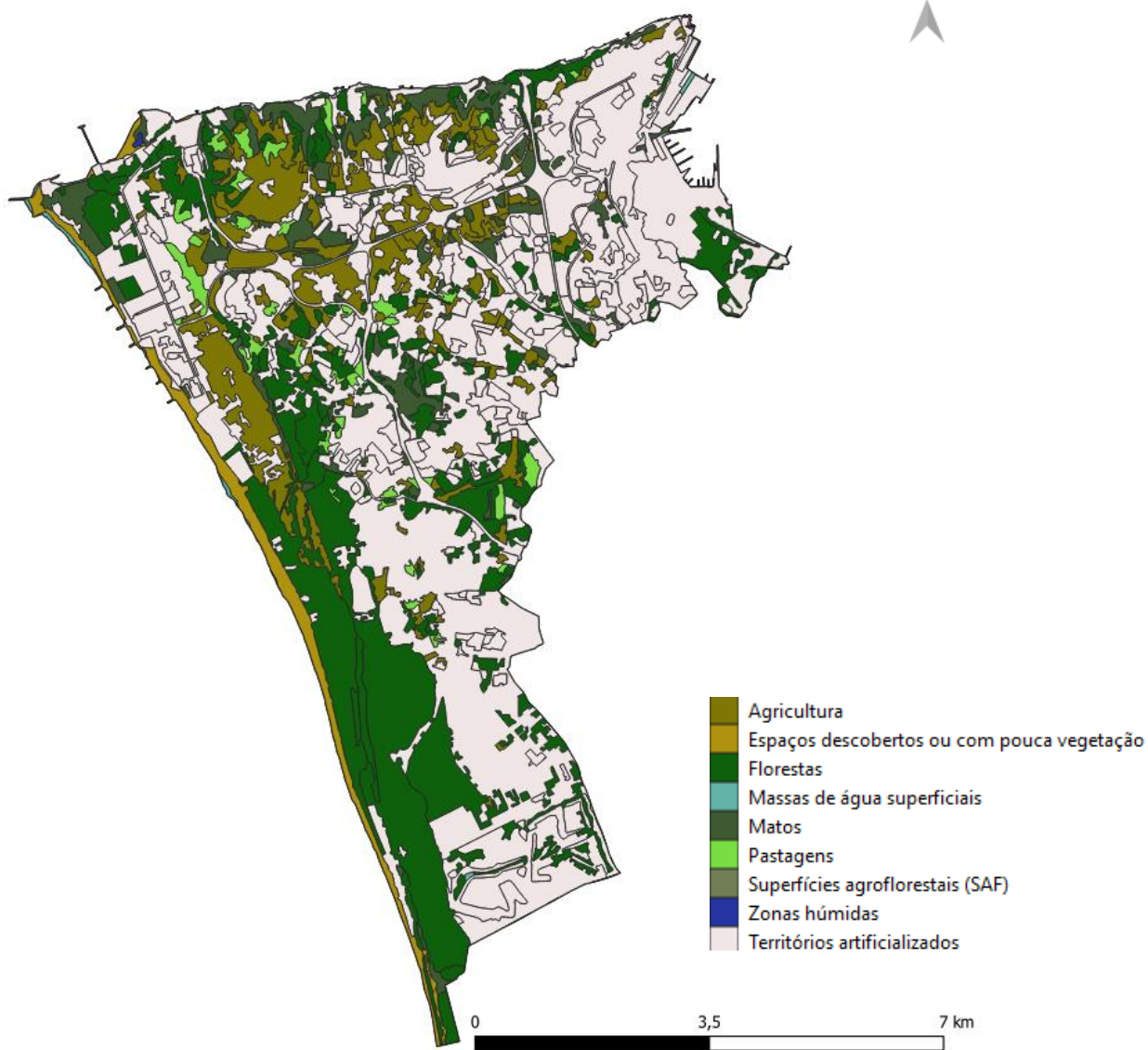


Figura 6 – Implantação das classes de uso do solo atuais no território do concelho

Legenda de Nível 1 (COS18N1_L)	Legenda de Nível 4 (COS18N1_L)	Área/ha	%
Agricultura	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	31,6	0,8
	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	539,9	13,9
	Mosaicos culturais e parcelares complexos	111,4	2,9
	Olivais	5,7	0,2
	Pomares	9,2	0,2
Espaços descobertos ou com pouca vegetação	Praias, dunas e areais costeiros	164,3	4,3
	Rocha nua	6,5	0,2
Florestas	Florestas de azinheira	11,0	0,3
	Florestas de espécies invasoras	211,2	5,5
	Florestas de eucalipto	38,2	1,0
	Florestas de outras folhosas	46,1	1,2
	Florestas de pinheiro-bravo	435,3	11,3
	Florestas de pinheiro manso	669,5	17,3
	Florestas de sobreiro	4,2	0,1
Massas de água superficiais	Lagos e lagoas interiores artificiais	1,1	0,03
	Oceano	9,6	0,3
Matos	Matos	338,9	8,8
Pastagens	Pastagens espontâneas	84,9	2,2
	Pastagens melhoradas	32,1	0,8
Zonas húmidas	Sapais	1,8	0,1
Territórios artificializados	Territórios artificializados	1.115,4	28,9

Figura 7 – Repartição das classes de uso do solo atuais na EEM

AGRICULTURA

A agricultura ocupa aproximadamente 698 hectares, 18% do território da EEM, principalmente presente nas freguesias da Costa de Caparica, Caparica e Trafaria.

As culturas temporárias de sequeiro e regadio dominam a área/ocupação agrícola, em quase 14% do total agricultado, concentrando-se no centro, norte e noroeste do concelho. Os mosaicos culturais e parcelares complexos representam a segunda maior ocupação agrícola em Almada, com cerca de 3%, encontrando-se dispersos por todo o concelho. A agricultura com espaços naturais e seminaturais, com a terceira representatividade de 0,8%, acompanha as outras ocupações agrícolas na dispersão por todo o território. Os pomares estão presentes em manchas dispersas, correspondendo a 0,2%. Surgem ainda os olivais, representando manchas residuais, em cerca de 0,2% do território, dispersos por todo o concelho.

FLORESTAS

As florestas ocupam uma área de 1.416 hectares, correspondendo a 37% da EEM, com destaque para florestas de pinheiro-bravo, em 435 hectares, e florestas de pinheiro manso, em 670 hectares, seguidas por florestas de espécies invasoras com 211 hectares (5%).

As florestas acompanham as frentes ribeirinha e marítima com relevo acentuado e com declives superiores a 16%. Os matos correspondem a 339 hectares (9%), distribuindo-se por zonas declivosas um pouco por todo o concelho, sendo que os espaços descobertos ou com pouca vegetação ocupam 171 hectares (4%) da área de EEM do concelho.

PASTAGENS

As pastagens espontâneas e as pastagens melhoradas representam uma ocupação total de 117 hectares, aproximadamente 3% do território da EEM de Almada, ocorrendo de forma dispersa por todo o concelho.



Figura 8 – Implantação das classes de uso do solo atuais na EEM

2.4 PRINCIPAIS CULTURAS, PRODUTOS E MODOS DE PRODUÇÃO

Constata-se pela ocupação do solo que no território municipal persistem algumas áreas de solo livre com atividade agrícola, inculto ou com matos e floresta. A fertilidade dos solos, embora condicionada pela topografia, permite diversidade de culturas agrícolas e agroalimentares.

De acordo com Valadares e Silva (2008), historicamente “*a atividade agrícola praticada no concelho estava associada às terras mais férteis, que se encontravam divididas por muitas quintas e pequenas propriedades, mas que nunca atingem a dimensão de latifúndio. A quinta constituiu a estrutura agrária de base na exploração e ocupação do solo. Estas propriedades podiam incluir zonas de pinhal, pomares, hortas, vinhas, searas, de onde eram colhidos os diversos produtos que dominavam a economia local*”.

Ao longo do tempo, a agricultura que apoiava a Grande Lisboa foi sendo alterada, uma vez que os terrenos se tornaram cada vez mais necessários para o desenvolvimento industrial e habitacional. Como resultado, a atividade agrícola no concelho passou a ser, em grande parte, de subsistência. O crescimento urbano acabou por ocupar uma parte significativa dos solos com aptidão agrícola, nomeadamente os localizados na frente marítima, persistindo ainda os pertencentes ao atual APTCM e os do Vale do Caramujo, Monte da Caparica e Charneca da Caparica. Nas duas primeiras zonas os produtos hortícolas compõem a paisagem agrária, as arvenses de sequeiro e as forragens/pastagens as seguintes. A floresta, predominante de pinheiro, assume mais um carácter de proteção e não tanto de produção.

A oeste do concelho, nas cotas mais baixas, onde os declives variam de planos a suaves, a história desta ocupação está marcada pela produção hortícola onde por meio de processos de drenagem e incorporação de matéria orgânica nas antigas dunas é possível obter produtos hortícolas de excelente qualidade (Alexandre Cancela d’Abreu *et al.*, 2004). Nas encostas o solo é ocupado por culturas de sequeiro destinadas a cereal e forragem, enquanto nas terras de cotas mais baixas cultivam-se principalmente hortícolas de regadio em espaços compartimentados por sebes naturais, na sua maioria constituídas por canas. Nas cotas mais altas, nas cabeceiras, os terrenos apresentam-se incultos ou com vegetação rasteira ou matos utilizados como pastagem natural, com pouca ou nenhuma mobilização dos solos (figura 9).

De acordo com Valadares e Silva (2008), os terrenos de cultivo pertenciam na sua maioria às diversas quintas, que marcavam a paisagem, sendo o declínio da cultura da vinha - em virtude das doenças que a afetaram na segunda metade do século XIX, como a filoxera - um dos fatores de transformação da paisagem.

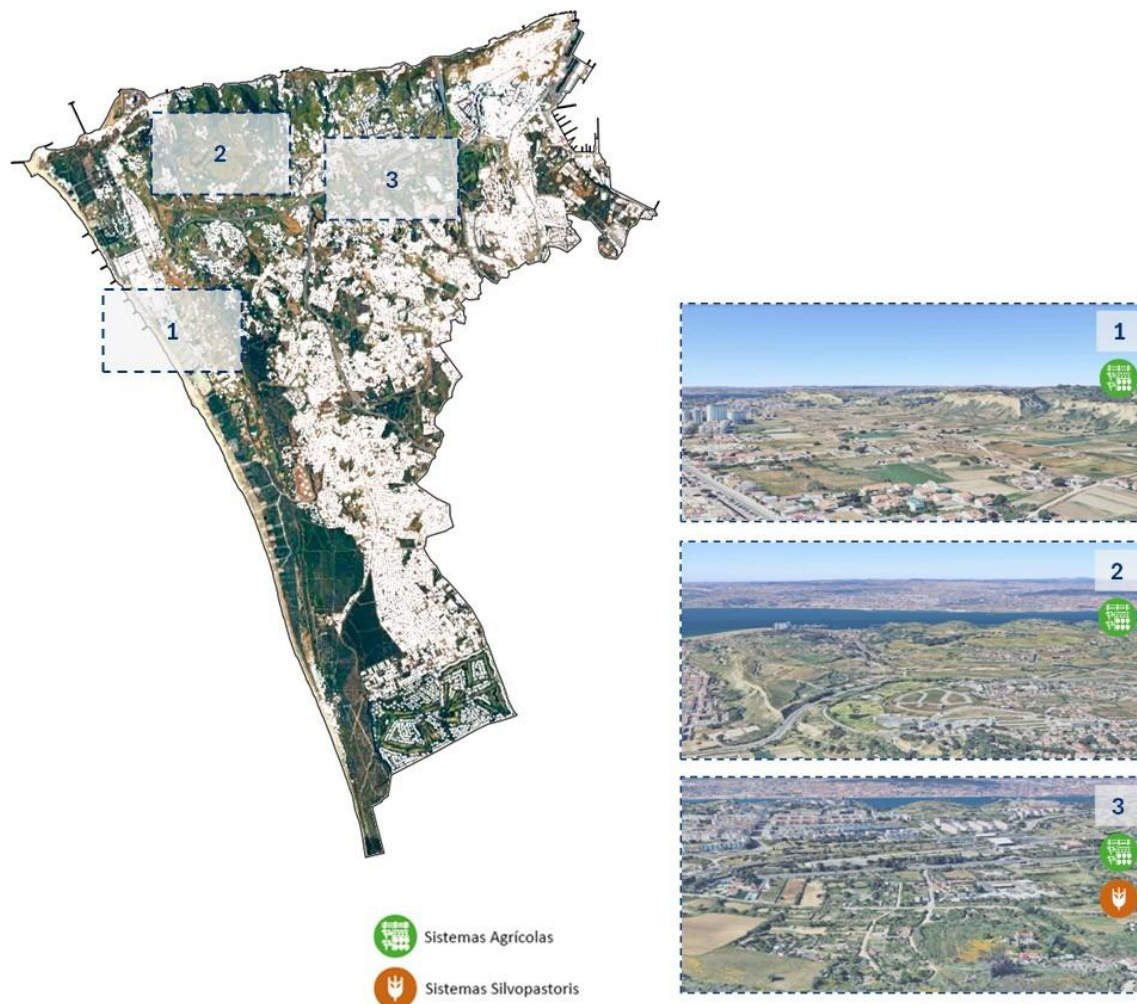


Figura 9 – Vistas gerais da ocupação atual do solo rústico no concelho

“As áreas agrícolas que subsistem traduzem um considerável património de valor ecológico, mas também patrimonial, na medida em que testemunham uma paisagem agrícola do passado, escapando à pressão urbanística que se fez sentir em virtude de se tratarem, muitas delas, de zonas incluídas na Reserva Ecológica Nacional (REN); assim, estas paisagens preservam, em parte, a memória de uma atividade ancestral na região.”
(Valadares e Silva, 2008)

Como elemento de análise estatística, apresentam-se alguns dados censitários de caracterização da situação atual, constantes do último Recenseamento Geral da Agricultura de 2019 (INE, 2020), os quais ilustram a evolução da atividade agrícola no concelho nos últimos 35 anos, nomeadamente entre 1989 e 2019 (figuras 10 a 14).

Notar que os dados apresentados resultam de um levantamento estatístico de inquirição direta que, por observação no terreno, se constata não integrarem, desde logo, zonas efetivamente hoje produtivas em Almada; provavelmente, tal poderá decorrer da sua não regularização cadastral com registo como áreas agrícolas, hoje por exemplo em curso de correta identificação e regularização com o projeto do APTCM.

Total Explorações (n.º)		< 1 ha		1 - 5 ha		5 - 20 ha		20 - 50 ha		> 50 ha	
1989	2019	1989	2019	1989	2019	1989	2019	1989	2019	1989	2019
225	110	45	12	109	71	61	23	8	3	2	1

Figura 10 – Evolução das explorações agrícolas no concelho 1989-2019

Total SAU (ha)		< 1 há		1 - 5 ha		5 - 20 ha		20 - 50 ha		> 50 ha	
1989	2019	1989	2019	1989	2019	1989	2019	1989	2019	1989	2019
1 152	521	22	6	258	150	508	189	214	109	150	65

Figura 11 – Evolução da superfície agrícola utilizada (SAU) no concelho 1989-2019

Total Explorações (n.º)		Conta própria		Arrendamento		Outras formas	
1989	2019	1989	2019	1989	2019	1989	2019
225	110	111	78	105	6	24	27

Figura 12 – Evolução da forma de exploração no concelho 1989-2019

Total SAU (ha)		Terras aráveis		Horta familiar		Culturas permanentes		Pastagens permanentes	
1989	2019	1989	2019	1989	2019	1989	2019	1989	2019
1 152	521	1 017	273	2	2	86	90	48	156

Figura 13 – Evolução da composição da superfície agrícola utilizada (SAU) no concelho 1989-2019

	Almada	Costa da Caparica	União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	União das freguesias de Caparica e Trafaria	União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda	União das freguesias de Laranjeiro e Feijó
Superfície das culturas permanentes (ha)	90	4	18	10	37	22
Explorações agrícolas com culturas temporárias (n.º)	46	30	-	10	5	1
Superfície agrícola utilizada (ha)	521	109	47	227	111	26

Figura 14 – Ocupação das culturas permanentes e temporárias em 2019

2.5 CAPACIDADE PRODUTIVA POTENCIAL DOS SOLOS DA EEM

A capacidade produtiva potencial dos solos foi avaliada com base em parâmetros de solos e na morfologia do território, não considerando práticas adicionais de melhoramento ou modelação do terreno.

Deste modo, foram analisados os seguintes parâmetros: (i) a morfologia do terreno, nomeadamente as linhas fundamentais do relevo (linhas de cumeada e de água) e os declives; e, (ii) os tipos de solos.

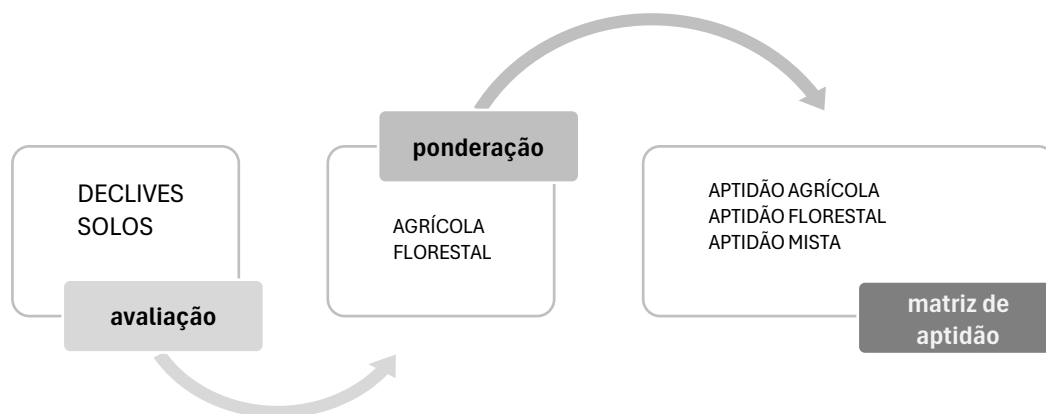


Figura 15 – Modelo metodológico para construção da matriz de capacidade produtiva

Com base no conhecimento do território, através da análise dos parâmetros de referência, procedeu-se à classificação destes – morfologia e solos – de forma a estabelecer matriz de capacidade produtiva (figura 15).

MORFOLOGIA / DECLIVES

Com base no conhecimento da morfologia do território através da análise dos declives, procedeu-se à classificação destes de forma a estabelecer três classes de capacidade produtiva: inferior à média (1), média (2) e superior à média (3), aplicáveis aos dois sistemas culturais pré-definidos - agrícola e florestal.

SOLOS

Esta análise considera três tipos principais de capacidade produtiva: a capacidade produtiva agrícola, considerando a sua adequação para culturas tradicionais e a implementação de sistemas inovadores; a capacidade produtiva florestal que determina a compatibilidade dos solos para os sistemas florestais; e, a capacidade produtiva mista, determina a compatibilidade dos solos para usos mistos, incluindo a combinação entre práticas agrícolas e florestais.

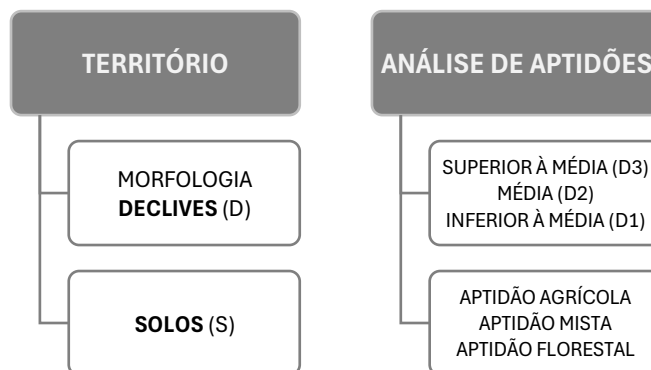


Figura 16 – Modelo metodológico de implementação da ponderação de análise espacial e geoprocessamento

MORFOLOGIA DO TERRENO

As classes de declives foram classificadas em três classes, considerando a sua capacidade produtiva para a prática de atividades agrícolas e florestais, nomeadamente a mobilização de terra sem grande impacto ao nível da erosão (figura 17).

Neste sentido, atribuiu-se a classificação média aos declives entre 6 e 16%, definindo-se como o limite para uma mobilização do terreno com impactes negativos controláveis. A classe superior à média foi definida pelos declives inferiores a 6%, entendendo-se que o impacto das mobilizações do terreno nesta classe não tem impactes negativos. A classe inferior à média para declives superiores a 16%, com impactes negativos significativos, devendo a mobilização do solo se reduzir ao mínimo ou ser nula.²

A cartografia de declives, efetuada sobre o modelo digital do terreno, não integra a ocupação do solo; no entanto, para avaliação deste parâmetro relativamente à capacidade produtiva importará ponderar a área de território ocupada com edificações, artificializada ou afeta ao uso urbano (figura 18).

² No âmbito da atividade agrícola considerou-se ser importante na determinação do potencial produtivo excluir as áreas com declives superiores a 16%, por apresentarem fortes condicionantes às práticas culturais. Este referencial de inclinação, como limite para a aptidão agrícola, é citado por Cancela d'Abreu no seu manual de 'Caracterização Biofísica' (Cancela d'Abreu, 1983), associado a limite para o uso de maquinaria convencional e instalação de rega por aspersão, com risco de erosão.

No âmbito das regras da condicionalidade que constituem obrigações legais, no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC) - em matéria de ambiente, alterações climáticas, boas condições agrícolas e ambientais das terras agrícolas, de saúde pública, animal e fitossanidade e bem-estar animal - é utilizado o IQFP - Índice de Qualificação Fisiográfica da Parcela, índice atribuído no âmbito do Sistema de Identificação do Parcelário Agrícola (SIPA), que expressa a fisiografia da parcela tendo em consideração os declives médios e máximos, de modo a determinar limitações às culturas e às práticas culturais. Quanto maior for o valor do IQFP (maior declive do terreno), maior é o risco de erosão do solo e de arrastamento de nutrientes - azoto e fósforo - para as águas superficiais (Tavares *et al.*, 2021).

Por exemplo, em parcelas com IQFP 4 e 5 (correspondendo a inclinação de IQFP 4 de 25-45% e IQFP 5 a igual ou maior a 45%, respetivamente) não são permitidas floricultura e culturas hortícolas ao ar livre ou arvenses, forrageiras e pastagens temporárias ou culturas arbóreas e arbustivas. Apenas é permitida, neste caso, a melhoria da pastagem natural sem mobilização do solo. Em IQFP 3, para terrenos com inclinação de 15-25%, são permitidas estas culturas, mas com limitação ao nível de não mobilização do solo e o seu revestimento, com vegetação espontânea, semeada ou cobertura morta/inerte (Tarrafa *et al.*, 2019).

Classes de Declives	Classes de Capacidade Produtiva	Observações	Área (ha)	%
0-5 % - plano	D3	Classe superior à média	2.922	42
5-8% - suave	D3	Classe superior à média	641	9
8-16% - moderado	D2	Classe média	1.846	27
>16% - muito declivoso	D1	Classe inferior à média	1.502	22

Figura 17 – Classes de capacidade produtiva relativamente à morfologia do terreno

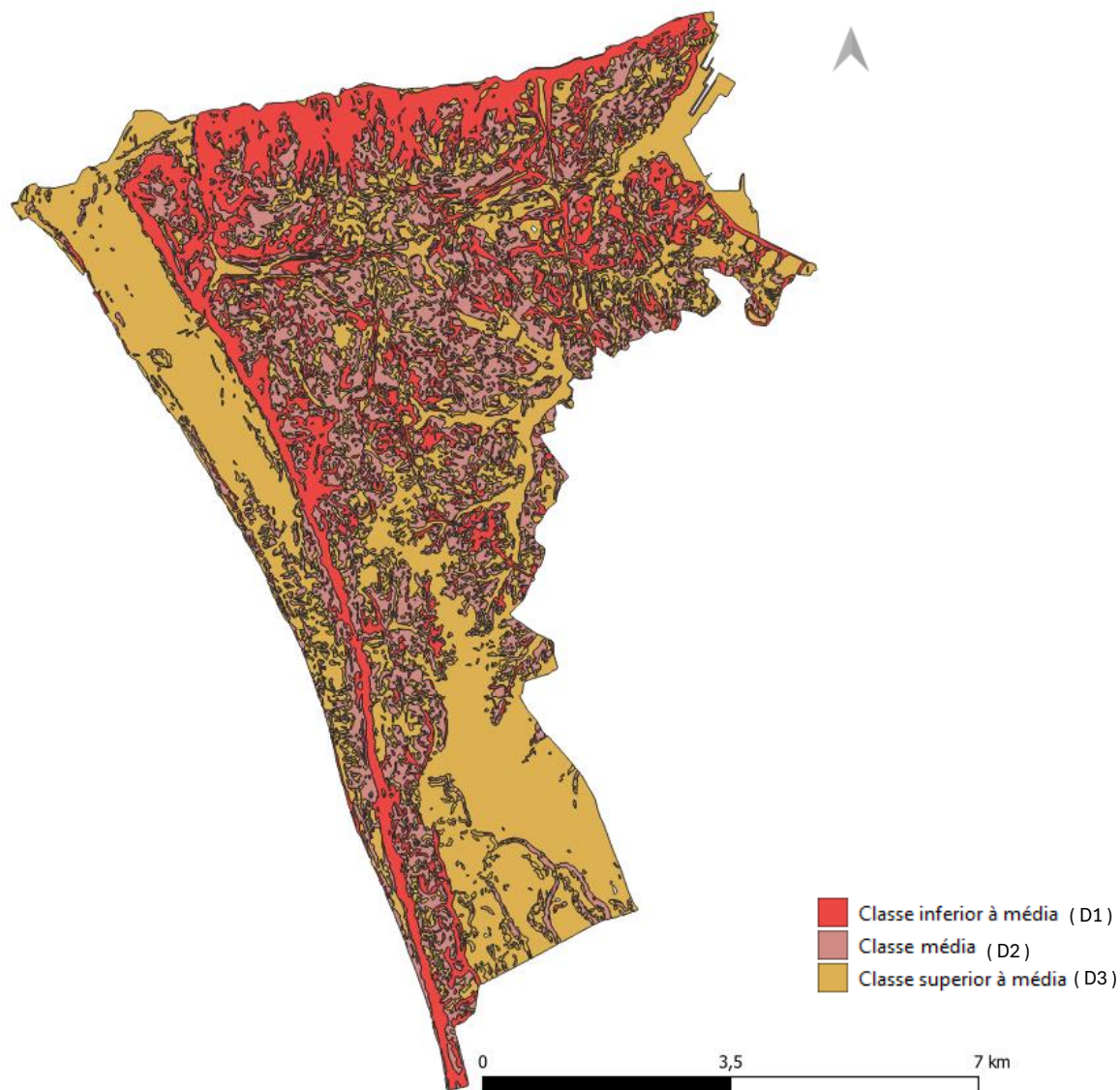


Figura 18 – Interpretação da ‘Carta de Declives’ em três classes de capacidade produtiva

SOLOS

A caracterização e análise dos solos existentes no concelho de Almada teve por base a cartografia disponibilizada pela CM ALMADA, através da ‘Carta de Solos do Concelho de Almada’ (referência Solos_Sul_25000_ETRS), correspondendo a um extrato da ‘Carta de Solos de Portugal’ (1:50.000).

Este concelho reflete uma variedade de solos que se descreve seguidamente, tendo-se identificado 10 famílias da ‘Classificação dos Solos de Portugal’ em Almada (CSP, 1974). Importa destacar que cerca de 22% dos solos estão identificados como área social constituída por solos ocupados por edificações, infraestruturas ou artificializados (figuras 19 e 20).

Os solos que predominam no concelho são os ‘Solos Litólicos Não Húmicos’ com 25%; estes solos localizam-se com maior representatividade na zona centro a sudeste do concelho – nas União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, Caparica e Trafaria e Laranjeiro e Feijó.

Os ‘Regossolos Psamíticos’ marcam também com alguma notoriedade a sua presença com 19% do território, principalmente da faixa litoral oeste do concelho.

Os solos da faixa litoral norte - Caparica e Trafaria, Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas - são quase na sua totalidade pertencentes à família dos ‘Solos Calcários’, compreendendo pouco mais de 15% da área do concelho.

Os ‘Solos Incipientes Coluviossolos’ (solos de baixas) encontram-se dispersos por todas as freguesias e representam cerca de 7% do total.

Os ‘Solos Podzóis’ representam cerca de 6% do território, localizando-se sobretudo em duas manchas - uma na União de Freguesias de Laranjeiro / Feijó e uma outra na Charneca de Caparica / Sobreda.

Com menor presença, por ordem decrescente, encontram-se ainda os ‘Solos Incipientes Aluviossolos Modernos’ (4%), ao longo das Valas Guarda-Mor, Regateira, Charneca, Enxurrada e Caramujo.

Com presença igual ou inferior a 1% da área total, e de forma dispersa pelo território, encontram-se os ‘Litossolos’ e os ‘Solos Alomórficos’ (solos salinos).

Os afloramentos rochosos no concelho são de diferentes origens; localizam-se assim os arenitos calcários na arriba fóssil.

Ordem	Grupo de Famílias de Solos	Área (ha)	%
Afloramentos rochosos	Afloramentos Rochosos	75,2	1,1
Podzóis	Podzóis	416,3	5,9
Solos calcários	Solos Calcários Pardos dos Climas de Regime Xérico	1.093,1	15,6
Solos hidromórficos	Solos Hidromórficos	11,3	0,2
Solos incipientes	Aluviossolos Modernos + Coluviossolos (solos de baixas)	261,4	3,7
	Coluviossolos (solos de baixas)	488,6	7,0
	Litossolos dos Climas de Regime Xérico	35,5	0,5
	Regossolos Psamíticos	1.298,1	18,6
Solos litólicos	Não Húmicos	1.757,9	25,1
Solos alomórficos	Solos Alomórficos	2,6	0,04

Figura 19 – Representatividade dos grupos de famílias de solos no concelho

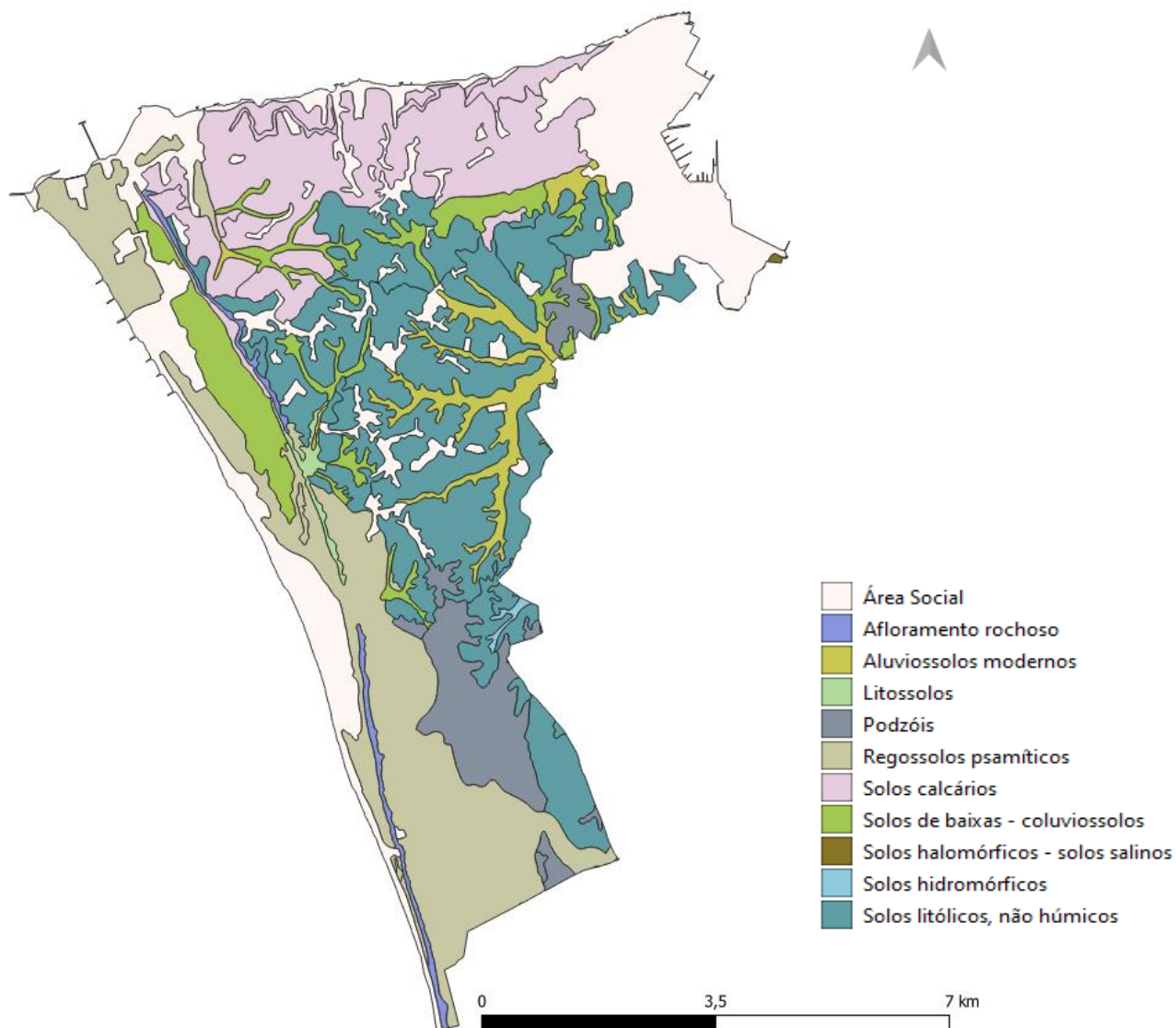


Figura 20 – Interpretação da ‘Carta de Solos de Portugal’ a partir da ‘Carta de Solos do Concelho de Almada’

As famílias de solos foram interpretadas de acordo com as suas características morfológicas e químicas gerais e específicas, que influenciam o desenvolvimento das espécies agrícolas e florestais dando origem a uma carta interpretativa que leva em conta os seguintes aspetos:

- Os solos em presença são de um modo geral pobres, com características que não permitem uma exploração agrícola intensiva;
- Os solos com melhores características - ‘Aluviossolos, Coluviossolos’ - distribuem-se com fragmentação e em áreas sensibilidade ecológica associada, o que condiciona o aproveitamento de tal capacidade em pleno para fins agrícolas e agroalimentares.

No entanto, fazendo uma análise comparativa com a ocupação atual do solo, constata-se que, tradicionalmente, estes solos são utilizados em atividades agrícolas, nomeadamente nas zonas de relevo suave a plano.

Neste sentido e considerando nas características dos solos a ponderação relativamente à sua capacidade produtiva, resultaram as seguintes classes (figuras 21 e 22):

- Agrícola: referente às famílias de ‘Solos Incipientes’, ‘Aluviossolos’, ‘Coluviossolos’ (solos de baixas) e ‘Solos Hidromórficos’.
- Florestal: referente às famílias de ‘Solos Podzóis’, ‘Solos Incipientes’, ‘Litossolos dos Climas de Regime Xérico’, ‘Regossolos Psamíticos’ e ‘Solos Litólicos Não Húmicos’.
- Mista: referente às famílias de ‘Solos Calcários Pardos dos Climas de Regime Xérico’.

A restante área está classificada como territórios artificializados, uma vez que a representação desta mancha corresponde ao somatório do representado nas ‘Áreas Sociais’ da carta de ‘Classificação dos Solos de Portugal’ em Almada (CSP, 1974), com a atualização dos ‘Territórios Artificializados’ da COS de 2018 sobre a carta de solos de 1974.

CLASSES DE CAPACIDADE PRODUTIVA	ÁREA/HA	%
Solo urbano ou artificializado	1.634	23
Agrícola	761	11
Florestal	3.510	50
Mista	1.093	16

Figura 21 – Classes de capacidade produtiva potencial do concelho relativamente aos solos

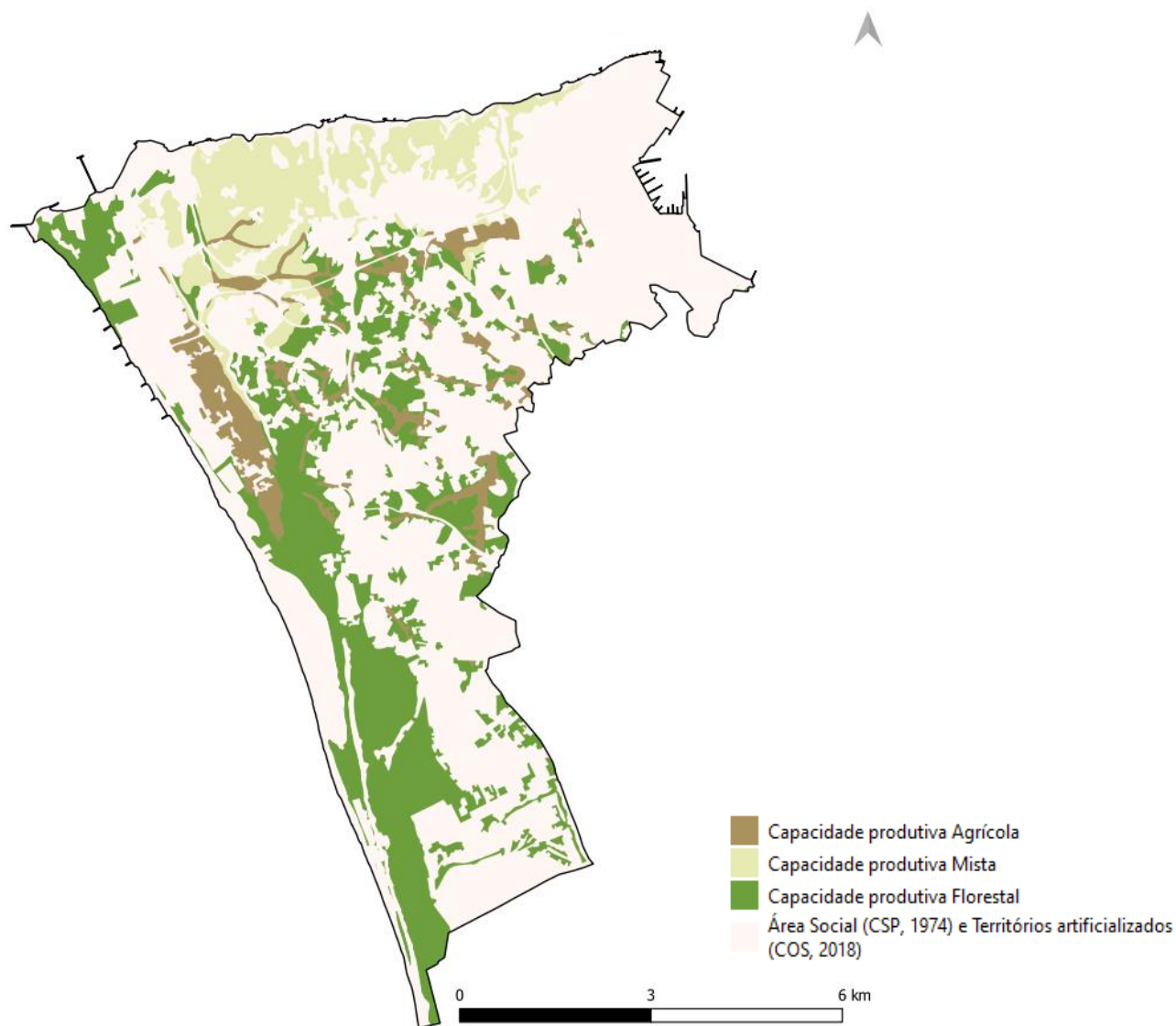


Figura 22 – Interpretação da ‘Carta de Solos de Portugal’ em três classes de capacidade produtiva

APTIDÃO DOS SOLOS – MORFOLOGIA

A capacidade produtiva potencial resulta da análise da aptidão dos solos e da integração dos declives superiores a 16% como limite para a atividade agrícola, bem como a exclusão dos territórios artificializados (figura 23).

Como resultado, numa primeira fase (figura 24), apresenta-se a área agrícola e mista para o concelho de Almada, com a integração dos declives superiores à média, ou seja, maiores que 16%. Assim, conclui-se por uma forte diminuição da capacidade agrícola nas frentes ribeirinha e marítima, em áreas com relevo acentuado ou em escarpas (arriba fóssil). No restante território municipal existem muitas áreas de declives acentuados, mas que não afetam significativamente as áreas de aptidão agrícola. Cumpre ainda realçar que as situações de declives superiores a 16% deverão ser analisadas caso a caso, para avaliar em concreto o seu carácter limitativo perante a atividade produtiva preconizada.

Depois (figura 25), face ao objeto do estudo que tem foco na EEM, apresenta-se a integração da área com aptidão agrícola e mista, ainda sem a análise da integração dos declives; constata-se que cerca de 25% da EEM apresenta solos com aptidão agrícola ou mista.

	Área (ha)	%
EEM	3.879	100
Capacidade Produtiva na EEM	980	25

Figura 23 – Área com capacidade produtiva potencial

Como a capacidade produtiva é analisada integrando o fator da morfologia do terreno, importa então e finalmente analisar a aptidão agrícola e mista na EEM face à morfologia do terreno, com a sobreposição dos declives maiores que 16% (figura 26), verificando-se nesta situação uma significativa diminuição deste tipo de área com potencial produtivo.

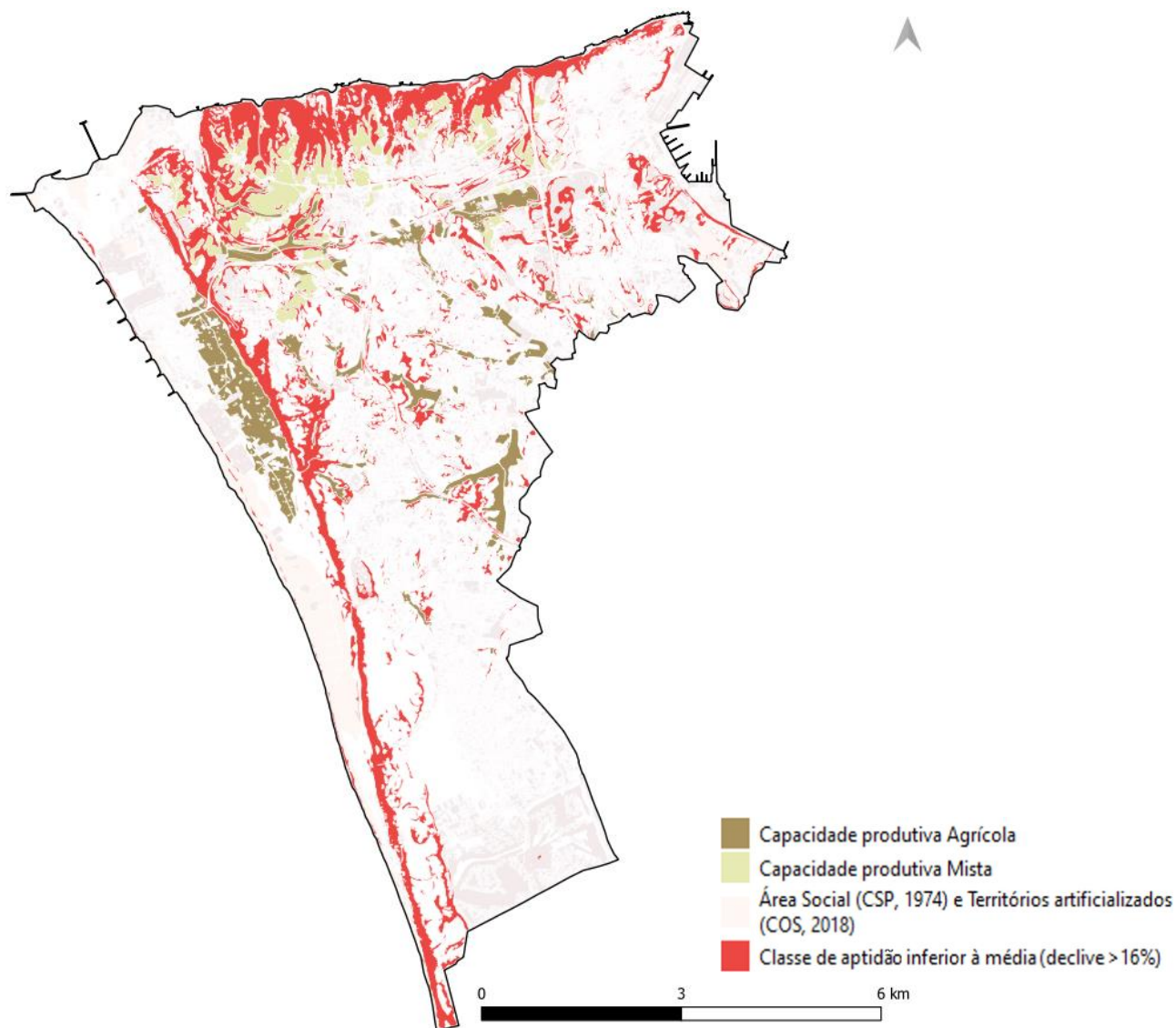


Figura 24 – Classes de aptidão dos solos para o concelho com declives superiores a 16%

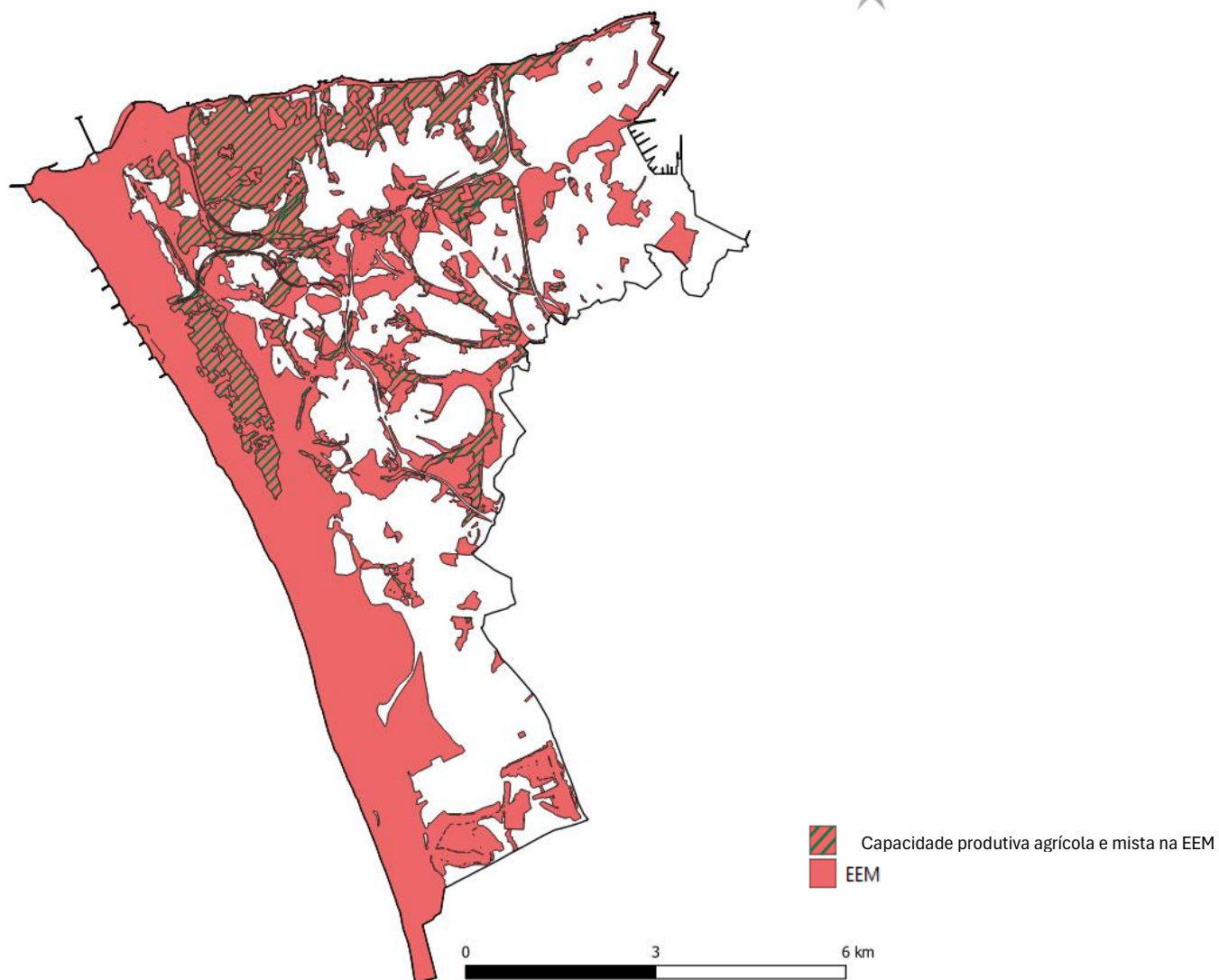


Figura 25 – Classes com capacidade produtiva potencial na EEM

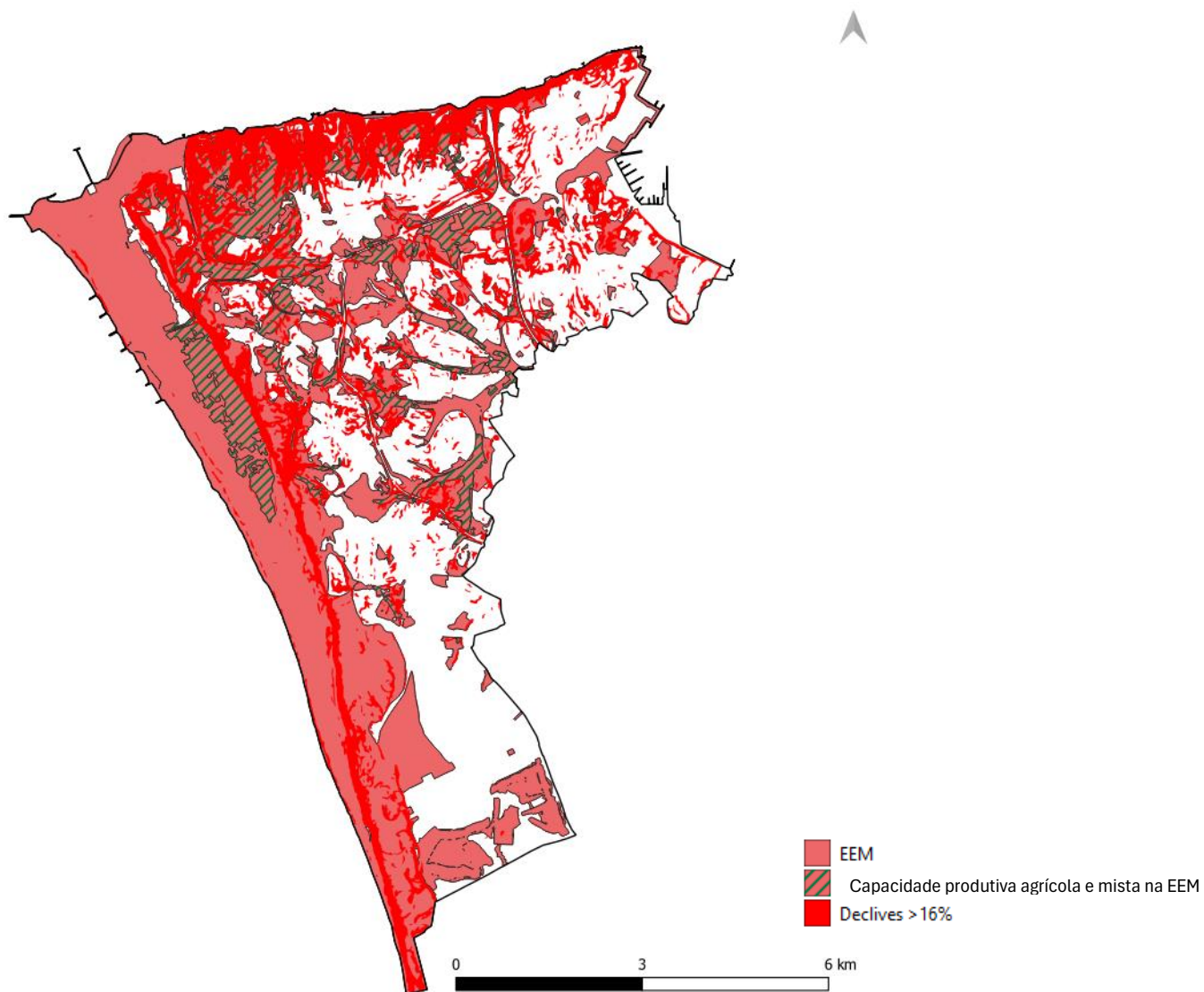


Figura 26 – Classes com capacidade produtiva potencial na EEM e integração de declives superiores a 16%

2.6 MAPEAMENTO PROSPETIVO DE OCUPAÇÃO DOS SOLOS DA EEM

O mapeamento prospetivo de ocupação dos solos da EEM é resultado da análise da capacidade produtiva potencial dos solos e das classes de uso atuais, considerando diferentes condicionantes como sejam a morfologia do terreno através dos declives, a ocupação urbana e de infraestruturas (figura 27).

- A aptidão agrícola dos solos disponíveis na EEM soma um total de 980 hectares, excluindo os solos artificializados identificados pela COS;
- Através da análise da morfologia do terreno com base nos declives e considerando como limite para a capacidade produtiva os declives inferiores a 16%, verifica-se que nestas condições está excluída toda a faixa norte e a arriba fóssil do concelho (frentes ribeirinha e marítima). Salienta-se que existem por todo o concelho áreas com declive superior a 16% com carácter disperso em área reduzida, devendo o seu fator limitativo ser analisado caso a caso em função da potencial cultura a instalar.
- Na sequência desta análise, optou-se por eliminar uma das áreas potenciais com aptidão agrícola mista localizada na frente ribeirinha.
- No mapeamento prospetivo teve-se em consideração os declives, a aptidão do solo e a continuidade geográfica das manchas ocupadas e potencialmente ocupáveis.
- Procedeu-se ainda à aferição do mapeamento com a RAN, incluindo-se todas as áreas residuais adjacentes ao limite proposto para os potenciais parques.
- Em resultado, propõem-se áreas territoriais a configurar como parques agrícolas, agroparques e ecoparques de produção - estruturados em rede no concelho -, inicialmente compostas por quatro (4) unidades territoriais específicas, sendo que uma delas reporta-se, naturalmente, ao agroparque já existente na Costa de Caparica, o APTCM (figura 28).

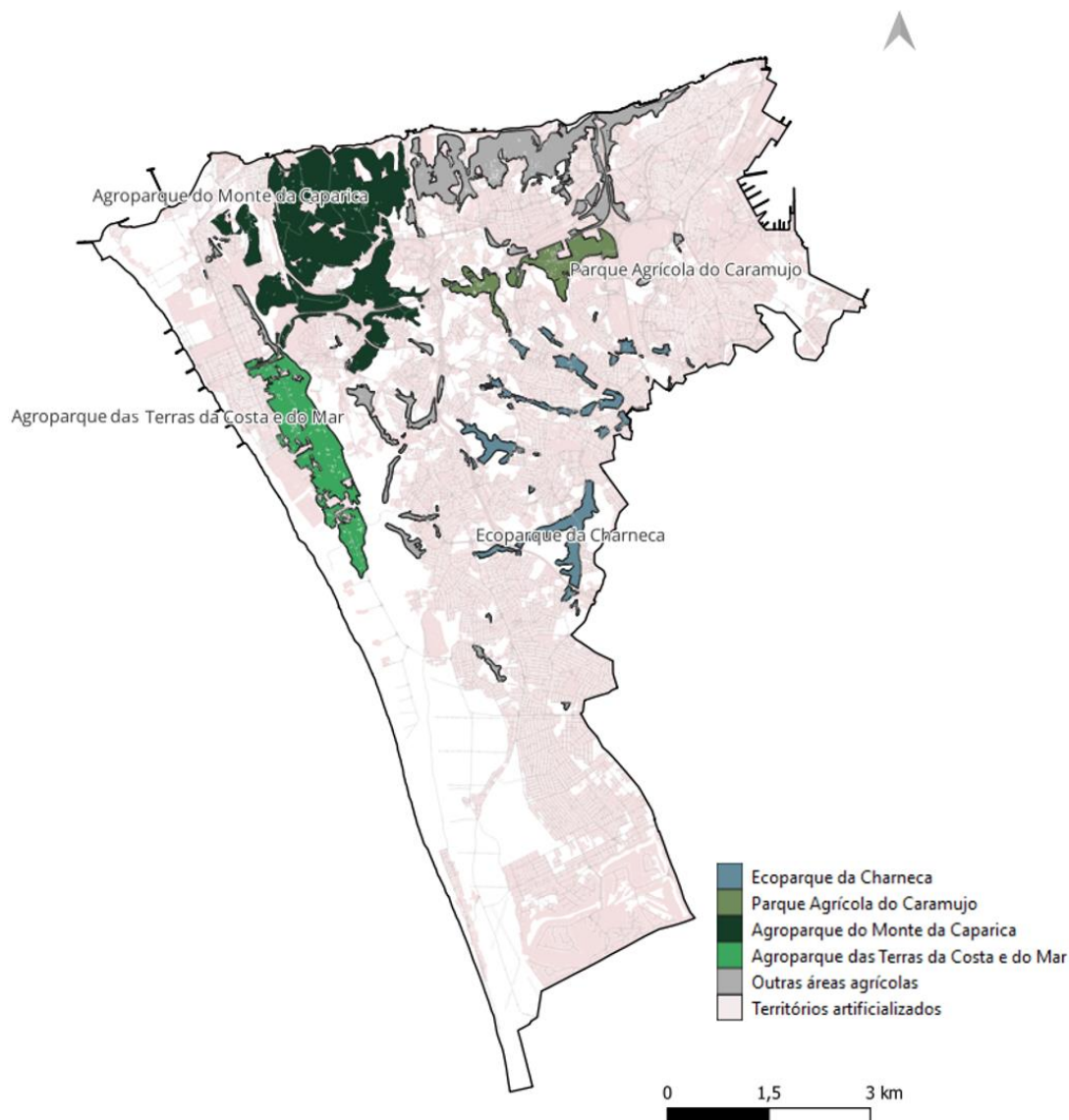


Figura 27 – Proposta de mapeamento prospetivo de ocupação dos solos da EEM (parques municipais em rede)

PARQUE AGRÍCOLA, ECOPARQUE E AGROPARQUES

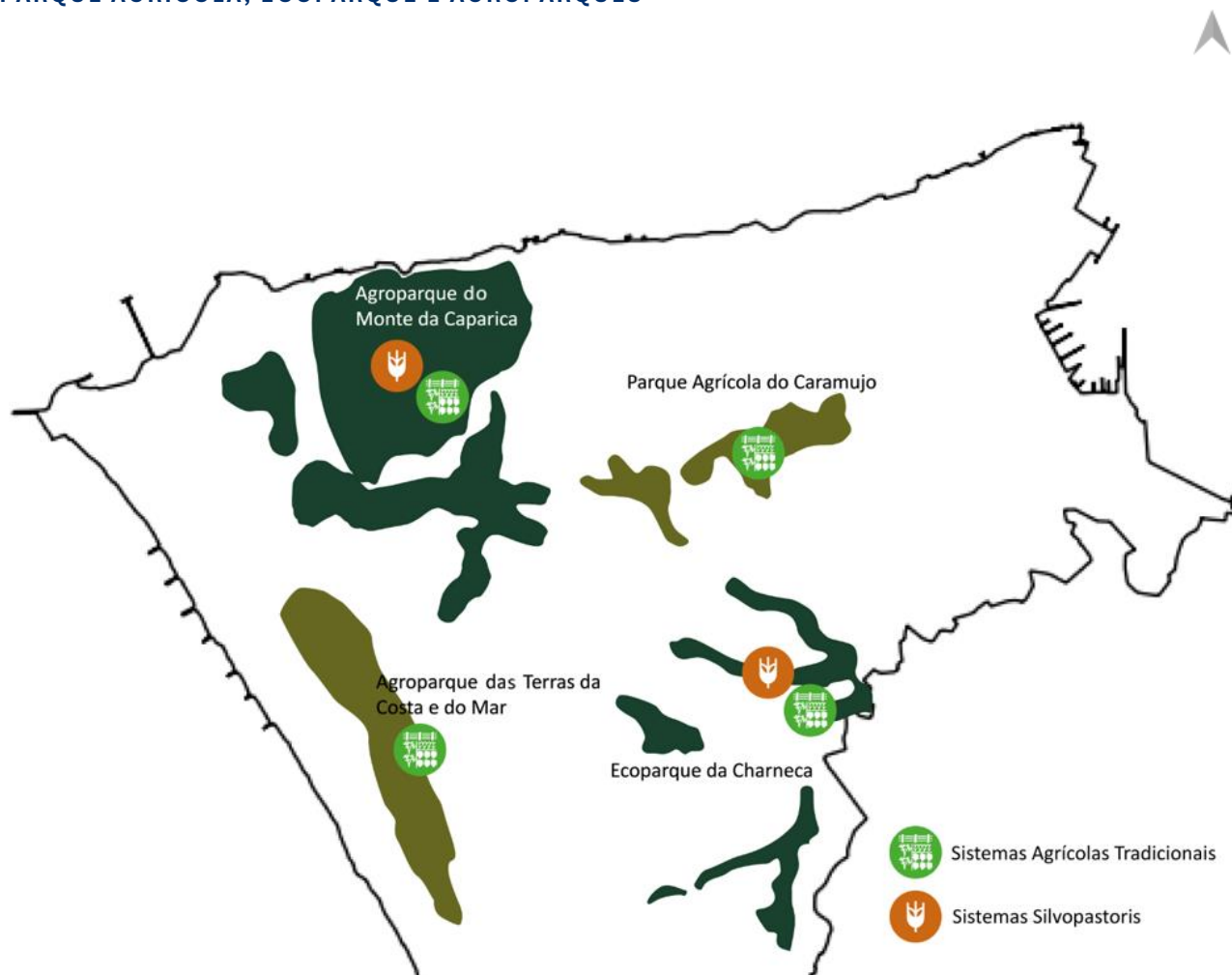
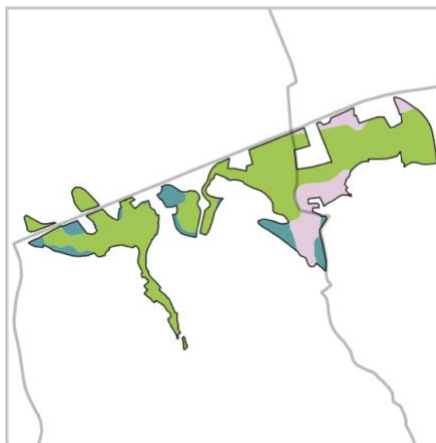


Figura 28 – Proposta de rede concelhia inicial constituída por um parque agrícola, dois agroparques e um ecoparque de produção

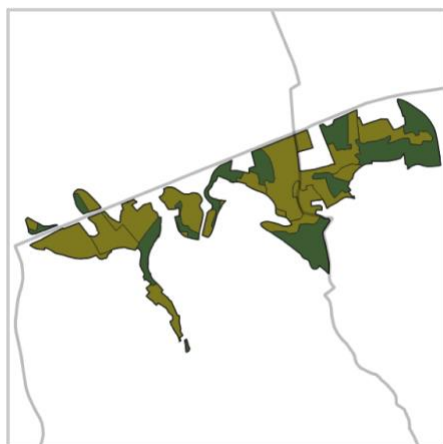
PARQUE AGRÍCOLA DO CARAMUJO



Parque Agrícola do Caramujo



Solos



Ocupação do solo



Declives >16%

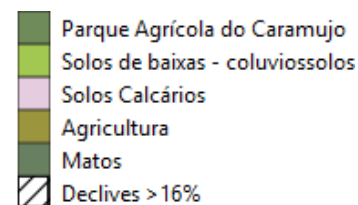


Figura 29 – Parque Agrícola do Caramujo: delimitação e parâmetros de análise

O Parque Agrícola do Caramujo (PAC) está situado nas freguesias de Charneca da Caparica e Sobreda e Laranjeiro e Feijó, localizando-se a norte destas freguesias, entre o primeiro e o segundo nó da A38 (figura 29).

A sua área total de implantação é de 77 hectares e visa a estruturação de uma unidade assente num sistema agrícola de transição, com boas práticas produtivas, preferencialmente através da adoção de modos de produção sustentáveis (proteção ou produção integrada, agricultura biológica). Os solos presentes nesta unidade são os ‘Coluviossolos’ (solos de baixas) e os ‘Solos Calcários’.

Atualmente, os solos do PAC são utilizados para diversas atividades agrícolas, incluindo espaços naturais e seminaturais, intercaladas com culturas temporárias de sequeiro e regadio, bem como com mosaicos culturais e parcelares complexos. Além destas, existem também pequenas áreas ocupadas por matos. No entanto, através da análise de imagens de satélite e da visita ao local, verificou-se que algumas das áreas de matos estão a ser ocupadas por atividades agrícolas não identificadas na COS.

Após estas análises, conclui-se que o PAC apresenta potencial para o desenvolvimento de uma atividade agrícola centrada no cultivo de hortícolas extensivas e forragens, podendo tornar-se um ‘polo de produção-satélite’ e complementar ao APTCM.

Esta tipologia de ocupação presente no PAC desenvolve-se essencialmente em parcelas agrícolas com culturas temporárias de sequeiro e regadio, com benefícios diretos como o aumento da segurança alimentar através da produção de alimentos frescos e acessíveis integrados na rede de controlo alimentar que já é promovida pela CM Almada através do APTCM.

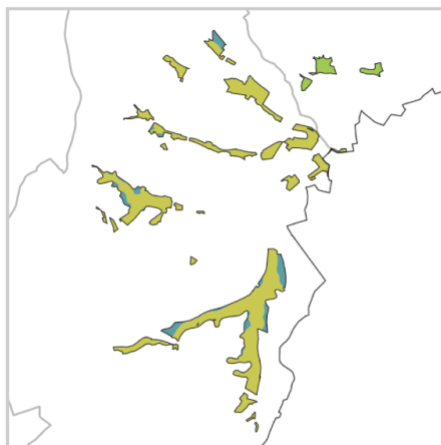
Permitirá também a promoção de uma agricultura de proximidade entre produtores e consumidores; a preservação da identidade agrícola local, podendo a qualidade dos produtos de base ser um ‘cartão de visita’ para a gastronomia local, reforçando também a rede alimentar local de proximidade para os munícipes da sua envolvente.

Este Parque Agrícola apresenta alguns desafios, como o (forte e resiliente) trabalho inicial necessário para adesão de agricultores a esta rede agrícola do Município de Almada, assim como a prossecução de boas práticas produtivas e de transformação dos produtos agrícolas e agroalimentares em fresco aqui obtidos.

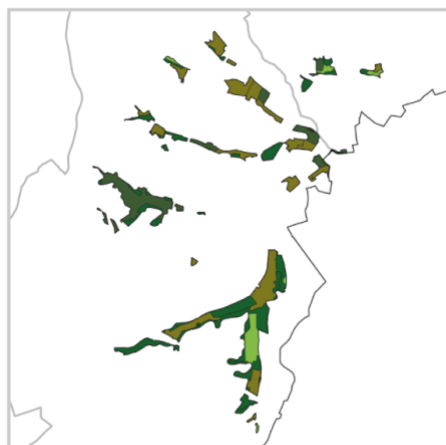
ECOPARQUE DA CHARNECA



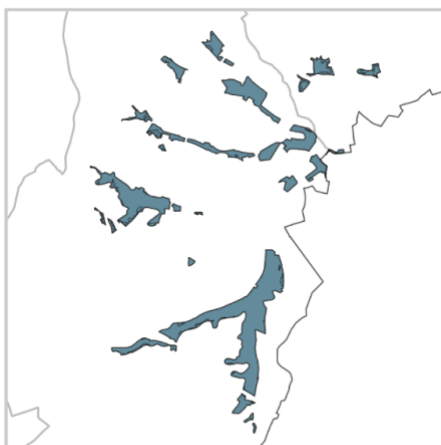
Ecoparque da Charneca



Solos



Ocupação do solo



Declives >16%

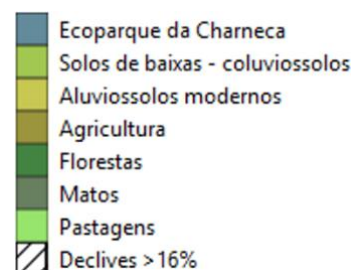


Figura 30 – Ecoparque da Charneca: delimitação e parâmetros de análise

O Ecoparque da Charneca (EPC) está situado na freguesia de Charneca da Caparica e Sobreda, composto por um conjunto de áreas dispersas ao longo das Valas Guarda-Mor, Regateira, Charneca, Enxurrada e Caramujo, pertencendo ao sistema húmido desta bacia de retenção e representando um total de 87 hectares (figura 30).

Com um carácter fragmentado devido à presença de territórios artificializados, abrange uma área total de 107 hectares, onde predominam os ‘Solos Incipientes Aluviossolos Modernos’. Visa a estruturação de uma unidade assente num sistema agrícola de transição, com boas práticas produtivas, preferencialmente através da adoção de modos de produção sustentáveis (proteção ou produção integrada, agricultura biológica), bem como a preservação e valorização dos sistemas silvopastoris locais ainda existentes.

Atualmente, estes solos são explorados para diversas atividades agrícolas, incluindo espaços naturais e seminaturais, intercaladas com culturas temporárias de sequeiro e regadio, mosaicos culturais e parcelares complexos, bem como por alguns olivais dispersos. Além destas, existem também áreas ocupadas por matos de vegetação espontânea, florestas de eucalipto, folhosas, pinheiro-bravo e manso e pastagens melhoradas.

O EPC revela um significativo potencial ecológico, sendo possível integrar tanto os sistemas agrícolas tradicionais e os sistemas silvopastoris, contribuindo para maior diversidade de usos e de fruição em termos de recreio e lazer. Tendo por base a sua caracterização biofísica e o seu carácter disperso, mas próximo de equipamentos culturais, ensino entre outros, a tipologia adotada poderá seguir a ocupação de hortas sociais/comunitárias, pedagógicas e de recreio com corredores de vegetação ripícola com foco na conservação / proteção das zonas de máxima infiltração como é o caso das Valas Guarda-Mor, Regateira, Charneca, Enxurrada e Caramujo.

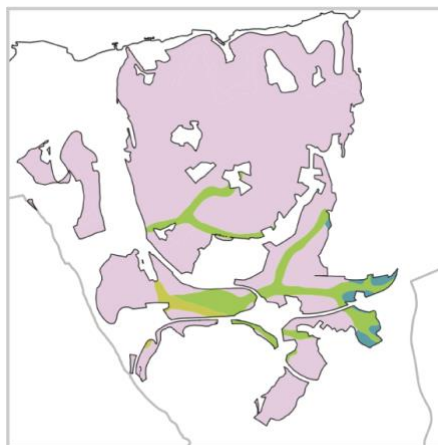
No âmbito de uma componente pedagógica / social, a produção existente nestas áreas do EPC será para fundamentalmente dirigida ao autoconsumo, privilegiando-se os produtos agroalimentares em fresco, como hortofrutícolas e plantas aromáticas, flores e plantas ornamentais, plantas medicinais e frutos silvestres. Os benefícios mais diretos deste Ecoparque serão a promoção de práticas agrícolas mais ecológicas; a revitalização do contínuo natural na malha urbana, a inclusão social e educação ambiental.

Os principais desafios identificados para este EPC são a redução / escassez de terrenos rústicos disponíveis, devido à crescente impermeabilização de solo existente no decurso da expansão urbana desta zona, e o (forte e resiliente) trabalho inicial necessário para adesão dos proprietários a esta rede do Município de Almada.

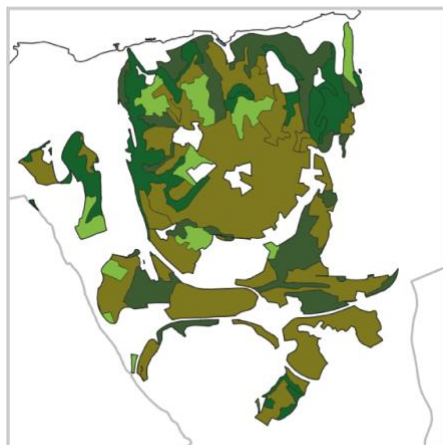
AGROPARQUE DO MONTE DA CAPARICA



Agroparque do Monte da Caparica



Solos



Ocupação do solo



Declives >16%

- Agroparque do Monte da Caparica
- Solos Calcários
- Solos de baixas - coluviosolos
- Aluviossolos modernos
- Agricultura
- Florestas
- Matos
- Pastagens
- Declives >16%

Figura 31 – Agroparque do Monte da Caparica: delimitação e parâmetros de análise

A área de implantação do Agroparque do Monte da Caparica (APMC) está integrada na Charneca de Caparica e na Trafaria, localizando-se a norte /centro destas freguesias (figura 31).

A sua área total é de 425 hectares e pretende-se estruturar uma unidade assente num sistema agrícola de transição, com boas práticas produtivas, preferencialmente através da adoção de modos de produção sustentáveis (proteção ou produção integrada, agricultura biológica), bem como que preserve e valorize os sistemas silvopastoris locais ainda existentes. Os solos presentes nesta unidade são os ‘Solos Incipientes Aluviossolos Modernos’, ‘Coluviossolos’ (solos de baixas) e ‘Solos Calcários’. Face à morfologia do terreno e à sobreposição dos declives superiores a 16%, verifica-se uma diminuição de área com capacidade produtiva. No APMC, 226 hectares apresentam declives maiores que 16%, correspondendo a 54% da área delimitada.

Atualmente, estes solos são explorados para diversas atividades agrícolas, incluindo espaços naturais e seminaturais, intercaladas com culturas temporárias de sequeiro e regadio, mosaicos culturais e parcelares complexos, bem como por olivais dispersos. Além destas, existem também áreas ocupadas por matos de vegetação espontânea, florestas de azinheira, sobreiro, eucalipto, folhosas, pinheiro-bravo e manso e pastagens melhoradas e espontâneas.

Este Agroparque revela um significativo potencial produtivo; no entanto, é importante ter em consideração os declives superiores a 16% na zona mais a norte, o que impõe restrições às atividades agrícolas, limitando o seu desenvolvimento e determinadas práticas. Segue aqui uma tipologia de produção extensiva, com parcelas de culturas de sequeiro/regadio, pastagens melhoradas e espontâneas associadas às matas. Os benefícios provenientes da existência do APMC assentam na diversidade agrícola, que contribuiu para um potencial mercado tanto ligado aos lacticínios, como aos produtos agrícolas em fresco, e mesmo de subprodutos silvícolas complementares como a madeira, o mel e os cogumelos. Devido às características biofísicas identificadas, estes usos usufruem de zonas que aproveitam o máximo de área rural, sendo muitas delas áreas privilegiadas para agricultura extensiva associadas às matas existentes.

Para além dos declives acentuados, outros desafios têm de ser considerados, como o (forte e resiliente) trabalho inicial necessário para adesão dos proprietários / agricultores a esta rede do Município de Almada e a localização mais periférica de equipamentos de comercialização a retalho, como mercados e lojas de comércio independente destinadas a produtos locais.

AGROPARQUE DAS TERRAS DA COSTA E DO MAR



Agroparque Terras da Costa e do Mar



Solos



Ocupação do solo



Declives >16%

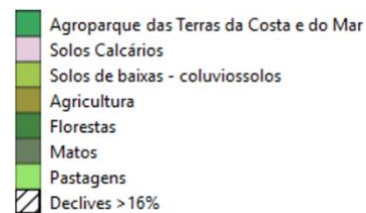


Figura 32 – Agroparque das Terras da Costa e do Mar: delimitação e parâmetros de análise

O Agroparque das Terras da Costa e do Mar (APTCM) está situado na freguesia da Costa da Caparica (figura 32).

Os solos predominantes nesta unidade são os ‘Coluviossolos’ (solos de baixas). De acordo com o presente estudo, a capacidade produtiva dos solos para uso agrícola corresponde a 162 hectares; no entanto, o Agroparque atualmente abrange uma extensão de 178 hectares, incluindo também os ‘Regossolos Psamíticos’, que, segundo a análise efetuada, demonstram à partida um maior potencial para usos florestais.

O APTCM está inserido em face da faixa atlântica, convivendo com uma ocupação urbana de proximidade com residentes permanentes e uma população flutuante, muito associada ao turismo de sol e praia no verão.

Atualmente, a atividade agrícola dominante é composta por culturas temporárias de sequeiro e de regadio, em particular hortícolas, com especial expressão para a produção de brássicas em fresco. Em menor percentagem, estão presentes áreas de mosaicos culturais e parcelas complexas, pastagens espontâneas, matos, florestas de pinheiro-bravo e espécies invasoras. Esta tipologia de produção desenvolve-se em parcelas agrícolas com culturas temporárias maioritariamente regadas, com benefícios diretos como o aumento da segurança alimentar através da produção de alimentos frescos e acessíveis integrados na rede de controlo alimentar que é promovida pela assistência técnica aos agricultores que é, também, apoiada pela CM ALMADA neste Agroparque. Pretende-se uma unidade assente num sistema agrícola de transição, com boas práticas produtivas, preferencialmente através da adoção de modos de produção sustentáveis (proteção ou produção integrada, agricultura biológica).

A promoção de uma agricultura de proximidade entre produtores e consumidores; a preservação da identidade agrícola local como rótulo de qualidade dos produtos de base para a gastronomia local (por exemplo, couve portuguesa, batata e pescado); e, a valorização da complementaridade económica gerada por dois ativos municipais que são a agricultura e a pesca, são objetivos fundamentais nesta fase de consolidação do APTCM.

Talvez o maior desafio passe, agora, pela capacidade em manter e fortalecer o associativismo entre produtores e o processo de capacitação e qualificação profissional gerados pelo processo colaborativo e partilhado do APTCM, bem como a capacidade de dar continuidade à assistência técnica aos agricultores no quadro de práticas agrícolas sustentáveis que possam preservar os valores ambientais patentes e gerar mais *goodwill* e valor /retorno económico de mercado para os produtos que sejam oriundos deste território e de modos de produção menos intensivos na aplicação de fatores de produção.

3. AVALIAÇÃO DO POTENCIAL PRODUTIVO E COMERCIAL DOS SISTEMAS AGRÍCOLAS E AGROALIMENTARES LOCAIS

A avaliação do potencial produtivo e comercial dos sistemas agrícolas e agroalimentares existentes em Almada, relacionando-os com elementos quantitativos e qualitativos sobre as produções e produtividades potenciais das culturas instaladas e/ou a instalar, bem como com as principais características dos circuitos de transformação, comercialização, distribuição e consumo e local, decorreu de uma projeção, para a produção potencial da área de estudo, realizada através de dados unitários apurados com base em benchmarking e experiência adquirida, complementada com a análise dos dados de levantamento dos estabelecimentos comerciais registados no concelho (numérico e georreferenciado), facultados pela CM ALMADA, no contexto das boas práticas em matéria de diversificação de canais e, dentro destes, em particular no que concerne aos circuitos de comercialização mais curtos.

Na realidade, os sistemas e circuitos de produção e comercialização de produtos agrícolas e agroalimentares locais estão intimamente relacionados com cinco vetores-chave de desenvolvimento: território, ocupação, socioeconomia, ambiente e clima.

A declaração de Glasgow sobre ‘Alimentação e Clima’ – na 26ª Conferência das Partes sobre Alterações Climáticas (COP 26), em Glasgow em 2021 - foi pioneira na inclusão, de forma integrada e manifestamente como orientação de ação pública e privada, de uma abordagem política sobre a trilogia ‘alimentação, clima e território’ para uma visão estratégica e sustentável do Planeta.

Este documento consiste no primeiro compromisso à escala global que reúne governos locais, independentemente da sua escala – de cidades pequenas e médias às megacidades, distritos e regiões, territórios, estados federais e províncias – para o desenvolvimento de políticas alimentares sustentáveis e integradas, para a promoção de mecanismos de ação conjunta, e no apelo aos governos nacionais para colocarem a alimentação e a agricultura no centro da resposta global à emergência climática.

Considerando o quadro global apresentado pela declaração de Glasgow, importa também compreender que Almada tem feito, nos últimos anos, um percurso significativo a nível da ação local concelhia nestes domínios, fazendo parte da linha da frente nacional sobre as políticas municipais de mitigação e adaptação às alterações climáticas. Tal decorre não só do seu atual ‘Plano Climático Almada 2030’, como, enquanto Município inserido na área metropolitana de Lisboa (amL), quando se juntou ao projeto ClimAdaPT.Local em 2015, e depois integrou o ‘Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa’ (PMAAC-AML), realizado em 2018.

Complementarmente, Almada integra ainda desde a sua génese a rede ‘adapt.local’ – Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, na qual partilha conhecimento e experiências com mais de 50 Autarquias nacionais líderes na ação climática a nível local (www.adapt-local.pt).



Figura 33 – FOODLINK – Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa (2022)

“As cidades e as suas regiões estão cada vez mais empenhadas em encontrar respostas rápidas e eficientes aos desafios sociais da atualidade em contexto multicrise. Como polos de concentração demográfica, o abastecimento alimentar das cidades constitui-se como uma prioridade ambiental, económica, climática e energética. Por essa razão, é fundamental repensar os sistemas alimentares, do contexto global ao local, o que pressupõe atribuir-lhes uma dimensão estratégica, integrada e colaborativa atendendo às suas diversas componentes, da produção ao consumo. O planeamento alimentar apresenta-se como uma alternativa para a territorialização de um programa que se inscreva no quadro da saúde humana, ambiental e económica do planeta e das regiões, em linha com a Estratégia do ‘Prado ao Prato’, no âmbito do Pacto Ecológico Europeu para a próxima década.

A alimentação assume-se, assim, como um dos mais importantes desafios da sustentabilidade global no século XXI, em que os riscos sistémicos e a profunda instabilidade a eles associados justificam o seu destaque na agenda política urbana e socio-territorial. Como resposta a este desafio, têm surgido acordos internacionais que apelam aos governos nacionais, regionais e locais para o estabelecimento de compromissos para as próximas décadas.”

(in www.ccdr-lvt.pt/wp-content/uploads/2022/08/Relatorio-Enquadrador-FoodLink_04_07_2022.pdf).

Neste contexto, a CM ALMADA tem vindo a desenvolver também um trabalho continuado no âmbito dos domínios da ‘alimentação, clima e território’ ao integrar também desde a primeira hora, igualmente, o projeto metropolitano ‘FOODLINK – Rede para a Transição Alimentar na AML’, oficialmente apresentado em junho de 2022 e que conta atualmente com quase 80 entidades e personalidades envolvidas naquilo que é a promoção, estratégica e operacional, de um programa institucional, técnico e de financiamento que visa apoiar a transição verde e energética através da promoção de circuitos curtos alimentares de proximidade, potenciando áreas (im)produtivas da aML como bolsas de fornecimento de alimentos aos 18 concelhos desta região, e no qual Almada, pelas suas características que este estudo também elenca, assume e poderá ainda mais assumir um papel particularmente relevante (figura 33).



EIXO 2

**MODERNIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO
DE NOVAS SOLUÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO,
COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
DE ALIMENTOS**

- OBJETIVOS GERAIS:**
1. Assumir a transição alimentar como vetor de coesão socioterritorial e de geração de valor acrescentado económico local, estimulando o empreendedorismo e criando oportunidades de mercado para as micro e pequenas empresas.
- OBJETIVOS OPERACIONAIS:**
1. Apoiar a organização de circuitos curtos entre o meio rural e urbano para garantir o abastecimento de proximidade, reforçando a ligação entre produtores e consumidores.
 2. Apoiar a valorização de mercados locais, permanentes e temporários, de modo a aumentar a disponibilidade de alimentos locais saudáveis e sustentáveis a preços justos.
 3. Instalar e modernizar unidades de transformação agroalimentar que permitam criar emprego e desenvolvimento local e regional.

AÇÕES

AÇÃO 6	Identificação, caracterização e estabelecimento de incentivos financeiros aos circuitos curtos que permitam gerar economia na cadeia de valor entre produtores e consumidores de modo sustentável.
ATORES CHAVE	Câmaras municipais, associações empresariais, empresas; SIMAB/MARL; AIP; AML; TML; ADREPEs.
AÇÃO 7	Remodelação de mercados locais com base em soluções de funcionamento adaptadas às exigências dos atuais estilos de vida e oferta de produtos locais com garantia em termos de rastreabilidade e segurança alimentar, enquanto um dos critérios para regulamentar o acesso de produtores locais em todos os municípios de forma equitativa.
ATORES CHAVE	Câmaras municipais; SIMAB/MARL; ADREPEs; A2S.
AÇÃO 8	Apoio técnico e financeiro a iniciativas de transformação alimentar em estreita articulação com a produção de proximidade.
ATORES CHAVE	AIP; SIMAB/MARL; câmaras municipais; administração central (ministérios da Agricultura e Pescas, e da Economia); A2S; ADREPEs.

Figura 34 – ‘Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa’ (2023-2025)

Aprovada em março de 2025 pela AML, a ‘Estratégia para a Transição Alimentar na AML’ (ETA-AML) é o resultado direto do compromisso político, e espera-se técnico, assinado pelos 18 municípios da AML com a Rede FOODLINK, com o objetivo estratégico de fortalecer e valorizar cada vez mais o sistema alimentar na região, assegurando que pelo menos 15% dos alimentos aqui consumidos sejam também produzidos na aML e, por conseguinte, também a partir do território de Almada (figura 34).

Valorizando a trilogia referida, enquanto identidade incontornável das orientações estratégicas para o fomento à atividade produtiva em solo rústico no concelho de Almada, considera-se essencial atender a três riscos climáticos chave com impacto direto hoje, e cada vez mais no futuro, na agricultura almadense:

- (i) redução da precipitação, com consequência na diminuição da quantidade de água disponível para as plantas e animais, quer em termos agroflorestais quer no que concerne às necessidades associadas à agroindústria;
- (ii) temperaturas elevadas geradoras de calor excessivo, com impactos severos na atividade fisiológica das plantas (escaldões) e no bem-estar animal (desidratação), e impulsionador, em função da redução da precipitação a prazo, de um regime de secas mais frequentes e prolongados nos solos agrícolas; e,
- (iii) eventos extremos - como fortes chuvadas, cheias e inundações, tempestades e tornados -, muito penalizadores de plantas, animais, infraestruturas e equipamentos de apoio à atividade agrícola, com destruição de culturas instaladas (sobretudo temporárias), impactos consideráveis e possibilidade de eliminação de efetivos animais, danos e destruição de infraestruturas e equipamentos instalados e presentes nas explorações agrícolas (casões, estufas, armazéns, máquinas agrícolas, alfaías, etc.).

3.1 POTENCIAL PRODUTIVO AGRÍCOLA E AGROALIMENTAR

A análise e avaliação do potencial produtivo agrícola e agroalimentar associado às quatro (4) áreas de intervenção propostas – Parque Agrícola do Caramujo (PAC), Ecoparque da Charneca (EPC), Agroparque do Monte da Caparica (APMC) e Agroparque das Terras da Costa e do Mar (APTCM) – decorreu dos elementos descritivos antes apresentados, quanto às possibilidades de ocupação do solo para cada um destes polos, e de uma projeção de estimativas de produção / produtividade e de rentabilidade bruta associadas a esses mesmos cenários culturais.

Naturalmente que em sede de um estudo inicial relativo ao fomento da produção local não seria exequível detalhar, especificamente para cada área, uma ocupação potencial por espécie e/ou variedade presente; antes, procedeu-se à agregação dos cenários de ocupação em cinco (5) tipologias de base:

- Culturas arvenses de sequeiro - plantas cultivadas cujo ciclo de vida não excede um ano, em terrenos sem rega e geralmente sendo parte de um sistema de rotação de culturas, e incluem cereais, leguminosas, oleaginosas e proteaginosas, integrando-se aqui também as hortícolas em sentido lato;
- Culturas arvenses de regadio - plantas cultivadas cujo ciclo de vida não excede um ano, apoiadas por um sistema de rega dedicado e geralmente sendo parte de um sistema de rotação de culturas, e incluem cereais, leguminosas, oleaginosas e proteaginosas;
- Outras culturas permanentes – plantas cultivadas durante mais de um ano, em termos de ciclo de vida, ou instaladas de forma permanente em regime de pomar ou similar, como árvores ou arbustos visando a produção de fruto;
- Pastagens permanentes biodiversas – sistema de ocupação permanente do solo que integra diversas espécies de plantas, principalmente gramíneas e leguminosas, para maximizar a produção de forragem e/ou dotar diretamente a alimentação dos animais; e,
- Galerias ripícolas e outros corredores de biodiversidade – áreas em que predominam formações de árvores e arbustos que crescem nas margens de rios e outros cursos/linhas de água, formando um corredor de vegetação mais ou menos fechado sobre a água, incluindo também áreas particularmente ricas em biodiversidade faunística e florística.

A área considerada em relação ao parque agrícola, ao ecoparque e a cada um dos agroparques foi aquela cartografada e apresentada nos descritores acima mencionados, sendo que, para todos os polos produtivos, assumiu-se uma área utilizável produtiva de 65% do total da área de cada um.

A ocupação por tipologia é meramente indicativa e tentativa, enquanto perceção do que poderá ser, e vir a ser, a repartição média de convivência dos diferentes sistemas agrícolas e agroalimentares praticados nos diferentes locais em análise. Para tal, para as três novas áreas de intervenção – PAC, EPC e APMC – delineou-se um modelo de ocupação com diferentes ponderações para as culturas arvenses de sequeiro, culturas arvenses de regadio e outras culturas permanentes; o remanescente foi dividido entre 10% de pastagens permanentes biodiversas e 10% para as galerias ripícolas e outros corredores de biodiversidade. No caso do APTCM, dada a sua existência e ocupação atual, assumiu-se 10% de área de culturas de sequeiro e 70% de culturas de regadio, 10% de culturas permanentes e os restantes 10% de ocupação relativos às galerias ripícolas e outros corredores de biodiversidade; não se considerou área de pastagens permanentes biodiversas.

A produtividade potencial considerada, para cada uma das quatro (4) tipologias de culturas e pastagens com valor económico direto, resultou de elementos de benchmarking nacional para práticas em condições edafoclimáticas tanto quanto semelhantes às do concelho de Almada, mencionando-se um valor mínimo e um valor máximo, de modo a configurarem um ‘intervalo de segurança’ neste exercício de aproximação produtiva. Quanto às galerias ripícolas e outros corredores de biodiversidade, foi feita uma projeção das suas ocupações potenciais nas áreas de referência em estudo, mas, como se compreende, sem contabilização de qualquer valoração económica deste facto.

Complementarmente, contabilizaram-se ainda como potenciais proveitos os valores de retorno associados ao benefício por omissão de limpeza preventiva, o que, suscitando um aparente paradoxo, deverá ser entendido como forma de alerta para a importância precisamente da limpeza preventiva, sem a qual, por consequência, os proprietários beneficiam de maior rendimento (apesar de poderem encontrar-se em situação de incumprimento legal e/ou de acréscimo do risco de desvalorização do seu ativo territorial, por exemplo por via de incêndios florestais, contaminações de solos, inundações rápidas, entre outros fatores de risco acrescido).

Tendo em conta de que se trata de meras estimativas e não de uma leitura direta de uma qualquer realidade produtiva e comercial existente em concreto em cada um destes polos, definiu-se, em termos económicos, um intervalo de ponderação da rentabilidade bruta unitária para cada tipologia com valor de mercado, com valores mínimo e máximo - a preços correntes de mercado -, praticados atualmente e aproximados a cada uma das principais espécies vegetais predominantes na ocupação dos solos agrícolas em Almada (figuras 35 a 38).

PARQUE AGRÍCOLA DO CARAMUJO (PAC)	Área total (ha)	Ocupaçã o por tipologia (%)	Área utilizável (ha)	Produtividade potencial (ton/ha)		Rentabilidade bruta unitária (€/ha)		Produção potencial (ton/ha)		Valorização total potencial (€)	
	77			min	max	min	max	min	max	min	max
Área utilizável (65% da área total)		-	50,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefício por omissão de limpeza preventiva		-	50,3	-	-	1 000 €	2 500 €	-	-	50 336 €	125 840 €
Culturas arvenses de sequeiro		30	15,1	2	5	250 €	350 €	30,2	75,5	7 550 €	26 426 €
Culturas arvenses de regadio		30	15,1	60	80	300 €	1 500 €	906,0	1208,1	271 814 €	1 812 096 €
Outras culturas permanentes		20	10,1	3	5	2 000 €	4 000 €	30,2	50,3	60 403 €	201 344 €
Pastagens permanentes biodiversas		10	5,0	1	1	750 €	1 000 €	5,0	5,0	3 775 €	5 034 €
Galerias ripícolas e outros corredores de biodiversidade		10	5,0	-	-	-	-	-	-	-	-
										393 879 €	2 170 740 €
										Média simples (arredondada) :	
										- Total (€ / ano)	
										- Unitária (€ / ha / ano)	
										1 282 000 €	
										16 555 €	

Figura 35 – Valorização económica potencial das atividades produtivas do Parque Agrícola do Caramujo

ECOPARQUE DA CHARNECA (EPC)	Área total (ha)	Ocupaçã o por tipologia (%)	Área utilizável (ha)	Produtividade potencial (ton/ha)		Rentabilidade bruta unitária (€/ha)		Produção potencial (ton/ha)		Valorização total potencial (€)	
	107			min	max	min	max	min	max	min	max
Área utilizável (65% da área total)		-	69,6	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefício por omissão de limpeza preventiva		-	69,6	-	-	1 000 €	2 500 €	-	-	69 648 €	174 119 €
Culturas arvenses de sequeiro		20	13,9	2	5	250 €	350 €	27,9	69,6	6 965 €	24 377 €
Culturas arvenses de regadio		20	13,9	60	80	300 €	1 500 €	835,8	1114,4	250 731 €	1 671 540 €
Outras culturas permanentes		40	27,9	3	5	2 000 €	4 000 €	83,6	139,3	167 154 €	557 180 €
Pastagens permanentes biodiversas		10	7,0	1	1	750 €	1 000 €	7,0	7,0	5 224 €	6 965 €
Galerias ripícolas e outros corredores de biodiversidade		10	7,0	-	-	-	-	-	-	-	-
										499 721 €	2 434 180 €
										Média simples (arredondada) :	
										- Total (€ / ano)	
										- Unitária (€ / ha / ano)	
										1 466 000 €	
										13 682 €	

Figura 36 – Valorização económica potencial das atividades produtivas do Ecoparque da Charneca

AGROPARQUE DO MONTE DA CAPARICA (APMC)	Área total (ha)	Ocupaçã o por tipologia	Área utilizável (ha)	Produtividade potencial (ton/ha)		Rentabilidade bruta unitária (€/ha)		Produção potencial (ton/ha)		Valorização total potencial (€)	
	425	(%)	276	min	max	min	max	min	max	min	max
Área utilizável (65% da área total)		-	276,4	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefício por omissão de limpeza preventiva		-	276,4	-	-	1 000 €	2 500 €	-	-	276 393 €	690 983 €
Culturas arvenses de sequeiro		30	82,9	2	5	250 €	350 €	165,8	414,6	41 459 €	145 106 €
Culturas arvenses de regadio		30	82,9	60	80	300 €	1 500 €	4975,1	6633,4	1 492 522 €	9 950 148 €
Outras culturas permanentes		20	55,3	3	5	2 000 €	4 000 €	165,8	276,4	331 672 €	1 105 572 €
Pastagens permanentes biodiversas		10	27,6	1	1	750 €	1 000 €	27,6	27,6	20 729 €	27 639 €
Galerias ripícolas e outros corredores de biodiversidade		10	27,6	-	-	-	-	-	-	-	-
										2 162 775 €	11 919 448 €
										Média simples (arredondada) :	
										- Total (€ / ano)	
										- Unitária (€ / ha / ano)	
										16 558 €	

Figura 37 – Valorização económica potencial das atividades produtivas do Agroparque do Monte da Caparica

AGROPARQUE DAS TERRAS DA COSTA E DO MAR (APTCM)	Área total (ha)	Ocupaçã o por tipologia	Área utilizável (ha)	Produtividade potencial (ton/ha)		Rentabilidade bruta unitária (€/ha)		Produção potencial (ton/ha)		Valorização total potencial (€)	
	162	(%)	105	min	max	min	max	min	max	min	max
Área utilizável (65% da área total)		-	105,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefício por omissão de limpeza preventiva		-	105,1	-	-	1 000 €	2 500 €	-	-	105 125 €	262 811 €
Culturas arvenses de sequeiro		10	10,5	2	5	250 €	350 €	21,0	52,6	5 256 €	18 397 €
Culturas arvenses de regadio		70	73,6	60	80	300 €	1 500 €	4415,2	5887,0	1 324 569 €	8 830 458 €
Outras culturas permanentes		10	10,5	3	5	2 000 €	4 000 €	31,5	52,6	63 075 €	210 249 €
Pastagens permanentes biodiversas		0	0,0	1	1	750 €	1 000 €	0,0	0,0	0 €	0 €
Galerias ripícolas e outros corredores de biodiversidade		10	10,5	-	-	-	-	-	-	-	-
										1 498 024 €	9 321 915 €
										Média simples (arredondada) :	
										- Total (€ / ano)	
										- Unitária (€ / ha / ano)	
										33 445 €	

Figura 38 – Valorização económica potencial das atividades produtivas do Agroparque das Terras da Costa e do Mar

POLOS PRODUTIVOS DE ALMADA	Área total (ha)	Valorização total potencial (€)		
		mínimo	máximo	méd ponderada
PARQUE AGRÍCOLA DO CARAMUJO (PAC)	77	393 879 €	2 170 740 €	1 282 000 €
ECOPARQUE DA CHARNECA (EPC)	107	499 721 €	2 434 180 €	1 466 000 €
AGROPARQUE DO MONTE DA CAPARICA (APMC)	425	2 162 775 €	11 919 448 €	7 041 000 €
AGROPARQUE DAS TERRAS DA COSTA E DO MAR (APTCM)	162	1 498 024 €	9 321 915 €	5 409 000 €
	772	4 554 399 €	25 846 283 €	15 198 000 €
Média simples (arredondada) : - Unitária (€ / ha / ano)		5 903 €	33 500 €	19 698 €

Figura 39 – Valorização económica potencial das atividades produtivas agrícolas e agroalimentares do concelho de Almada

Os resultados apurados para cada uma dos quatro (4) polos concelhios permite observar, em termos estimativos, que os intervalos de valorização potencial em termos económicos são bastante amplos, isto porque, face à natureza da atividade agrícola e agroalimentar (de elevado risco produtivo, muito dependente de fatores externos edafoclimáticos, recursos humanos, investimento, etc.) e ao forte grau de incerteza quanto à efetiva ocupação existente em cada área (tendo em conta a sua fase propositiva), importou ‘abrir’ as possibilidades de análise destes mesmos resultados.

Tendo este princípio em conta e os pressupostos assumidos de variabilidade da ocupação cultural e das galerias ripícolas, apurou-se um valor médio global ponderado, em termos económicos anuais e a preços correntes, de aproximadamente 15,2 milhões de euros (média ponderada das médias simples), passíveis de serem gerados na economia local a partir do fomento dos solos rústicos de Almada numa área total de 772 hectares, o equivalente a um valor médio unitário de cerca de 19,7 mil euros/hectare/ano (figura 39).

Com uma amplitude bastante alargada na projeção desta valoração bruta das produções locais, por ano – entre os 4,6 e os 25,8 milhões de euros, o correspondente a um intervalo de 5,9 a 33,5 mil euros/hectare/ano, para os cenários menos e mais favoráveis respetivamente, em termos agrícolas e agroalimentares –, importará depois, no seguimento do presente trabalho, apurar em concreto e para cada um dos polos propostos os valores mais ‘finos’ de resultado económico, a obter através de um estudo de viabilidade técnica e económico-financeira das quatro (4) áreas-chave identificadas neste contexto: PAC, EPC, APMC e APTCM.

3.2 ESTRUTURAS COMERCIAIS ALIMENTARES

A análise das estruturas comerciais com predominância na comercialização de produtos alimentares no concelho de Almada teve por base os elementos quantitativos e georreferenciados constantes da base de dados municipal ‘Almada Estabelecimentos Comerciais’ (<https://geoinformacao.cm-almada.pt>), uma plataforma *open source* disponível online, via sítio CM ALMADA, na rubrica / separador ‘Apoio o Comércio Local’ (consultada em abril de 2025).

Quando seleccionadas as tipologias, verificava-se à data a identificação de um total de 348 estabelecimentos referenciados (figura 40), predominando, em quase metade da totalidade, os restaurantes (165 unidades, mais 47% do universo); as padarias e pastelarias (49 estabelecimentos, correspondendo a 14%); os talhos, salsicharias e charcutarias (26 lojas, o equivalente a mais de 7%); e, as mercearias, minimercados e supermercados (18 lojas, representando 5%).

Cafés, casas de vinhos e de chás	55
Frutarias	1
Gourmet e chocolate	1
Hipermercados	2
Mercados municipais	11
Mercearias, minimercados e supermercados	18
Outro (confeção de refeições prontas para levar)	15
Padarias e pastelarias	49
Peixarias e produtos congelados	5
Restaurantes	165
Talhos, salsicharias e charcutarias	26

Figura 40 – Repartição por tipologia dos estabelecimentos comerciais alimentares em Almada
(in plataforma ‘Almada Estabelecimentos Comerciais’, 2025)

De assinalar ainda, pela sua dimensão económica local e representatividade de operadores grossistas e retalhistas alimentares aí instalados (muitos deles, em diferentes áreas de atividade), o universo dos 11 Mercados Municipais de retalho e grosso - entre os quais um Mercado Abastecedor e uma Feira de Levante — existentes no concelho à data, bem como dois (2) hipermercados referenciados, o que, no conjunto destas 13 estruturas agregadoras de comércio local, implicará a existência nesta área de estudo de, pelo menos, mais 150 operadores económicos ligados, direta ou indiretamente, ao setor da Alimentação (figuras 41 e 42).

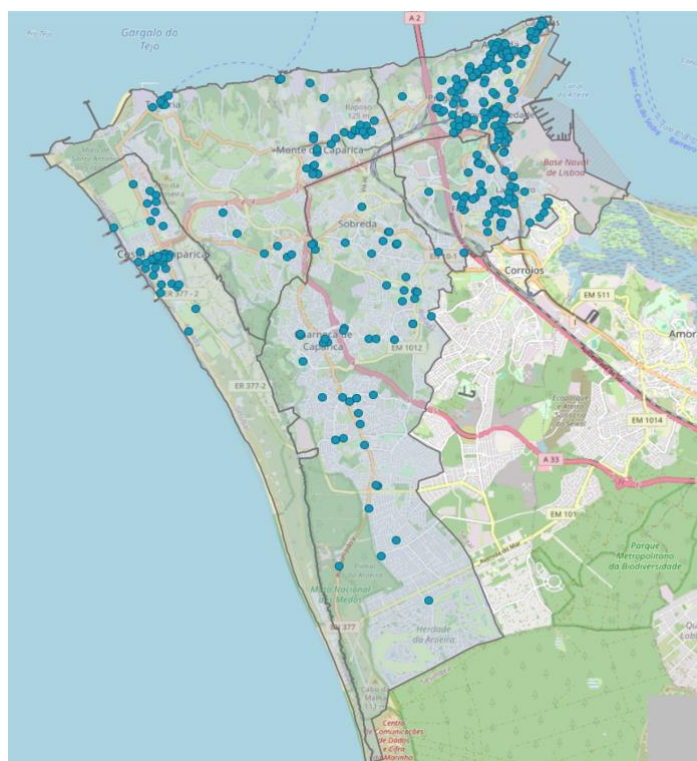


Figura 41 – Localização dos estabelecimentos comerciais alimentares em Almada
(in plataforma ‘Almada Estabelecimentos Comerciais’, 2025)

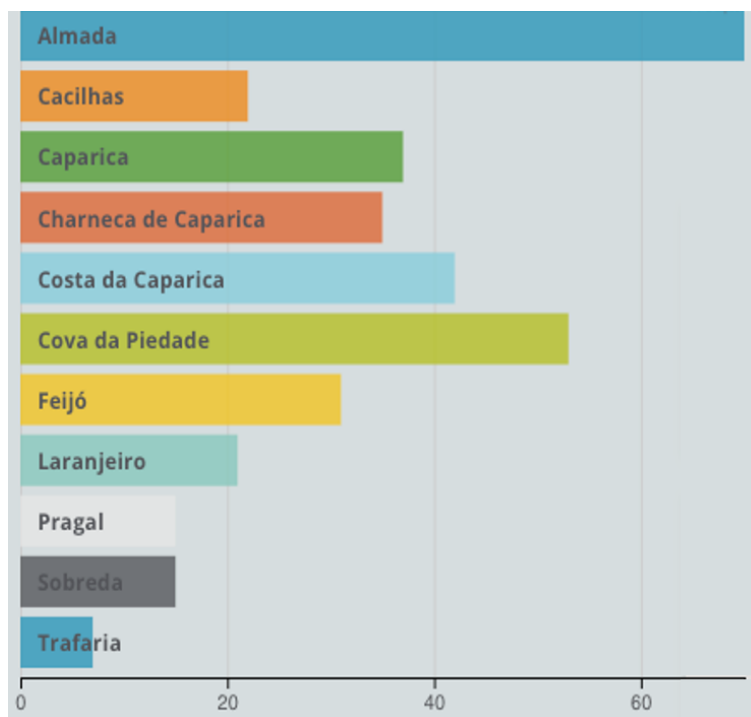


Figura 42 – Repartição por freguesia dos estabelecimentos comerciais alimentares em Almada
(in plataforma 'Almada Estabelecimentos Comerciais', 2025)

Em termos de distribuição geográfico-administrativa, constata-se que a maioria dos estabelecimentos comerciais alimentares do concelho concentram-se, como seria de esperar, nos três aglomerados urbanos com maior concentração populacional, nomeadamente Almada (70 estabelecimentos, representando 20% do total de unidades comerciais deste cariz); Cova da Piedade (53 estabelecimentos, correspondendo a 15%); e, Costa de Caparica (42 estabelecimentos, o equivalente a 12% da globalidade).

Pela importância que se considera poderem vir a assumir os Mercados Municipais na valorização dos circuitos agroalimentares mais curtos nível local – podendo ter, por exemplo, um papel (muito) mais ativo na concentração da produção, transformação e comercialização de frescos, funcionando como uma rede logística de distribuição retalhista de proximidade incentivada pela própria Autarquia -, apresenta-se de seguida a caracterização sumária, disponibilizada pela CM ALMADA, do conjunto destes nove (9) Mercados Municipais retalhistas, bem como do seu Mercado Abastecedor grossista local e da Feira de Levante também periodicamente realizada neste concelho (figuras 43 e 44).



Mercado Municipal de Almada



Praça do Comércio

2800-051 Almada

Telefone: 212 761 044

Horário de Funcionamento: Terça-feira a Sábado - das 07:00 às 14:00

Serviços:

- Peixaria (frescos e congelados)
- Produtos Hortofrutícolas
- Charcutaria
- Cafetaria
- Roupas e Têxtil
- Talho

Mercado Municipal das Torcatas



Avenida do Cristo Rei

2800-052 Almada

Serviços:

- Peixaria
- Produtos Hortofrutícolas

Mercado Municipal da Cova da Piedade



Avenida da Fundação

2805-152 Almada

Telefone: 212 761 943

Horário de Funcionamento: Terça-feira a Sábado - das 07:00 às 14:00

Serviços:

- Talho
- Produtos Hortofrutícolas
- Roupas e Têxtil

Mercado Municipal da Costa de Caparica



Praça da Liberdade

2825-355 Costa de Caparica

Telefone: 212 901 089

Horário de Funcionamento: Terça-feira a Domingo - das 07:00 às 14:00

Serviços:

- Peixaria
- Talho
- Charcutaria
- Produtos Hortofrutícolas
- Florista
- Restauração
- Serviços de atendimento Junta de Freguesia
- Serviços de atendimento Águas e Saneamento



Rua Marco Cabaço

2820-644 Charneca de Caparica

Telefone: 212 972 827

Horário de Funcionamento: Terça-feira a Domingo - das 08:00 às 13:00

Serviços:

- Charcutaria
- Lavandaria
- Café
- Serviços de Apoio Social
- Serviços de Atendimento da Universidade Sénior
- Artesanato
- Florista
- Hortofrutícolas
- Peixaria (frescos, bacalhau)
- Marisco
- Caracóis
- Livraria
- Velharias
- Roupas e Têxtil
- Padaria
- Talho

Mercado Municipal da Sobreda



Rua Varela Silva

2815-786 Sobreda

Telefone: 212 946 634

Horário de Funcionamento: Terça-feira a Domingo - das 08:00 às 13:00

Serviços:

- Café
- Peixaria (frescos)
- Produtos Hortofrutícolas
- Talho
- Padaria
- Charcutaria
- Pastelaria
- Serviços de Atendimento da Junta de Freguesia
- Marisco

Mercado Municipal do Monte de Caparica



Rua Alfredo Cunha

2825-355 Caparica

Telefone: 212 954 688

Horário de Funcionamento: Terça-feira a Domingo - das 07:00 às 13:00

Serviços:

- Peixaria
- Charcutaria
- Produtos Hortofrutícolas
- Churrasqueira
- Florista
- Talho

Mercado Municipal da Trafaria



Largo da República

2825-886 Trafaria

Telefone: 212 946 910

Horário de Funcionamento: Terça-feira a Domingo - das 07:00 às 13:00

Serviços:

- Peixaria
- Charcutaria
- Peixaria

Mercado Municipal do Feijó



Rua Dr. António Elvas

2810-165 Almada

Telefone: 212 587 143

Horário de Funcionamento: Terça-feira a Sábado - das 07:00 às 14:00

Serviços:

- Papelaria
- Charcutaria
- Talho
- Roupas, Têxtil e Acessórios de Moda
- Cabeleireiro
- Lavandaria
- Peixaria (frescos e congelados)
- Pastelaria
- Serviço de Atendimento ao Múncipe - Espaço Cidadão

Mercado Abastecedor de Almada



Rua dos Lusíadas, Bairro do Matadouro

2805-027 Almada

Telefone: 212 952 854

Horário de Funcionamento: Terça-feira a Sábado - das 05:00 às 10:00

Serviços:

- Produtos Hortofrutícolas
- Frutos Secos
- Ração
- Café
- Queijos

Feira de Levante



Rua Joaquim Pires Jorge

Zona Industrial do Feijó

2810-402 Almada

Telefone: 212 583 321

Horário de Funcionamento: Domingo das 07:00 às 13:00

Serviços:

- Roupas, Têxtil e Acessórios de Moda
- Produtos Hortofrutícolas

Figura 43 – Caracterização dos Mercados Municipais alimentares retalhistas (9), grossista (1) e de levante (1) de Almada

(in www.cm-almada.pt, 2025)

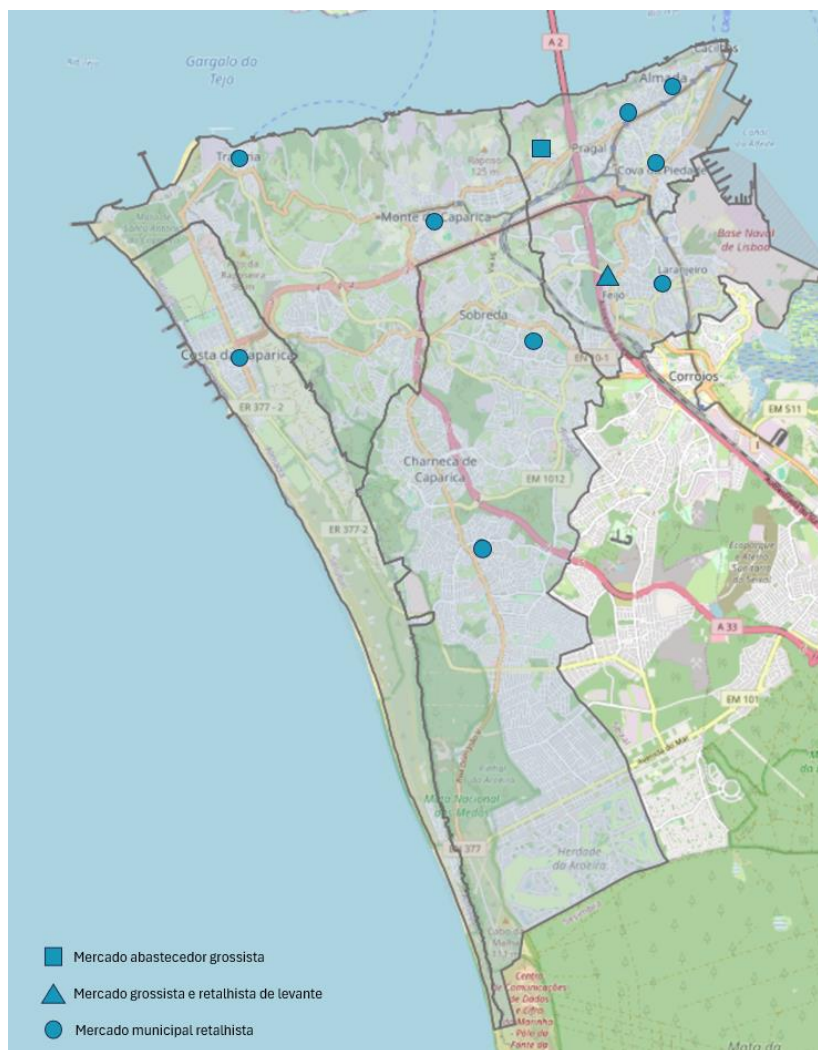


Figura 44 – Localização dos Mercados Municipais alimentares retalhistas (9), grossista (1) e de levante (1) de Almada
(in plataforma 'Almada Estabelecimentos Comerciais', 2025)

3.3 CIRCUITOS LONGOS, CURTOS E DIRETOS

Os circuitos locais de distribuição alimentar – mais ou menos longos na sua extensão socioeconómica (números de níveis operacionais e de agentes económicos envolvidos); logística (percurso físico e condições infraestruturais que envolvem os produtos no seu transporte do campo / produtor ao prato / consumo); e, temporal (período que medeia desde a colheita / produção à compra / consumo) – são múltiplos e diversos, e mudam a cada momento em função da relação que se estabelece territorialmente nos sistemas (agro)alimentares entre as condições de oferta e procura (figura 45).

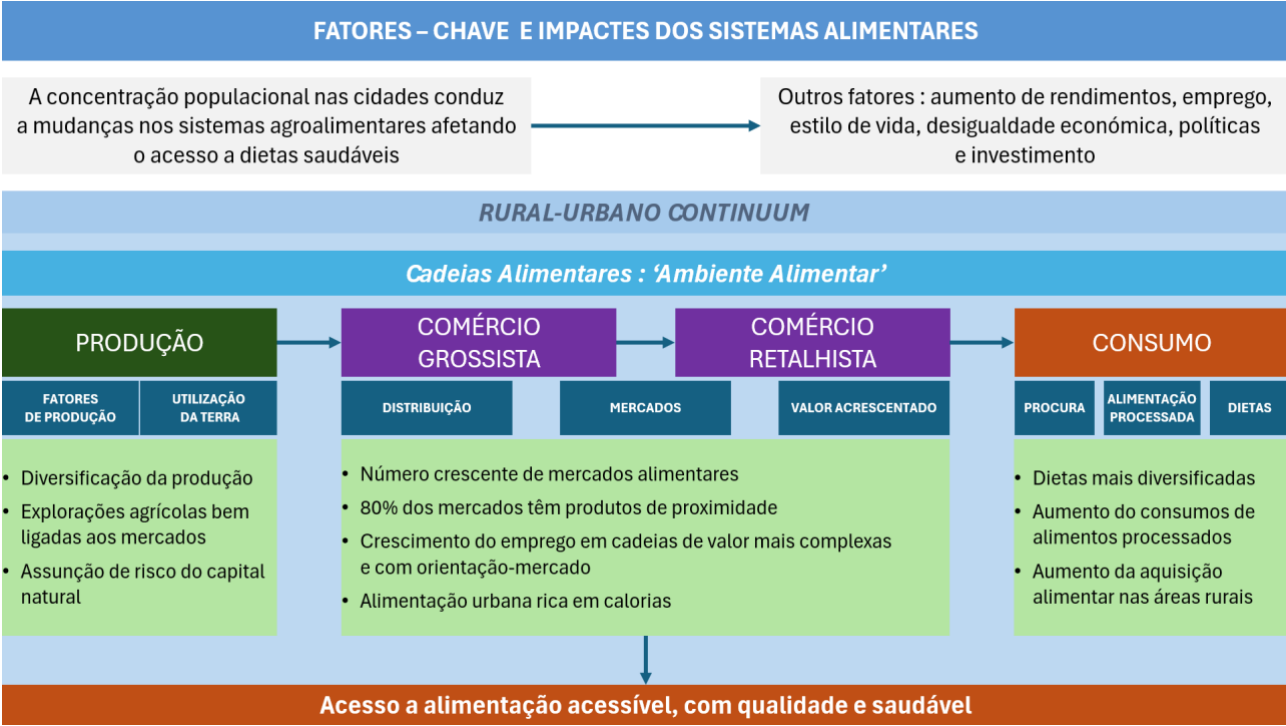


Figura 45 – Fatores-chave e impactes que modelam os sistemas agroalimentares (adaptado de FAO, 2023)

As variáveis que modelam os sistemas agroalimentares e as suas cadeias são diversas e condicionam, também, os diferentes tipos de circuitos de distribuição de produtos locais (figura 46).

Veja-se por exemplo, notório no concelho de Almada, a influencia que fatores-chave como a rápida urbanização, a multiplicidade de infraestruturas, a alteração substancial dos modos de vida, a evolução do emprego, a variação e variabilidade dos níveis de rendimento ou as políticas públicas locais adotadas (FAO, 2023) têm na configuração dos níveis operacionais das diversas cadeias de produtos agrícolas e agroalimentares, com relevância em diferentes formas de transformação, comercialização e consumo; no acesso a estes produtos pela população em termos de locais de aquisição; nos preços praticados no grosso e retalho; na disponibilidade de produtos frescos e nutritivos, , entre outros aspetos-chave para a economia local.



Figura 46 – Intervenientes comerciais nas cadeias de distribuição agroalimentar (FAO, 2024)

A definição de circuitos de distribuição que se considera mais adequada ao contexto deste estudo é aquela que é apontada pela Comissão Europeia e que remete para os conceitos utilizados desde logo, a partir do quadro programático anterior (2014-2020), com a identificação das ‘cadeias curtas de abastecimento alimentar’ (CCAA) / ‘*short food supply chain*’ (SFSC):

“Uma cadeia curta de abastecimento alimentar (CCAA), tal como definida pela UE, é uma cadeia de abastecimento que envolve um número limitado de operadores económicos, empenhados na cooperação, no desenvolvimento económico local e na manutenção de relações geográficas e sociais estreitas entre produtores, transformadores e consumidores de alimentos.

As CCAA foram definidas pela primeira vez na política de desenvolvimento rural da UE para 2014-2020. Esta política incentiva os produtores europeus a participarem em iniciativas de CCAA com a possibilidade de cofinanciamento pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural. Consequentemente, o número de agricultores urbanos e rurais que vendem os seus produtos diretamente aos consumidores, com um mínimo de intermediários, aumentou nos últimos anos.” (in www.eufic.org).

Do ponto de vista socioeconómico e em modo esquemático (figura 47), os circuitos longos e curtos diferenciam-se pelo número de níveis operacionais envolvidos em cada fileira dos produtos agrícolas e agroalimentares analisados:

- (i) ‘circuito curto direto’ : existem apenas dois níveis operacionais ao longo da fileira do produto, ligando diretamente o produtor ao consumidor;
- (ii) ‘circuito curto indireto’ : existem três níveis operacionais ao longo da fileira do produto, ligando o produtor ao consumidor através de retalhista(s); e,
- (iii) ‘circuito indireto’ : existem pelo menos quatro níveis operacionais ao longo da fileira do produto, ligando o produtor ao consumidor através de transformadores e/ou grossistas e retalhista(s).

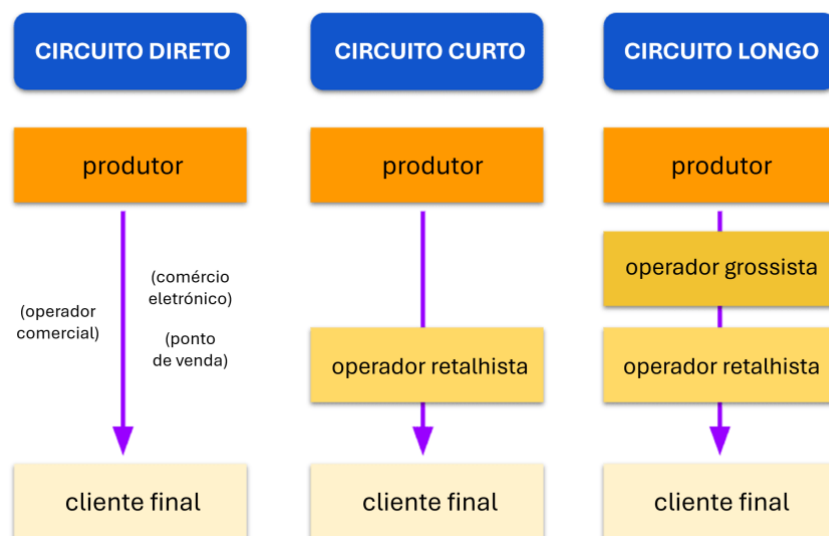


Figura 47 – Exemplos de circuitos de distribuição agroalimentar (www.afineo.com, 2025)

De sublinhar que, como referido anteriormente, estes conceitos não englobam duas outras perspetivas de abordagem (não comumente trazidas para o campo analítico neste contexto) que são decisivas e fundamentais no caso do presente estudo: a ponderação das etapas logísticas envolvidas nestes circuitos e a sua relação com o(s) percurso(s) físico(s) / geográfico(s) decorrido(s); e, o período temporal que medeia, no circuito do produto, a sua produção até ao seu consumo.

Neste caso de Almada, a prioridade no fomento agrícola concelhio deverá passar - para além de novas oportunidades institucionais e técnicas e de mais investimento na promoção de circuitos curtos, diretos ou indiretos -, pela dinamização de soluções logísticas integradas com o contexto local existente e por planeamento partilhado, entre os agentes produtivos e comerciais, dos tempos e momentos / janelas de produção, por forma a garantir, tanto quanto o possível, alimentos locais frescos, diversos e nutritivos.



Figura 48 – Tipologias de mercados públicos agroalimentares de proximidade (Richard McCarthy & FAO, 2024)

Nesta ótica, particular atenção aos mercados agroalimentares de cariz público como o são os Mercados Abastecedores (grossistas) e os Mercados Municipais (retalhistas) em Portugal, nomeadamente os já descritos para Almada. De facto, este tipo de equipamentos públicos – de gestão direta municipal ou, mesmo, concessionados na sua gestão e/ou exploração a agentes privados, desde que assente esta gestão num mandato público (contrato-mandato) -, podem assumir diferentes configurações operacionais em função da sua localização e implantação territorial; infraestruturas e equipamentos (não) presentes; tipo de vendedores e compradores; modelos de acesso e gestão; e/ou contextos histórico-culturais do território, denominando-se

também e em função dos fatores apresentados, por exemplo de ‘Mercados de Produtores’ (destinados a comerciantes retalhistas que acumulam a função de produção agrícola); de ‘Mercados de Rua’ (quando realizados em estruturas temporárias, ao ar livre / na rua, e ocupando espaço público); ou, de ‘Mercados Levante’ (quando se tratam de mercados, a grosso e/ou retalho, de produtos alimentares e/ou não alimentares, realizados em espaços próprios regulados por entidades públicas mas sem ocupação permanente).

Desta forma, e à semelhança de outras geografias como aqui no país vizinho, em Espanha, ou mesmo nos Estados Unidos, importará sempre acompanhar e atender a casos de benchmarking que permitam ir enriquecendo a abordagem de articulação entre o fomento local da produção agrícola e os circuitos de distribuição de proximidade, mobilizados diretamente por entidades públicas da administração central, municipal ou similar.

A este propósito, vejam-se os casos de:

- (i) Ayuntamiento de Fuenlabrada (Município da Comunidade de Madrid, a cerca de 20 km da capital), promotor de um ‘Parque Agrario’ - aquilo que no modelo aqui proposto para a Almada poderá equivaler a um Agroparque -, com uma área de cerca de 800 hectares, 220 dos quais em regadio e produtor de hortícolas, abastecendo, numa lógica de agricultura em modos de produção sustentáveis, os consumidores de proximidade da área metropolitana de Madrid (figura 49); e,
- (ii) do próprio ‘New York City Council’ (Município do Estado de Nova Iorque), promotor de uma política pública de desenvolvimento económico que inclui a alimentação de proximidade e suporta o apoio direto, através de compras preferenciais para os organismos públicos locais, das produções dos agricultores do Estado bem como a promoção dos seus produtos nos mercados públicos retalhistas, *indoor* e *outdoor*, existentes ao longo de toda a cidade (figura 50).



Figura 49 – Política pública agroalimentar de proximidade: o caso do ‘Parque Agrario de Fuenlabrada’, Madrid, Espanha
(www.parqueagrariofuenlabrada.es, 2025)



Figura 50 – Política pública agroalimentar de proximidade: o caso de Nova Iorque, Estados Unidos

(www.edc.nyc, 2025)

Neste sentido, torna-se possível, para o caso de Almada, apresentar uma proposta de sistema alimentar de proximidade, que se julga tecnicamente coerente e articulada funcionalmente, e que possa agregar no território os quatro (4) principais polos de fomento da produção local aqui delineados (subsistemas alimentares de proximidade) – PAC, EPC, APMC e APTCM. Nesta proposta, evidencia-se a relação com as estruturas comerciais públicas de proximidade, de cariz retalhista, que possam suportar a distribuição e valorização dos produtos agroalimentares locais – isto é, os Mercados Municipais (figura 51).

Este sistema global a nível concelhio terá por base os quatro (4) polos de produção refletidos em subsistemas alimentares de proximidade, alicerçados precisamente nas relações entre as explorações agrícolas e os transformadores agroalimentares, os agentes comerciais e os consumidores locais, geradas pela implementação territorial de cada um deles (figuras 51 a 55).

SISTEMA ALIMENTAR DE PROXIMIDADE DE ALMADA

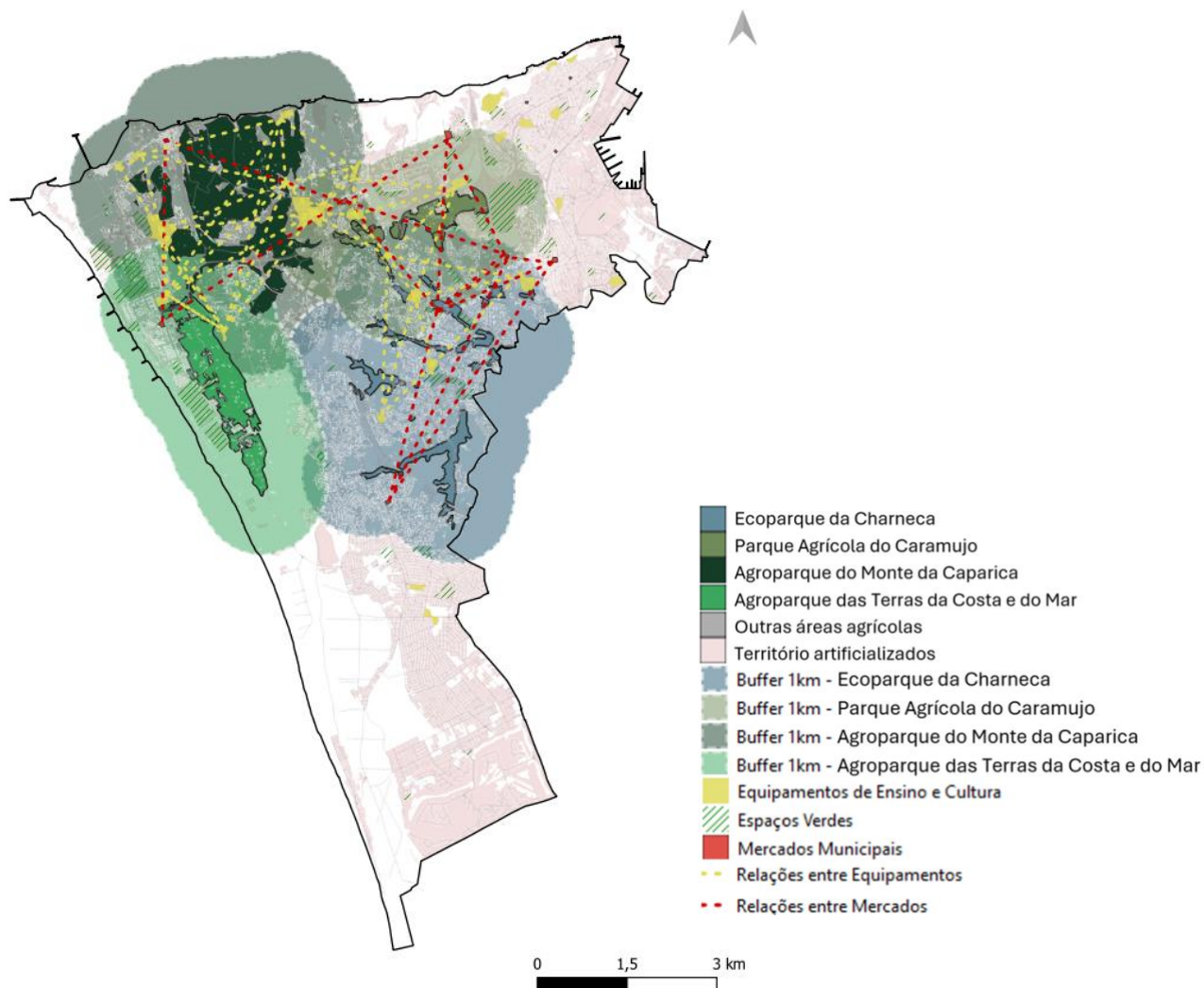


Figura 51 – Sistema alimentar de proximidade do concelho de Almada

SUBSISTEMA ALIMENTAR DE PROXIMIDADE DO CARAMUJO

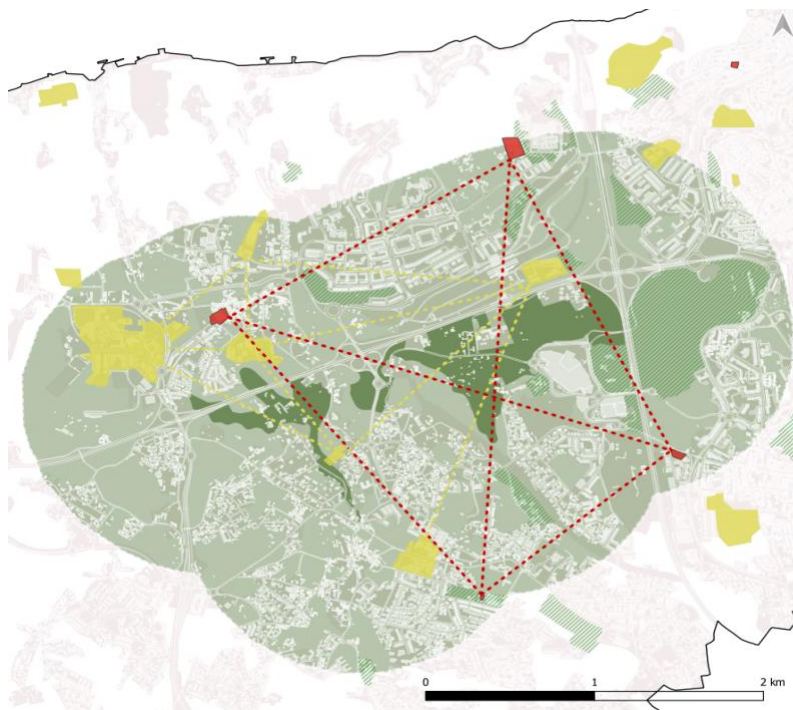


Figura 52 – Subsistema alimentar de proximidade do Caramujo

SUBSISTEMA ALIMENTAR DE PROXIMIDADE DA CHARNECA

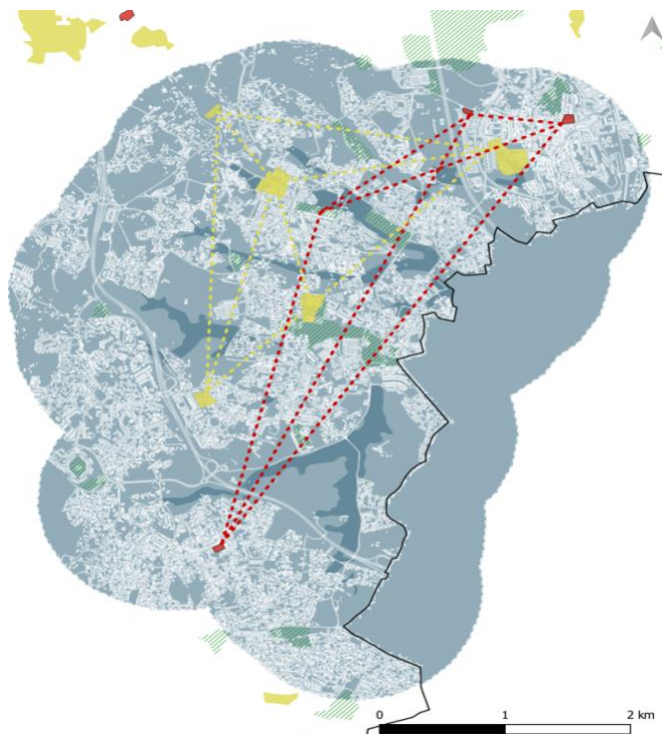


Figura 53 – Subsistema alimentar de proximidade da Charneca

SUBSISTEMA ALIMENTAR DE PROXIMIDADE DO MONTE DA CAPARICA

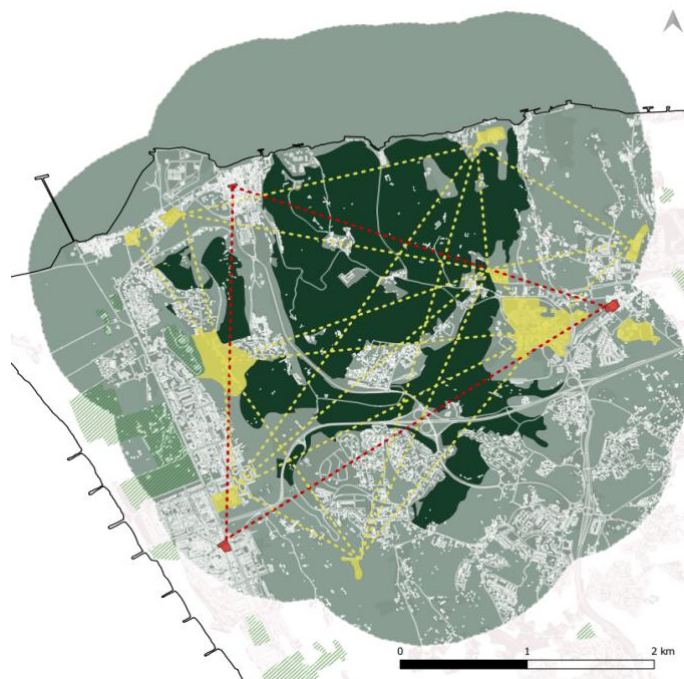


Figura 54 – Subsistema alimentar de proximidade do Monte da Caparica

SUBSISTEMA ALIMENTAR DE PROXIMIDADE DAS TERRAS DA COSTA E DO MAR



Figura 55 – Subsistema alimentar de proximidade das Terras da Costa e do Mar

Deste modo, propõe-se que seja a partir desta visão integrada e integradora de sistema alimentar de proximidade que Almada possa vir agora, a partir do exemplo prático que já é o APTCM, a desenvolver não só uma política de fomento agrícola que se estenda em rede aos restantes três (3) polos principais do concelho, mas também que promova, decisivamente, um modelo de governança interna ao nível da organização, funcionamento e divulgação pública dos seus Mercados Municipais, considerados aqui como plataformas-chave de concentração, preparação, comercialização e expedição dos produtos agroalimentares locais. E quanto a este último aspeto, importará destacar três frentes de foco que poderão, precisamente, potenciar os Mercados Municipais como verdadeiras plataformas logísticas agroalimentares locais de suporte aos circuitos curtos desejáveis para uma política alimentar concelhia sustentável:

- (i) Equipamentos e meios operacionais – os Mercados poderão facultar, a produtores e comerciantes, condições materiais de funcionamento decisivas para a manutenção da cadeia de frio (por exemplo, câmaras de frio positivo, de refrigeração, e negativo, de congelação), preparação de produtos frescos (por exemplo, máquinas de corte, fracionamento / loteamento e embalamento) e gestão de stocks (por exemplo, áreas conjuntas e individuais de armazenagem, em paletes e caixas);
- (ii) Espaços comerciais de venda – os mesmos Mercados poderão potenciar-se com espaços mais modernizados e atrativos, com serviços complementares de proximidade associados, onde produtores e/ou comerciantes possam expor, promover e vender os seus produtos locais (por exemplo, tendo condições preferenciais de acesso, taxas bonificadas e materiais promocionais dos produtos do concelho);
- (iii) Meios de promoção institucional – os Mercados do concelho poderão ser utilizados ainda para promover o território agrícola e agroalimentar de Almada, como *‘welcome centres’* / *‘salas de visita’* / *‘show rooms’* de tudo o que (de bom) se faz em termos produtivos, sendo montra de comunicação territorial e de publicitação comercial dos produtos e dos seus produtores – em articulação estreita com a promoção da visita ao território, precisamente encadeando com os serviços de ecossistemas promover na EEM (por exemplo, recorrendo a campanhas de promoção sazonais dos produtos locais, eventos gastronómicos e de aprendizagem / *show cooking* que integrem estes produtos e/ou a divulgação por meios digitais, nas redes sociais e sítios institucionais, onde seja dada maior visibilidade e destaque ao que se vai produzindo no concelho e àquilo que são, também, as explorações agrícolas, as ideias e os projetos-piloto de desenvolvimento de práticas ligadas às comunidades locais e ao consumo diferenciado de proximidade).



Figura 56 – Política pública agroalimentar de proximidade: o caso dos Mercados Municipais de Barcelona, Espanha

(www.alimentaciosostenible.barcelona)

Salientar como exemplo de benchmarking o conceito de ‘Comerç Verd’ (‘Comércio Verde’), em curso no Ayuntamiento de Barcelona (Município de Barcelona) - através da gestão e promoção dirigidas por uma instituição municipal, criada em 1991, que é o IMMB – Institut Municipal de Mercats de Barcelona -, e que assenta no desenvolvimento contínuo, nos 39 Mercados Municipais alimentares da cidade, de um projeto valorizador das produções e dos produtores locais, diferenciando-os positivamente no comércio e no consumo de Barcelona e dos seus aglomerados urbanos envolventes da área metropolitana (figura 56).

3.4 FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

As análises precedentes relativas ao diagnóstico prospetivo e às perspetivas de evolução do modelo de ocupação do solo da EEM com atividade agrícola no concelho de Almada permitiram identificar um conjunto de cinco (5) fatores que se considera poderem ser críticos para o sucesso de um processo de fomento agrícola e agroalimentar no território, bem como de promoção dos serviços de ecossistemas, nomeadamente naquilo que poderá ser o quadro futuro de intervenção institucional e técnica da Autarquia.

De facto, face ao caracterizado, observado, auscultado *in loco* e projetado em termos de modelos de aptidões e funcionalidades, existem pontos-chave que, se julga, terão de ser alvo de particular atenção de seguimento neste contexto, a saber:

Política municipal de ordenamento e gestão territorial

A gestão e valorização da EEM passa, em primeira instância, para sua valorização em sede dos instrumentos de gestão territorial (IGT) de cariz municipal, nomeadamente através da salvaguarda, em termos de possibilidades de ocupação, e valorização enquanto ativo territorial, no que concerne às orientações e enquadramento regulamentar que lhe deverá ser devida em sede de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), em particular pretendendo-se acolher as propostas aqui expressas.

Neste sentido, só um trabalho transdisciplinar permanente entre os diferentes serviços camarários – e, neste caso em especial, entre o Departamento de Intervenção Ambiental, Clima e Sustentabilidade (DIACS), que promove o presente estudo, e o Departamento de Planeamento Urbanístico (DPU), que gere o planeamento territorial na Autarquia – permitirá, na escala do possível e quando for mais oportuno, ir incorporando as propostas aqui expressas nos IGT de diferente ordem hierárquica e escala territorial, bem como ir concretizando, no terreno com participação direta dos agentes instalados e a população, os processos transformativos que visam, de facto, ter uma EEM ‘viva’ e geradora de mais-valias sociais, económicas, ambientais e culturais para Almada.

Apoio técnico à produção e comercialização de produtos e serviços

O apoio técnico é, cada vez mais, um aspeto-chave de sucesso para qualquer atividade económica, sendo que a agricultura e o agroalimentar não fogem a esta regra. Sem a necessária continuidade do – excelente – trabalho técnico já hoje em curso pela CM ALMADA no APTCM e, mesmo, o seu reforço em termos de meios humanos, operacionais e financeiros, não será possível atingir o aqui proposto – passa, muito, pela mudança de um paradigma já ‘estafado’ e, porventura, (bastante) pernicioso para um modelo de desenvolvimento equilibrado e sustentável do território : não há, na realidade, um espaço ‘urbano’ e um espaço ‘rural’, tantas vezes tidos como dissonantes e antagónicos; há um território, uno a nível concelhio, com funções várias e ocupações diversas, tantas vezes em mutação e que importa conhecer e compreender a cada momento, salvaguardando e dinamizando as suas dinâmicas e concertando os interesses legítimos de quem lá vive, trabalha e/ou visita com os interesses supra territoriais de planeamento, ordenamento e desenvolvimento de um espaço comum e partilhado que se quer com qualidade de vida e bem-estar.

Deste modo, e apesar de alguns proprietários e produtores agrícolas e agroalimentares, bem como agentes comerciais de proximidade, encontrarem já esse apoio quer de modo próprio e com contratação de serviços, quer por via de entidades associativas às quais estão ligados (como são exemplos os casos da CONFRAGI e da EDA - Ensaios e Diálogos Associação, no caso do APTCM, ou da ACISTDS – Associação do Comércio, Indústria, Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal), a CM ALMADA poderá ainda desempenhar um papel complementar muito importante de articulação técnica conjunta com outras entidades internas e externas aos sectores agrícola e do turismo, comércio e serviços, expondo e contribuindo para resolver posições comuns sobre diversos temas (por exemplo, modos de produção, ação sobre pragas e doenças, definição de critérios comerciais, promoção institucional, capacitação e formação profissional, realização partilhada de eventos, entre outros), bem como atrair novos investidores e financiadores para as oportunidades de desenvolvimento que se venham a colocar pelos atuais e futuros produtores nas áreas da horticultura, fruticultura, pastagens e forragens, produção animal, equitação, unidades locais de transformação agroindustrial (por exemplo, na área da hortofruticultura e dos lacticínios), espaços comerciais de proximidade, serviços e conservação de ecossistemas, entre outras.

Infraestruturas e equipamentos das cadeias produtivas e comerciais

A existência de infraestruturas e de equipamentos junto a quem produz e a quem comercializa é absolutamente essencial, não só para tornar o processo físico / logístico possível, como também, e sobretudo no caso das produções locais, salvaguardar o mais importante: a mais-valia económica que as pequenas produções transportam na qualidade, frescura e carácter saudável dos seus produtos únicos. Veja-se que, por exemplo sem cadeia de frio do campo ao ponto de venda/compra retalhista (e preferencialmente até casa), não há possibilidade de manter, logo valorizar, as propriedades organoléticas e nutricionais de um qualquer legume ou fruta colhido no campo; todo o (duro e arriscado) trabalho de terreno na agricultura e na agropastorícia não pode ser hipotecado depois a jusante, por falta deste tipo de condições.

Neste contexto, importa salientar a criticidade de dotar (em se ir dotando neste processo) os produtores com espaços adequados de armazenagem - nas explorações e/ou fora destas -, com e sem frio industrial partilhado, consoante os produtos envolvidos; de processamento dos produtos, nomeadamente em termos de lavagem, corte, embalamento e rotulagem; de expedição e colocação nos pontos de venda, em especial de transporte e acondicionamento isotérmico quando necessário, valorizando aspetos subjacentes à transição verde e digital, como a adoção de infraestruturas ‘alimentadas’ com energia limpa, equipamentos e viaturas elétricos e processos digitais de intermediação.

Relembrar ainda o papel central que, no domínio público da gestão comercial em que a Autarquia está envolvida, a rede municipal dos Mercados Municipais de Almada pode, e deve ter cada vez mais, neste sistema de proximidade, como ‘pontos intermédios de receção, venda e distribuição local’ dos produtos agroalimentares obtidos no espaço concelhio. Nota também para a possibilidade – necessidade – da CM ALMADA poder intervir no apoio direto (com fundos próprios municipais) e indireto (mobilizando-os junto de outras entidades financiadoras) aos comerciantes independentes dos aglomeradores urbanos do concelho, tendo em vista o facultar deste apoio por contrapartida à comercialização e promoção dos produtos locais do concelho (por exemplo, através da criação de uma marca / marcas territorial / territoriais e sua divulgação e consumo intermédio nos pontos de venda grossistas e retalhistas, nomeadamente junto da hotelaria e restauração de Almada).

Articulação institucional externa e interna

Como fica patente, muitas das ações estratégicas de investimento e de desenvolvimento operacional relacionadas com a atividade agrícola, agroalimentar e comercial dos proprietários e arrendatários fundiários do concelho dependem de intervenção técnica e/ou económico-financeira de terceiros – entidades públicas e privadas – nomeadamente em termos de autorizações prévias, pareceres, aprovações, financiamentos, etc.; neste sentido, a CM ALMADA – também enquanto interveniente terceiro para os atores do sector – poderá e deverá assumir um papel institucional de maior acompanhamento, esclarecimento e/ou mediação junto dos produtores e na ligação com entidades externas, reforçando internamente com um recurso humano dedicado em exclusivo a esta área (organizando e agilizando a resolução de processos) e, depois, assumindo crescente e continuada intervenção de articulação junto de entidades como, entre outras, a Área Metropolitana de Lisboa (AML), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT), a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), o Instituto Superior de Agronomia (ISA), as diferentes escolas superiores de economia, gestão, comunicação, saúde e nutrição, a Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa (EHTL) a Confederação Empresarial de Portugal (CIP), a Associação Industrial Portuguesa (AIP), a Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores (SIMAB) / Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL), ou, mesmo, outras entidades financeiras e a banca em geral.

Internamente, e à semelhança do trabalho transdisciplinar exigido nos domínios do planeamento territorial, importará que a DIACS possa igualmente articular-se regularmente neste domínio com o Departamento de Economia e Desenvolvimento Local (DEDL), integrado aliás na mesma Direção, bem como com o Departamento de Comunicação (DCOM) e com os Gabinetes de Apoio à Presidência (GAP) e Vereação (GAV), de modo a inscrever, sempre que se justifique, a temática da produção, comercialização e consumo de produtos locais nas linhas de trabalho relativo ao desenvolvimento e promoção económica do concelho (por exemplo, na ligação aos Mercados Municipais) e à comunicação institucional corrente da própria Autarquia (por exemplo, através de notícias junto dos órgãos de comunicação social, redes sociais, publicidade institucional, eventos camarários, eventos populares, etc.).

Investimento e financiamento local

Como em qualquer atividade, o êxito do fomento agrícola e agroalimentar na EEM de Almada também será determinado pela capacidade dos agentes económicos, públicos e privados com atuação no território, investirem e reinvestirem em termos de ciclo de vida empresarial, ainda mais por se tratar de um setor que, por natureza, se encontra muito exposto ao risco e às vulnerabilidades territoriais onde se insere.

Neste sentido, a CM ALMADA poderá desempenhar neste domínio um ‘efeito catalisador’, por um lado potenciando junto dos produtores e comerciantes independentes, por um lado, oportunidades de financiamento diretas decorrentes quer do orçamento municipal quer de apoios de programas comunitários, nacionais e/ou regionais de financiamento que estejam em vigor; por outro lado, mobilizando e agregando oportunidades de investimento junto de potenciais investidores, nacionais e estrangeiros, interessados em potenciar as explorações agrícolas e agroindústrias locais dentro dos princípios aqui elencados neste estudo e/ou darem corpo no concelho a novas explorações, unidades transformadoras agroindustriais e atividades comerciais de proximidade daí decorrentes.

4. VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS AGROECOLÓGICOS E ALIMENTARES

A declaração de Glasgow sobre ‘Alimentação e Clima’ – na 26ª Conferência das Partes sobre Alterações Climáticas (COP 26), em Glasgow em 2021 - foi pioneira na inclusão, de forma integrada e manifestamente como orientação de ação pública e privada, de uma abordagem política sobre a trilogia ‘alimentação, clima e território’ para uma visão estratégica e sustentável do Planeta.

Este documento consiste no primeiro compromisso à escala global que reúne governos locais, independentemente da sua escala – de cidades pequenas e médias às megacidades, distritos e regiões, territórios, estados federais e províncias – para o desenvolvimento de políticas alimentares sustentáveis e integradas, para a promoção de mecanismos de ação conjunta, e no apelo aos governos nacionais para colocarem a alimentação e a agricultura no centro da resposta global à emergência climática.

4.1 RECURSOS ENDÓGENOS PRIMORDIAIS: PAISAGEM, SERVIÇOS DE ECOSISTEMAS, AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

A paisagem é muito mais do que o cenário que se desenrola diante do olhar; é um mosaico dinâmico de elementos naturais e humanos que se interligam e influenciam mutuamente ao longo do tempo - a Natureza e o Homem em interação.

Ao contemplar uma paisagem, não se está apenas a analisar a sua composição física, mas também percebendo as interações entre os ecossistemas, as atividades humanas e os valores simbólicos atribuídos por diferentes grupos sociais. Este conjunto de relações complexas faz da paisagem um campo fecundo para reflexões sobre sustentabilidade, identidade e bem-estar coletivo.

A identidade de serviços de paisagem é um conceito que parte da noção segundo a qual os ‘serviços de ecossistema - benefícios que os ecossistemas oferecem às sociedades humanas- estão profundamente conectados à percepção e à experiência das paisagens, referindo-se ao modo como as pessoas se relacionam com e interpretam a paisagem, incluindo os seus valores culturais, estéticos e simbólicos.

Assim, os serviços de paisagem referem-se aos benefícios que a paisagem fornece, não apenas em termos ecológicos, mas também em relação aos valores culturais e socioeconómicos, incluindo:

- Serviços de regulação: controle do clima, regulação do ciclo da água, ou mitigação de inundações;
- Serviços culturais: relacionados ao valor estético, recreativo ou espiritual que uma paisagem oferece às pessoas. Por exemplo, áreas naturais podem ser importantes para atividades turísticas ou para a identidade cultural de uma comunidade;
- Serviços de suporte: como o ciclo de nutrientes e a polinização, que permitem a manutenção da vida em uma determinada região.

A identidade de uma paisagem não se refere apenas à sua aparência física, mas também à forma como ela é vivenciada e interpretada pelas pessoas que a habitam ou a visitam. Esta identidade envolve várias dimensões:

- Cultural: muitas paisagens têm um valor profundo para as culturas locais, representando histórias, tradições e valores. Por exemplo, um campo agrícola pode ser mais do que uma área produtiva; ele pode ser visto como um espaço simbólico que representa a vida rural ou um modo de vida específico;
- Histórica: a paisagem pode carregar significados históricos para as comunidades, como campos de batalha antigos ou lugares que preservam determinadas vivências ou estilo arquitetónico;
- Emocional: certas paisagens podem provocar sentimentos específicos nas pessoas, como serenidade ao olhar para uma paisagem montanhosa ou nostalgia ao passear por uma floresta.

Os serviços de paisagem podem afetar diretamente a identidade de uma região e, nalguns casos, a própria identidade cultural de uma comunidade. Essa relação pode ser vista sob diversas óticas:

- Turismo e recreio: paisagens naturais ou agrícolas que são apreciadas por seu valor estético e cultural e que podem atrair turistas, gerando receita para a economia local, ao mesmo tempo em que reforçam a identidade, *goodwill* e notoriedade locais;
- Valorização de saberes tradicionais: as práticas agrícolas tradicionais que modelam a paisagem podem ser vistas como parte da identidade cultural de uma comunidade, como no caso de sistemas agrícolas sustentáveis ou de cultivos específicos ligados a uma cultura com história e histórias;
- Impacto da alteração na paisagem: a modificação excessiva ou a destruição de uma paisagem (por exemplo, pela urbanização descontrolada ou pela destruição de habitats naturais) pode afetar a identidade de um território, tanto em termos de memória coletiva quanto no sentido de perder um serviço de ecossistema valioso.

É neste contexto que, para o concelho de Almada e para o território em análise, se propõe uma abordagem de identidades de paisagem e de serviços de ecossistemas que integrem duas conceções estratégicas e regulamentares em sede de EEM:

- Paisagens agrícolas e agroalimentares: em áreas rústicas, as práticas agrícolas e agroalimentares de proximidade muitas vezes estão intrinsecamente ligadas à identidade da comunidade. A salvaguarda de uma paisagem agrícola e/ou das atividades agroalimentares aí integradas, com a manutenção de práticas como o uso de variedades de espécies vegetais endémicas e raças animais autóctones, pode reforçar a identidade cultural do território; e,
- Paisagens naturais e espirituais: lugares naturais - como montanhas, matas ou rios - possuem um valor natural e espiritual significativo para certas comunidades e pessoas. A preservação dessas paisagens não é apenas uma questão de sustentabilidade ecológica, mas também uma oportunidade de perpetuar e valorizar a identidade e as práticas culturais das comunidades do território.

A questão identitária da paisagem e alimentação envolve a forma como o ambiente e a cultura alimentar de um determinado grupo ou sociedade moldam a identidade dos seus indivíduos e comunidades. Estes dois elementos – paisagem e alimentação – são fundamentais na construção do que se entende como ‘identidade alimentar’, tanto no nível individual como no coletivo. A alimentação constitui, assim, não apenas uma resposta às necessidades fisiológicas, mas também uma manifestação da relação simbiótica entre a comunidade e o território. Os modos de produção alimentar, os rituais à mesa e as escolhas de ingredientes revelam o modo como os habitantes interpretam e valorizam o espaço envolvente. Festas locais, receitas ancestrais e feiras agrícolas são espaços privilegiados de transmissão de saberes e de celebração da ligação entre pessoas, paisagem e comida.

Deste modo, a alimentação não só é um fator biológico necessário à sobrevivência, mas também um marcador cultural e social. Os hábitos alimentares de uma comunidade, os pratos tradicionais e a relação com os alimentos locais são expressões claras da identidade de um grupo. Cada região ou grupo étnico tem as suas tradições alimentares específicas que refletem a história, os recursos disponíveis e os saberes ancestrais. O prato típico de uma região pode ser uma maneira de afirmar essa identidade, seja num contexto local ou mesmo internacional, tornando assim a Culinária e a Gastronomia como vetores consubstanciadores da cultura de cada local. Muitas vezes, as práticas alimentares também estão ligadas à religião, com alimentos específicos sendo consumidos em determinados rituais ou festividades.

A comida torna-se assim um símbolo de identidade espiritual e cultural. Com o processo de globalização, a alimentação tem sido uma das áreas mais afetadas, com a disseminação de produtos e pratos internacionais, o que gera tensões entre aqueles que defendem intransigentemente a salvaguarda dos alimentos e produtos tradicionais e aqueles para quem a adoção de alimentos industrializados ou de ‘moda’ é o caminho a percorrer.

Neste sentido, a relação entre paisagem e alimentação revela-se essencial para a compreensão de como os indivíduos desenvolvem um sentimento de pertença e identificação com o espaço onde vivem. As práticas culturais relacionadas ao cultivo de alimentos, à celebração de colheitas e à valorização de ingredientes locais criam rituais e memórias partilhadas que atravessam gerações. Esses elementos reforçam os laços comunitários, transmitindo não só conhecimentos práticos, mas também narrativas e símbolos que ajudam a definir o que significa ‘ser’ de determinado lugar. Assim, a identidade torna-se um tecido vivo, tecido a partir das interações cotidianas com o ambiente e do significado atribuído à paisagem e aos alimentos.

Além disso, os desafios contemporâneos — como a globalização dos hábitos alimentares, as mudanças climáticas e a urbanização acelerada — têm impulsionado movimentos de valorização das culturas alimentares locais e da proteção dos ecossistemas agrícolas e naturais. O resgate de práticas agrícolas sustentáveis, a defesa de sementes e raças autóctones e a promoção de mercados de proximidade são exemplos de iniciativas que visam não só a salvaguarda do ambiente, mas também o reforço das identidades culturais.

Esta interdependência entre paisagem e alimentação é visível tanto em contextos rurais, onde a relação com a terra é mais direta, como em contextos urbanos, onde a criação de hortas comunitárias e a valorização de produtos tradicionais representam formas de reconexão com a natureza e com a história coletiva. Em ambos os casos, a paisagem é palco e testemunha das transformações culturais, enquanto a alimentação atua como fio condutor das memórias, dos afetos e da pertença.

É neste mosaico de história, saberes, vivências, atualidade e futuro que se pretende fazer valer, estratégica e operacional, a valorização da paisagem de Almada como alavanca para o fomento dos serviços de ecossistemas, da agricultura e da alimentação como ativos territoriais determinantes a um modelo de desenvolvimento sustentável e gerador de mais-valias para o concelho e para as suas gentes.

4.2 VALORIZAÇÃO TERRITORIAL DOS RECURSOS NATURAIS

As atividades agrícolas, florestais e silvopastoris a nível territorial tendem a adaptar-se às condições ecológicas, sociais, económicas e mesmo culturais que variam de lugar para lugar, sendo vários os fatores que interferem na sua prática, nomeadamente:

- Relevo / altitude;
- Clima – temperatura / precipitação / vento;
- Solos;

- Atitudes e comportamentos dos homens e dos efetivos animais (quando existam);
- Tecnologia disponível, máquinas e equipamentos, e forma da sua aplicação;
- Grau de utilização do potencial produtivo dos terrenos disponíveis;
- Estruturas fundiárias e forma de exploração da terra; e,
- Modelos de estruturação, organização e gestão (familiar, empresarial, associativa / cooperativa).

É um conceito que se modifica quando se alteram uma ou mais destas condições.

Durante milhares de anos, a agricultura foi uma atividade essencial de subsistência da espécie humana, cujo objetivo primário era a obtenção de alimentos e de matérias-primas para a produção de vestuário, adornos, instrumentos, utensílios, entre outros; depois, foi-se introduzindo na consciência e prática coletivas a agricultura como atividade económica à qual se exigia a geração de resultados financeiros, com uma complementar e acentuada dependência do emprego de energias fósseis, acréscimo da poluição dos solos, das águas e dos alimentos produzidos, criando mesmo – em alguns pontos do Globo - excedentes de produção, formas de desperdício alimentar e uma imensidão de resíduos associados ao setor primário.

No novo paradigma, as atividades agrícolas, florestais e silvopastoris são cada vez mais vistas como atividades integradas ecologicamente e de cariz tendencialmente mais sustentável, orientadas para a obtenção não só de produtos / bens e mercadorias, mas também de qualidade de vida e bem-estar, reconhecendo-se-lhe a sua multifuncionalidade como geradoras de alimentos e matérias-primas transacionáveis, bem como de produtos não transacionáveis como os da defesa e valorização do ambiente e dos recursos naturais, a gestão do espaço rural e a preservação da paisagem.

FATORES FÍSICOS OU NATURAIS

Clima

O clima é um dos fatores que mais condiciona a produção agrícola e agroalimentar, bem como a atividade silvopastoril, tanto pelas variações de temperatura como pelas de precipitação. Contrastes norte-sul e este-oeste, nas médias anuais e na variação de amplitude térmica anual, condicionam não só a escolha das espécies cultivadas, mas também a regularidade e a quantidade das colheitas.

A irregularidade da precipitação que, sendo a mais ou a menos do que o habitual ou, ainda, fora da sua época, pode causar a perda, pelo menos parcial, das colheitas. Neste campo, particular destaque para o processo de alterações climáticas em curso, com particular impacto em Portugal e, mais em particular, no território de Almada (área geográfica do sul da Europa como *hotspot* de riscos agravados associados a este processo), levando à necessária implementação de medidas e ações de mitigação / descarbonização, visando a redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), e de adaptação ao clima vindouro, de forma a tornar o território e as práticas agroflorestais e silvopastoris mais resilientes e competitivos.

Relevo

O relevo é também um fator muito relevante para a prática agrícola, visto que a altitude, que influencia diretamente a temperatura e a precipitação sobre os elementos que ocupam o solo, condiciona a escolha das espécies a cultivar; pelo declive, que influencia a fertilidade dos solos e limita a utilização de máquinas e a retenção de água.

Nas áreas menos acidentadas ou de planície, os solos são por natureza mais férteis, pois existe acumulação de materiais rochosos mais finos e de nutrientes resultantes da decomposição de materiais orgânicos, de origem animal e vegetal. Além disso, há por natureza maior facilidade de utilização de máquinas, equipamentos e sistemas de mobilização, bem como de colheita e rega por exemplo (o caso do APTCM é, quanto a isto, bastante ilustrativo).

Fertilidade do solo

A fertilidade dos solos pode ser de origem puramente natural ou resultante da ação humana. A fertilidade natural depende do clima, do relevo e/ou das características geológicas, sendo geralmente maior em áreas de clima com temperaturas e precipitação regulares e de relevo mais plano.

A fertilidade resultante da ação humana, pela aplicação aos solos de fertilizantes químicos e/ou de técnicas de correção físico-química destes mesmos solos, também influencia em quantidade e qualidade o grau de fertilidade dos solos em produção, sendo que, como é natural e expectável (e é esse o caminho genérico que se tem feito e que se quer promover no território de Almada), a aplicação de produtos químicos como adubos de composição grosseira tem vindo a diminuir e a ser substituída pela utilização de corretivos orgânicos e/ou calibrados devidamente em macro e micronutrientes consoante as necessidades específicas de cada solo em produção.

Recursos hídricos

A existência destes recursos – água - é fundamental e visto que a produção agrícola torna-se mais fácil e tem melhores resultados em áreas onde a precipitação é mais abundante e regular, bem como onde é possível melhor armazenar e gerir a disponibilização da água recolhida da precipitação para sua utilização posterior na rega das culturas e/ou no abeberamento do gado (verificando a sua conformidade para utilização vegetal e/ou consumo animal).

Em áreas de menor precipitação e/ou de precipitação muito irregular, é muitas vezes necessário recorrer a sistemas de rega artificial, através da utilização de poços, bacias de retenção, albufeiras ou outros meios de engenharia hidráulica que permitem aos agricultores e produtores pecuários, mas também às agroindústrias eventualmente instaladas, serem abastecidas de água para as suas atividades.

FATORES HUMANOS

Passado histórico

O passado das práticas em cada território trata-se de um dos fatores preponderantes que permite compreender a atual ocupação do solo. A evolução histórica e cultural permite compreender as atuais, e diferenciadas, estruturas fundiárias, a sua dimensão, forma e regime jurídico das propriedades rurais.

Em Portugal, a norte, a grande fragmentação da propriedade foi favorecida pelo carácter anárquico do processo de Reconquista, pelo parcelamento de terras pelo clero e pela nobreza, pela elevada densidade populacional e sistema de partilha de heranças; as terras eram distribuídas igualmente por todos os filhos. A sul, o predomínio de grandes propriedades está relacionado com a forma mais organizada e tardia da Reconquista, a doação de vastos domínios aos nobres e às ordens religiosas e militares e a aquisição pela burguesia de vastas propriedades da nobreza e do clero, no século XIX. Mais tarde, após o Estado Novo e com a implementação do sistema democrático, os processos associados à Reforma Agrária (com maior expressão a sul) e à adesão à Comunidade Económica Europeia (mais tarde União Europeia) tiveram também natural impacto naquela que é hoje a configuração da propriedade rustica no país.

A ruralidade de Almada e a sua evolução tem particularidades que não acomete aqui detalhar, podendo-se sublinhar o trabalho académico de mestrado em Estudos do Património, desenvolvido por Francisco Manuel Valadares e Silva e intitulado ‘Ruralidade em Almada e Seixal nos Séculos XVIII e XIX – Imagem, Paisagem e Memória’ (Universidade Aberta, 2008), em cuja tese de dissertação se apresenta o seguinte extrato bem elucidativo da realidade na altura, constante na ‘Conquista de Lisboa aos Mouros’, narrativa de 1147 do cruzado Osberno (tradução de José Augusto de Oliveira, 1935):

“Quando relata a chegada da armada ao Tejo, escreve sobre o rio que “desce das regiões de Toledo, e em cujas margens se encontra oiro, quando no princípio da primavera as águas se recolhem ao leito. Há nele tanta abundância de peixe, que os habitantes acreditam que dois terços da sua corrente são água e o outro terço são de peixes. É também rico de mariscos como de areia, e é principalmente de notar que os peixes desta água

conservam sempre a sua gordura e sabor natural sem mudar ou corromper por qualquer circunstância, como acontece entre nós [referência à Cornualha, de onde era originário Osberno].”

Seguidamente, indica a margem esquerda como lugar fértil e de variados recursos, enumerando os frutos que aí se recolhem: “Ao sul do rio fica Almada, região abundante de vinhas, figos e romãs. As searas ali são tão férteis, que da mesma semente se recolhem o fruto duas vezes; é rica de mel e celebrada pelas montarias de animais.”

Objetivo da produção

A existência de uma prática produtiva influencia a ocupação do solo, pois quando a produção se destina preferencialmente ao autoconsumo, as explorações tendem a ser geralmente de menor dimensão de propriedade, continuando a utilizar, por vezes, técnicas mais tradicionais e manual; com uma orientação-mercado, as explorações tendem a ser de maior dimensão e mais especializadas em determinados produtos para destino em fresco ou transformado, com maior intensidade no emprego de tecnologia.

Agricultura sustentável

Nos últimos anos, tem existido um caminhar na política pública comunitária e nacional para a aplicação de processos, métodos e produtos na agricultura que a levam a ser ‘mais amiga do ambiente’, com modos de produção mais sustentáveis e defensores do solo e da biodiversidade, como o modo de produção biológico e a produção e a proteção integradas.

Políticas agrícolas

As orientações e medidas legislativas, de âmbito comunitário e nacional, condicionam a agricultura e o sector agroalimentar, pois influenciam, na maioria dos casos, as opções dos produtores relativamente à adoção de produções vegetais, animais e/ou florestais, regulamentando as práticas empregues, a utilização de fertilizantes e produtos fitossanitários, tal como gerando incentivos financeiros, diretos e indiretos, às fases de produção, transformação, comercialização e promoção.

AGRICULTURA E BIODIVERSIDADE

A relevância das relações entre agricultura e a conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora, assume cada vez maior importância na questão da perda de biodiversidade *versus* a crescente necessidade de aprovisionamento de alimentos, forçando todos os agentes (*stakeholders* como produtores, transformadores, comerciantes, reguladores e investigadores) a envolverem-se na procura de respostas eficazes e articuladas.

Há uma convergência na postura dos investigadores/estudos sobre a relação entre a agricultura e a biodiversidade no sentido em que uma dependa da outra, quer seja na perspetiva da perda de biodiversidade por expansão da agricultura - pelo papel que uma ampla base genética tem para a sustentabilidade e resiliência da agricultura - ou porque a perda de biodiversidade também traduz uma perda funcional dos ecossistemas e consequentemente dos serviços associados a estes.

Vários estudos testemunham que se, por um lado, *“a principal causa direta de perda de biodiversidade reside na destruição de habitats provocada por transformações do uso do solo, muito particularmente pela conversão de áreas naturais em terras agrícolas e de pastagem; por outro lado começa a haver convergência em concluir haver associações cada vez mais positivas entre sistemas agrários extensivos e a manutenção e valorização da biodiversidade, o que, consequentemente, tem provocado uma maior preocupação para a ação na manutenção deste tipo de sistemas menos intensivos”* (Santos, 2017).

Investigadores defendem que um nível intermédio (baixo, mas não nulo) de intensidade agrícola ou pastoril estimula o máximo de diversidade de espécies, apontando mesmo que as ausências de perturbações ecológicas podem conduzir à extinção de espécies por competição da dominante. Realça-se mesmo a vantagem de *“uma paisagem sujeita a um regime de perturbações de extensão, frequência e intensidade intermédias, caracterizada por manchas em diversas etapas da sucessão ecológica (que se inicia logo após a perturbação) proporcionará um meio variado, que fornecerá habitat a um considerável número de espécies. Estas encontram sempre, em cada momento no tempo, uma mancha de habitat favorável onde sobreviver e a partir da qual colonizar outras manchas de habitat que vão surgindo ao longo do ciclo ‘perturbação – sucessão – perturbação’.* Foi com base nestas ideias que Connell propôs, em 1978, a hipótese do ‘nível de perturbação intermédio’, segundo a qual a biodiversidade é máxima em ecossistemas sujeitos a perturbações intermédias

quanto à respetiva extensão, frequência e intensidade. Esta noção questionou velhas ideias segundo as quais a diversidade biológica seria máxima em ecossistemas em equilíbrio (clímax da sucessão) e não perturbados.” (Santos, 2017).

Nesta perspetiva, poder-se-á assumir que a paisagem e a biodiversidade que hoje se conhecem resultam de perturbações, mais ou menos intensas, da atividade humana, não sendo o seu abandono (da atividade/perturbação) que irá aumentar, por si só, a biodiversidade existente, podendo esta situação corresponder, mesmo em alguns casos, a uma aceleração da perda dos valores da biodiversidade endógena, por exemplo pela prevalência de espécies invasoras e/ou exóticas (que se poderão sobrepor às naturais do meio) ou pela degradação dos solos e do coberto vegetal que poderá levar à ocorrência de incêndios florestais, erosão e outros fenómenos de alteração mais ou menos abrupta dos ecossistemas.

Deste modo, interessa o amplo conhecimento - não só académico, mas também, e muito importante, empírico - do território para uma avaliação efetiva do impacto dos sistemas agrários na biodiversidade, para determinar, em conjunto com os diferentes agentes instalados, o ‘nível de perturbação’ que poderá ser considerado mais adequado a cada momento. Tal, poderá decorrer da criação de ‘manchas’ de ocupação em diferentes etapas da sucessão ecológica e/ou mesmo pela renaturalização ‘forçada’, em algumas áreas do território, de espaços naturais e da sua relação com o homem e envolvente rural, periurbana e urbana.

Parece também ser convergente a perspetiva de que as propostas de intervenção passam por um maior equilíbrio na valorização dos sistemas orgânicos tradicionais de agricultura (Aguiar e Carvalho, 2017), sedimentados na paisagem tradicional do ‘ager-saltus-silva’ (agricultura-pastorícia-mata ou floresta), multifuncionais na sua ocupação e resultantes de uma ‘perturbação intermédia’ da paisagem original.

Outra perspetiva a refletir são a interação destes sistemas mais tradicionais e implantados na e com a paisagem com os serviços dos ecossistemas, nas dimensões de suporte e manutenção, aprovisionamento e produção de culturas. A relação entre os serviços dos ecossistemas e a biodiversidade tem sido avaliada não apenas em termos de espécies, mas também de genótipos, populações e grupos funcionais (Díaz *et al.*, 2006). A diversidade funcional é aquela de atributos (isto é, características morfológicas, fisiológicas ou comportamentais das espécies) e esta influencia o funcionamento do ecossistema direta e indiretamente, o

que em conjunto determina os padrões de distribuição de espécies. A diversidade funcional é uma das componentes mais importantes da biodiversidade que afeta os serviços dos ecossistemas.

O valor da agricultura como setor multifuncional a nível económico, social, ambiental, cultural e histórico-patrimonial significa que, para além da sua função primária, contribui também para definir a paisagem, preservar e gerir de forma sustentável os recursos naturais, incluindo a biodiversidade e contribuindo para a viabilidade socioeconómica e ambiental de áreas rurais.

É face ao explicitado acima que se propõe que em Almada, a intervenção da CM ALMADA no quadro da sua política municipal de proteção e valorização da EEM (também) através do fomento da produção agrícola e dos serviços de ecossistemas passe, naturalmente, não por um qualquer tipo de imobilismo que maioritariamente bloqueia qualquer intervenção produtiva e/ou de recreio e fruição, apenas fiscalizando e punindo para que tal não aconteça, mas antes por uma intervenção proativa que, junto dos agentes económicos no terreno (neste caso, proprietários e/ou produtores), crie as condições de partilha de oportunidades e de apoio institucional e técnico que, dentro do quadro estratégico e regulamentar definido - e a defender - para a EEM, promova atividades e iniciativas de ocupação do solo sustentadas e sustentáveis, geradoras de mais-valias efetivas em termos económicos, sociais, ambientais e culturais para o território concelhio como um todo, quer para as suas comunidades e população aí residente, quer para aqueles que aí trabalham ou a visitam regular ou esporadicamente, enquanto munícipes vizinhos ou turistas nacionais e estrangeiros.

4.3 CONSTRANGIMENTOS E BARREIRAS À VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS

Em função do referido, importará agora, em termos de análise prospetiva para a ação, apontar aqueles que poderão ser os principais constrangimentos e barreiras, de cariz operacional, que se colocam hoje, e expectavelmente no futuro, à valorização dos recursos endógenos do concelho de Almada, nomeadamente aquilo que tem a ver com o fomento atual, e futuro, da produção agrícola na EEM.

Neste sentido, apontam-se cinco (5) elementos-chave que configuram estas mesmas dificuldades e bloqueios, atuais e potenciais, para que a atividade dos produtores agrícolas e agroalimentares instalados no território possa, na prática e no dia-a-dia, dar resposta aos desígnios e desafios aqui apontados.

De frisar que estes aspetos não são independentes entre si nem relevam mais que outros não mencionados e que poderão ser, igualmente, impedimento de expansão da atividade produtiva; são, tão só, aqueles que através da análise primária (pelas visitas e entrevistas de campo realizadas) e secundária (através dos dados quantitativos e qualitativos recolhidos neste âmbito) parecem ser, de facto, objetivamente relevantes para uma valorização socioeconomicamente equilibrada e ambientalmente sustentável dos recursos existentes em solo rústico.

Associativismo

O associativismo é um pilar basilar para qualquer processo de fomento agrícola e agroalimentar, ainda mais em territórios que pela configuração, dimensão e regime maioritários de ocupação das explorações agrícolas - dispersas em blocos, de pequena dimensão e vocacionadas para a produção local - necessitam de estruturas a jusante da produção que possam, com ‘massa crítica’ adaptada a cada cultura, trabalhar em conjunto os produtos dos vários agricultores naquilo que são as fases de transformação (processamento e armazenamento) e comercialização (venda e distribuição). E Almada, pela caracterização feita, não foge a esta realidade.

O eventual apoio institucional, técnico e financeiro da CM ALMADA ao processo associativo deverá ser feito, tanto quanto possível, de forma não intrusiva e não impositiva; caberá sempre aos produtores, em primeira e última instância, decidirem a sua forma e modelo de associação, bem como caberá à autarquia criar as condições de encontro, reflexão e gestão do processo que permita, na ótica do território, dos seus agentes e dos mercados-alvo, encontrar as melhores soluções orgânicas e funcionais para tal – não existe nenhuma ‘receita’ à partida aplicável; só as condições próprias de cada sistema produtivo e o momento sobre os objetivos estratégicos e resultados preconizados poderão determinar o caminho a seguir pelos e para os produtores.

Neste sentido, a CM ALMADA encontra-se numa posição privilegiada para, agregando diferentes visões e vontades entre os produtores, cumprir uma função de ‘rótula’ para alavancar entidades associativas coletivas, de diferentes escalas, e estimular a adesão a estas das várias partes interessadas numa linha operacional de cooperação articulada e inclusiva na promoção de políticas de fomento à produção no concelho.

Caminhos e acessos rurais

O abandono de caminhos rurais e o afastamento demográfico do território rústico geram situações de ocupação inadequada e dificultam o acesso às explorações agrícolas e, consequentemente, o sucesso das culturas produtivas. Neste contexto, o planeamento e a manutenção de caminhos rurais, bem como o tratamento de acessos viários às explorações representam uma mais-valia incontornável na requalificação e valorização do território e do espaço municipal público e constituem medidas de atração e fixação de populações, fundamentais para a dinamização económica e agrícola do solo rústico, consequentemente para o fomento do incremento produtivo do concelho.

A este propósito, alguns dos auscultados fizeram notar que atualmente existe um conjunto significativo de acessos secundários, em particular caminhos rurais, que registam uma forte degradação das suas condições de acesso e circulação, em particular aqueles que, por constituírem também vias de passagem para outras atividades (habitações, acesso de praia, trilhos turísticos, etc.), se encontram mais expostos e ‘carregados’ com maior tráfego local.

Neste contexto, impele-se a CM ALMADA, em necessária articulação com as juntas de freguesia locais, a que, dentro do quadro das intervenções de obras públicas, tenha atenção reforçada a esta situação, essencial para a atividade quotidiana de proprietárias rurais e dos produtores agrícolas, bem como possa promover uma melhor articulação de disciplina legal na utilização destas vias pelos vários agentes económicos do concelho (em particular os mais ligados ao turismo) e pelas populações locais.

Armazenamento e cadeia de frio

A existência de limitações ao armazenamento de produtos frescos hortofrutícolas, nomeadamente em termos de cadeia de frio e junto dos principais pontos de comercialização do concelho (aglomerados urbanos), foi sinalizada por algumas entidades da área hortofrutícola, em particular naquilo que poderão ser instalações coletivas a disponibilizar aos produtores de menor dimensão para promoção de circuitos curtos de aprovisionamento (a grosso) e abastecimento (a retalho) de proximidade.

No cruzamento entre as diferentes entidades, foi identificada a possibilidade de cedência deste tipo de serviço, por exemplo, nos Mercados Municipais do concelho, por haver aí disponibilidade de espaço para o efeito.

A CM ALMADA, poderá, mais uma vez, assumir maior articulação institucional e técnica entre os atores do setor instalados no concelho (e, eventualmente, até fora deste na aML, quando existir interação no território municipal), não só fomentando a divulgação de um quadro de informação que reúna eventuais capacidades excessivas com necessidades de aluguer, promovendo pontes e viabilizando dinâmicas entre serviços, como por exemplo apontando espaços com estas características na rede dos Mercados de Almada que possa servir de apoio direto quer a vendedores com regime permanente nesses mercados, quer a outros operadores produtores, com cariz esporádico (naqueles que possam vir a ser novos ‘Mercados de Produção’).

Recursos hídricos (água)

O problema da escassez de água traduz-se na indisponibilidade de água doce para suprir as necessidades relacionadas com o consumo humano e para as restantes atividades económicas, como a agricultura. Trata-se de um problema global, desencadeado, principalmente, pelas alterações climáticas e em particular com o agravar das situações de seca e com o aumento de temperaturas elevadas. Tal verifica-se também, e de forma crescente, no concelho de Almada, como já o demonstra(va)m técnico-cientificamente trabalhos diversos como o ‘Plano Climático de Almada’ e, numa escala mais abrangente, o ‘Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa’.

Segundo a ONU, uma em cada quatro pessoas no Mundo não tem acesso a água potável. “A escassez deste bem universal tende a aumentar até 2050 devido à procura do setor industrial e doméstico das economias emergentes e devido ao aumento da população mundial. A água não pode ser vista isoladamente do saneamento. Juntos, são vitais para reduzir a carga global de doenças e melhorar a saúde, a educação e a produtividade económica das populações. A agricultura (irrigação, pecuária e aquacultura) representa 69% das captações de água a nível mundial, tornando-a no setor que mais consome água no planeta.” (ONU, 2023).

No quadro do fomento da produção agrícola e agroalimentar no concelho, a política pública de resposta às questões da água e aos cenários climáticos futuros impele a mudança de trajetória relativamente ao consumo mais regrado e assertivo de água doce, passando por ações como a sensibilização para a necessidade de

redução de consumos de água, a nível doméstico, empresarial e público; a introdução de sistemas mais eficientes de abastecimento doméstico e de fornecimento de água para as atividades económicas (nas áreas agrícolas de maior dimensão, zonas industriais, polos comerciais e de serviços, etc.); a monitorização e redução das perdas na rede de abastecimento (redes primária e secundária); o aproveitamento de águas pluviais, através da construção de mais reservatórios de dimensão variada que, também, possam abastecer em determinados pontos as explorações agrícolas; a reutilização e reciclagem de ‘águas cinzentas’, por exemplo através do aproveitamento de ‘água para reutilização’ decorrente da água tratada em ETAR; e, ponderar mesmo, quando ambiental e economicamente viável, a dessalinização para consumos potáveis e não potáveis.

A ação da CM ALMADA sobre a política de usos de água e propostas de atuação deverá contemplar a perspetiva do abastecimento agrícola no concelho, podendo igualmente desempenhar um papel determinante na articulação dos produtores com os seus requerimentos, autorizações e licenciamentos junto das entidades competentes que gerem os recursos hídricos locais.

Marketing territorial

Quanto à abordagem relativa ao marketing territorial, recorda-se que não se trata aqui de ‘reclamar’ por um plano de marketing territorial específico construído para a implementação dos resultados deste estudo, mas antes por um conjunto de linhas estratégicas e operacionais de orientação em termos de marketing que permitam apoiar a concretização, nos mercados de consumo (final e intermédio), do valor acrescentado associado à comercialização dos produtos e serviços locais.

Nesta ótica e considerando a atuação que a CM ALMADA já vem desenvolvendo na divulgação e promoção do seu território, na sua prática corrente de marketing institucional ao nível da autarquia, julga-se ser fundamental complementar então as conclusões e a proposta de próximos passos que resultam deste estudo com as referidas linhas de orientação em termos de marketing territorial, adicionando-se, sempre que justificável e pertinente, propostas complementares em termos de atuação de outros agentes públicos e/ou privados que intervêm igualmente neste ecossistema territorial.

Assim, o Município poderá ser iniciador e promotor de um projeto de marca territorial que se dirija à divulgação e valorização da oferta de produtos agroalimentares produzidos no concelho, agregando, dentro deste chapéu, a marca já existente ‘Terras da Costa e do Mar’, decorrente do trabalho em curso no APTCM. De facto, a existência de uma marca territorial agroalimentar construída e aplicável a todo o concelho – e não só aos quatro (4) polos de fomento agrícola propostos, mas, por extensão dos impactos destes, a todo o território almadense – poderá ser uma ótima alavanca de notoriedade e *goodwill* dos recursos, produtos e serviços endógenos (aqui incluindo-se, também, a própria paisagem e os serviços de ecossistemas).

Como exemplo ilustrativo desta orientações, poder-se-ão desde já assinalar em conjunto inicial de ações de marketing territorial a desenvolver neste domínio, tais como:

- (i) a divulgação deste estudo e do seu seguimento junto das comunidades - entidades e personalidades - locais com atuação corrente no seio dos ativos naturais, socioeconómicos e culturais de Almada (em particular dos proprietários, agricultores, comerciantes locais independentes e dos Mercados Municipais grossista e retalhistas), bem como do calendário delineado para o avanço sequencial dos próximos passos definidos neste âmbito;
- (ii) a informação pública e generalizada sobre a importância-chave do fomento agrícola para a valorização do território de Almada, a realizar junto da população local, identificando o seus principais passos de realização técnica e, sobretudo, ressaltando a disponibilidade da CM ALMADA e das entidades envolvidas em apoiarem novos intervenientes para virem atuar neste contexto; e,
- (iii) a publicitação, nos órgãos de comunicação a nível nacional, regional e local, das principais atividades, propostas e resultados resultantes deste estudo, bem como daquilo que se pretende virem a ser as fases subsequentes de intervenção territorial da autarquia no quadro da valorização da EEM.

5. ATUAÇÃO MUNICIPAL NA VALORIZAÇÃO DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

A proposta de modelo de atuação municipal para intervenção da Autarquia no fomento à produção agrícola na EEM visa apresentar as principais linhas propositivas de organização e funcionamento institucionais e técnicos desta componente no seio da CM ALMADA para o futuro (figura 57).



Figura 57 – Pilares estratégicos do modelo de atuação municipal para fomento da atividade produtiva na EEM

Não se trata, nem esse é o objetivo desta abordagem no contexto do presente estudo (que é, neste campo, de âmbito estratégico), de uma proposta efetiva e detalhada de orgânica, quadro regulamentar e de estruturas de recursos para tal; a acontecer, decorrerá sempre numa fase posterior após o presente estudo, se e quando os responsáveis do Município, ao nível do seu Executivo e da estrutura departamental técnica, assim o entenderem. Então sim – nesse momento institucional – haverá então que chegar a esse nível de detalhe e montar a estrutura operacional que aqui se propõe ou outra que se entenda como mais adequada e exequível para os objetivos de política local pretendidos.

De acordo com a figura anterior, a estrutura do modelo de atuação municipal proposto assenta sobre três pilares fundamentais:

- (i) um primeiro pilar, consiste na criação de pontes permanentes e institucionais entre a CM ALMADA e várias entidades de assistência técnica aos vários produtores e comerciantes independentes presentes no território, articulando-se a Autarquia junto destes em termos de atividades produtivas, transformadoras e comerciais de proximidade, geradoras dos produtos e serviços agrícolas e agroalimentares locais e que serão, posteriormente, colocados com valor acrescentado económico nos diferentes mercados do concelho;
- (ii) um segundo pilar, que reside nas atividades económicas a jusante das do primeiro nas cadeias de valor, expresso no apoio à comercialização, distribuição e marketing desses mesmos produtos e serviços, não numa perspetiva estritamente comercial (a ser feita preferencialmente por cada um dos agentes económicos), mas antes e sobretudo numa ótica institucional e de marketing territorial, tendo como ‘chapéu’ a abrangência de todo o concelho como um todo; e, por fim,
- (iii) um terceiro pilar, que remete para a governança institucional, definidor do quadro de relação que deverá ser estabelecido entre a CM ALMADA e os proprietários / agricultores / transformadores / comerciantes, bem como desta junto de outras entidades externas setoriais ou de outros setores de atividade, mas com relevância para este universo produtivo e comercial.

Como forma de dar seguimento ao modelo, apresentar-se-ão nos pontos subsequentes, e em primeiro lugar, os princípios de atuação que, de forma propositiva, poderão vir a nortear o pós-estudo de modo a dar cumprimento aos dois primeiros pilares descritos acima; depois, num segundo ponto, abordar-se-á aquela que é uma proposta de governança institucional que poderá dar corpo, no dia-a-dia, a esses mesmos princípios de atuação. Como referido, o âmbito deste estudo não tem como objetivo ir mais além do que explanar estes dois aspetos, até porque, será, decisivo que antes de qualquer outro avanço, haja uma concordância e um alinhamento institucional dos responsáveis do Executivo com a leitura propositiva que aqui se apresenta.

Importa ainda dizer que qualquer modelo de atuação municipal que se venha a implementar neste domínio deverá também atender, em particular e com acuidade, aos cinco fatores críticos de sucesso de contexto antes mencionados, visto que qualquer que seja a configuração e intensidade/profundidade de atuação da CM ALMADA neste domínio no futuro, o fomento da atividade produtiva (e comercial) nunca será algo intrínseco à própria Autarquia; dependerá sempre, em primeira e última instância, dos agentes económicos que (eventualmente) o farão daqui para futuro – importará, sim, criar as melhores condições possíveis institucionais e técnicas que possam apoiar, impulsionar e criar coerência na atividade do setor em Almada, posicionado o Município como uma plataforma de deteção de oportunidades, resolução de constrangimentos e projeção de produtos e serviços gerados a partir do solo rústico de Almada.

5.1 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DE GOVERNANÇA MUNICIPAL

Os princípios e objetivos propostos para o modelo de atuação municipal encontram-se sistematizados na figura seguinte, na qual se pretende ilustrar quais poderão ser os três principais vetores de ação pós-estudo pela CM ALMADA neste domínio específico (figura 58). Realce-se que o proposto parte da condição de partida quanto à integração destes princípios e objetivos de atuação com as linhas orientadoras do planeamento e gestão territorial da própria Autarquia, isto é, apesar do presente trabalho ter como território de incidência o solo rústico, importará ter em conta que a visão de intervenção, apesar de setorial, terá que ter como interesses geral a defesa de uma perspetiva geral de política municipal da globalidade dos solos - urbanos e rústicos - e o que daí poderá advir em termos globais de impactes, positivos e negativos, para o próprio concelho.



Figura 58 – Princípios e objetivos de atuação municipal para fomento da atividade produtiva na EEM

1. O primeiro princípio de atuação que importa considerar diz respeito à utilização e disponibilização no quadro da atuação técnica do Município da informação técnica aqui apresentada quanto à caracterização do território alvo de estudo nas dimensões das suas aptidões, sistemas produtivos funcionalidades e projeção das perspetivas de ocupação do solo rústico com os quatro polos agrícolas, agroalimentares e ecológicos propostos.

A análise quantitativa e qualitativa efetuada, de cariz atual e acompanhada por cartografia auxiliar e de elementos de representação da ocupação do solo por diversos potenciais produtos agrícolas e agroalimentares, bem como serviços de ecossistemas, permitirá que no domínio do planeamento e da gestão territorial, nomeadamente em termos de IGT e de aplicação dos diferentes quadros regulamentares de ordenamento do território, a CM ALMADA disponha agora de informação propositiva substantiva sobre um modelo futuro de ocupação solo rústico concelhio, permitindo a sua proteção e salvaguardada, bem como a sua valorização adequada através de práticas agrícolas, agroalimentares e ecológicas ao mesmo tempo produtivas e viáveis social e economicamente, bem como equilibradas e sustentáveis a prazo na preservação dos valores naturais e ambientais do concelho.

Complementarmente, há a referir que esta informação poderá ser também colocada à disposição, de forma sistematizada, junto dos próprios proprietários, produtores agrícolas, florestais e agroalimentares, e potenciais investidores, visto permitir identificar áreas com maior ou menor potencial produtivo em consonância com o modelo de ordenamento territorial estabelecido a nível concelhio. Será igualmente importante que esta informação esteja acessível através dos meios de comunicação institucional da própria CM ALMADA, por exemplo através de uma plataforma SIG específica a desenvolver para este fim e/ou integrada no sítio da autarquia e/ou em outras ferramentas online de informação pública.

2. O segundo princípio de atuação está ligado a um aspeto operacional que se considera absolutamente determinante neste processo: a criação de pontos focais permanente na CM ALMADA, na sua estrutura orgânica, que possam ter a cargo os assuntos relacionados com o mundo agrícola e agroalimentar do concelho. Estes pontos focais – por exemplo, integrados simultaneamente e em articulação estreita nos próprios departamentos da CM ALMADA e/ou fora desta, em entidades externas – deverão estar munidos

do(s) recurso(s) humano(s) e operacionais que, a tempo inteiro e de forma dedicada, possa(m) acompanhar e dar resposta às oportunidades e solicitações que o contexto, proprietários, agricultores, comerciantes e potenciais investidores possam colocar neste âmbito.

Como refletido, poderá ser criada uma unidade funcional ligada à Agricultura que tenha por missão atuar a nível institucional e técnico, sendo a ‘porta de entrada’ das preocupações e propostas dos produtores, bem como o elemento de articulação com outras áreas departamentais da própria CM ALMADA (essencial para acelerar e desbloquear eventuais constrangimentos procedimentais) e entidades externas que intervenham nos projetos de investimento e funcionamento corrente da atividade económica deste setor, como sejam por exemplo o ICNF/PNSC, a DRAPLVT, a APA e entidades financiadoras públicas e privadas; tal, poderá ocorrer a nível similar, relativamente ao acompanhamento mais próximo dos comerciantes na ligação à venda, consumo intermédio e promoção dos produtos locais do concelho.

Dar nota que estes pontos focais deverão também, dentro das suas competências, exercer trabalho concertado de ligação com as estruturas internas responsáveis pela comunicação institucional, relações públicas e realização de eventos, de modo a fazer integrar, nestas dimensões, os produtores, transformadores, comercializadores e os produtos e serviços do concelho como ‘bandeiras’ de diferenciação e valorização no quadro das ações de marketing territorial.

3. Como terceiro princípio de atuação importa salientar que o estudo agora realizado poderá ser adotado, no seio do Município, como um instrumento estratégico e operacional para inscrever, no quadro da sua atuação, (i) o aumento da quantidade e diversidade de produções locais; (ii) o incremento do valor acrescentado dos produtos agrícolas e agroalimentares e dos serviços de ecossistemas do concelho; e, (iii) a captação de mais investimento aplicado no território, como objetivos de política municipal ligados aos domínios agrícola, silvícola, agroalimentar e ecológico de Almada.

Tendo sido desenvolvido este trabalho, e muito bem, no seio do DIACS e, por conseguinte, da Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano (DMDU) que o tutela, importará agora generalizar as recomendações e conclusões do mesmo às restantes direções e Departamentos camarários, numa

perspetiva transdisciplinar de partilha de conhecimento e experiência, nomeadamente tendo em conta a importância da transversalidade da atuação dos diferentes serviços sobre as interações institucionais entre o Município e os atores económicos; veja-se a este propósito, e de forma ilustrativa, os casos das áreas de administração urbanística, habitação, obras, mobilidade, infraestruturas e espaços verdes.

Como conclusão, intui-se que a implementação destes três (3) princípios de atuação decorrentes do presente trabalho permitirá, para o território de Almada, atingir os seguintes objetivos de política municipal a prazo, para os domínios da agricultura e do agroalimentar, bem como dos serviços de ecossistemas:

- Reforço da importância institucional, económica, social e ambiental na atuação Autárquica estratégica (planeamento) e quotidiana (operações);
- Dinamização de mais e melhores oportunidades de investimento e de financiamento para projetos desenvolvidos em solo rústico no concelho; e,
- Projeção de maior *goodwill*, notoriedade e valor acrescentado económico do solo rústico, dos produtores, produtos e serviços agrícolas, agroalimentares e ecológicos de Almada.

A concretização dos resultados expectáveis com a operacionalização dos princípios de atuação passa pela adoção de uma estrutura de governança institucional, interna à CM ALMADA, que permita orgânica e funcionalmente criar uma forma de apoio institucional e técnico permanente aos proprietários rurais e aos produtores, bem como uma dinâmica de valorização e promoção territorial dos seus produtos e serviços.

5.2 EIXOS PRIORITÁRIOS DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL

A proposta de governança institucional do modelo de atuação municipal, em termos funcionais, aponta para uma operacionalização da atuação camarária prioritária em cinco (5) eixos prioritários de intervenção, de modo a permitir o cumprimento dos três princípios e objetivos antes elencados (figura 59).

Apoio técnico às práticas sustentáveis e aos produtos e serviços locais

De modo a responder ao necessário incremento da produção (em quantidade, qualidade e valor), a CM ALMADA poderá articular o apoio técnico que lhe seja solicitado ou que considere necessário com associações do sector que estejam no terreno, instituições da administração central e regional, academia, entidades de assistência técnica ou, mesmo, com outros produtores e/ou comerciantes que sejam (mais) conhecedores e estejam disponíveis para apoiar, promovendo práticas sustentáveis de produção, transformação e comercialização.

Neste campo inclui-se também a possibilidade da autarquia vir a promover, em articulação com outras entidades competentes nos domínios da capacitação e formação profissional, atividades e ações nas áreas da qualidade e segurança alimentar; sensibilização sobre inovação, sustentabilidade, ação climática e economia circular; marketing territorial e de produto; gestão financeira e contabilidade; entre outras, para além de apoio à preparação e submissão de candidaturas a financiamento.

Reforço da disponibilidade de terrenos

Um dos fatores críticos de sucesso trata-se da existência de terrenos rústicos disponíveis para a atividade agrícola, nomeadamente em localizações com aptidão e a preços acessíveis de aquisição e/ou arrendamento.

Neste domínio, a CM ALMADA poderá atuar na criação de uma bolsa municipal de informação sobre compra-e-venda de terrenos rústicos, aproximando os potenciais interessados, mas, sobretudo, alargando o *procurement* a eventuais mais proprietários absentistas, bem como ponderando a possibilidade mais imediata de, a existirem, serem colocados no mercado de arrendamento a custo acessível terrenos rústicos que estejam na posse do próprio Município com as características necessárias para as práticas agrícola e agroalimentar.

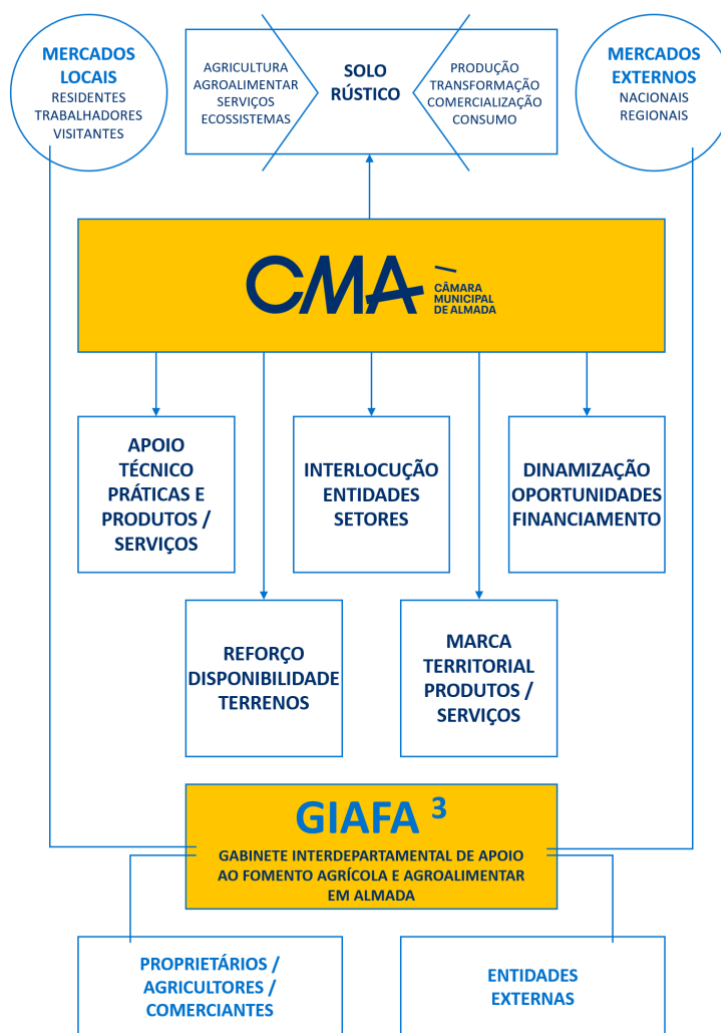


Figura 59 – Eixos prioritários do modelo de atuação municipal para fomento da atividade produtiva na EEM

Interlocução com entidades sectoriais

Tem sido uma questão-chave considerada como impeditiva de um maior desenvolvimento agrícola, agroalimentar e comercial de proximidade a dificuldade, recorrente e reiterada entre muitos agentes económicos, de interlocução célere, esclarecida e positiva com algumas entidades da administração central, regional e local, bem como com departamentos da própria CM ALMADA, destacando-se mais negativamente a relação com o muitas vezes com algumas unidades responsáveis por licenciamentos (autarquia e APA, por exemplo) e com entidades externas como o ICNF, o IFAP ou o IAPMEI.

Deste modo, a criação de uma resposta orgânica, dentro da CM ALMADA, que possa acompanhar mais de perto estas situações, fazendo a ‘ponte’ entre os produtores, os comerciantes e as instituições e, mesmo, entre estas últimas entre si, o que poderá ser um fator de desbloqueio e aceleração de algumas questões técnicas e financeiras tidas como irresolúveis e que, muitas vezes, carecem tão somente de (melhor e mais) atenção e compreensão e alinhamento com os procedimentos legais a apresentar às entidades competentes.

Marca territorial para os produtos e serviços

Tendo a CM ALMADA uma notoriedade e visibilidade públicas consideráveis na aML e mesmo no país, importa reforçar a capacidade institucional da própria Autarquia promover os produtos e serviços do seu mundo rural.

Sendo certo que a existência já de uma marca como a ‘Terras da Costa e Mar’ é um instrumento que concorre para tal – e que impele a que, na mesma linha, possam ser ponderadas novas marcas territoriais para os restantes polos agrícolas e agroalimentares e/ou, em alternativa, a criação de uma marca-chapéu territorial que agregue o conjunto de produtos do concelho -, entende-se que a existência de uma unidade orgânica / gabinete interdepartamental acometido a este propósito poderá fazer ‘entrar’ ainda mais, na vida do concelho, a importância e os valores associados aos seus produtos endógenos, criando um ‘chapéu’ de atuação em termos de marketing agrícola, agroalimentar e ambiental local que, em devida concertação com o gabinete de comunicação do Município, poderá alavancar ainda mais a notoriedade, *goodwill* e valor acrescentado dos produtores e dos seus produtos junto dos mercados locais internos e, mesmo, externos.

Dinamização de oportunidades de financiamento

Qualquer atividade de fomento empresarial necessita de investimento, logo de fontes de financiamento que o concretizem; a agricultura, o agroalimentar e o comércio local não fogem a esta regra – mais, pela sua especificidade de elevado risco face aos fatores naturais a que estão sujeitas, as duas primeiras merecem particular acompanhamento neste domínio.

Assim, a CM ALMADA poderá, através dos novos pontos focais dedicados, criar condições de (mais e melhor) acompanhamento dos programas e oportunidades *ad hoc* de financiamento que possam surgir para estas áreas ed atividade económica no quadro municipal, regional, nacional e/ou internacional, preparando informação para sua divulgação; congregando apoio técnico interno ou externo à Autarquia para apoiar essas candidaturas; ou, mesmo, agregando os produtores e os comerciantes à volta de candidaturas únicas conjuntas, que possam ter mais ‘força’ de pretensão e maior impacte no território como um todo.

Posto isto, propõe-se então que a criação, organicamente no seio da na CM ALMADA, de uma unidade funcional que possa dar resposta e traduzir em resultados estes cinco níveis principais de trabalho para o território – para tal, a proposta exploratória é a criação de um ‘Gabinete Interdepartamental de Apoio ao Fomento Agrícola e Agroalimentar em Almada’ (denominação indicativa de GIAFA ³), que visa apontar o foco da sua atuação institucional e técnica no concelho no tridente ‘Agricultura’, ‘Alimentação’ e ‘Almada’.

Neste gabinete interdepartamental deveria(m) estar identificado(s) o(s) recurso(s) humano(s) e os meios operacionais necessários para fazer um acompanhamento permanente junto dos proprietários rurais e dos produtores e comerciantes, na dependência do(s) serviço(s) camarário(s) e/ou do responsável do Executivo que melhor se entender, no quadro das atribuições várias em termos dos domínios do planeamento e gestão do território; ambiente, cima e sustentabilidade; economia e desenvolvimento local.

5.3 POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTO

O potencial financiamento de medidas que vierem a decorrer do desenvolvimento do modelo de atuação municipal com vista ao fomento da atividade produtiva em solo rústico, no concelho de Almada, encontra-se explicitado de seguida tendo em conta aqueles que, são à data, os principais instrumentos de financiamento público, decorrentes do quadro comunitário, ligados a fundos nacionais, instituições financeiras internacionais e outras organizações de cariz público e/ou privado.

O novo quadro da política europeia de coesão propõe cinco objetivos principais que irão nortear os investimentos da União Europeia (UE) no período 2021-2027 :

- Uma Europa mais inteligente, graças à inovação, à digitalização, à transformação económica e ao apoio às pequenas e médias empresas;
- Uma Europa mais verde, sem emissões de carbono, aplicando o ‘Acordo de Paris’ e investindo na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas;
- Uma Europa mais conectada, com redes de transportes e digitais estratégicas;
- Uma Europa mais social, concretizando o ‘Pilar Europeu dos Direitos Sociais’ e apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde; e,
- Uma Europa mais próxima dos cidadãos, graças ao apoio a estratégias de desenvolvimento a nível local e ao desenvolvimento urbano sustentável na UE.

Estes objetivos são suportados pelos fundos europeus, que são instrumentos de financiamento aprovados por legislação da UE para suporte de ações europeias, nacionais, regionais, locais e até internacionais, para atingir estes objetivos de desenvolvimento.

Os fundos europeus assumem a designação de ‘Fundos Europeus Estruturais e de Investimento’ (FEEI) quando se tornam instrumentos da política regional da UE, participando, assim, no objetivo da coesão económica, social e territorial. Mais de metade das verbas da UE são canalizadas através de cinco FEEI, geridos em conjunto pela Comissão Europeia e pelos Estados-Membros, num quadro financeiro plurianual para 2021-2027 reforçado para canalizar rapidamente o investimento para onde é mais necessário, reforçar o mercado único, intensificar a cooperação em domínios como a saúde e a gestão de crises, e dotar a União de um orçamento a longo prazo para impulsionar as transições ecológica e digital e construir uma economia mais equitativa e resiliente. De entre os FEEI, três fundos assumem especial significado: dois ‘Fundos da Política de Coesão’ - ‘Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional’ (FEDER) e ‘Fundo de Coesão’ (FC) - e o ‘Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural’ (FEADER).

Adicionalmente, foi também criado um instrumento de emergência denominado ‘*Next Generation EU*’ - cabimentado com 750 mil milhões de euros - para reforçar a capacidade financeira do orçamento da UE com novos fundos angariados nos mercados financeiros. Os fundos mobilizados serão canalizados através de programas da UE para apoiar as medidas imediatas necessárias para proteger os meios de subsistência, relançar a economia e promover um crescimento sustentável e resiliente.

No que diz respeito ao tema particular da reforma da PAC, estabeleceu-se, em 2021, um novo quadro regulamentar que introduz alterações nos seus objetivos, instrumentos e mecanismos de avaliação, os quais passam a estar integrados num plano único, a nível nacional, o ‘Plano Estratégico da Política Agrícola Comum’ (PEPAC). O PEPAC, estabelece três objetivos gerais: (i) a garantia do abastecimento alimentar, (ii) a contribuição para a prossecução dos objetivos ambientais e climáticos da União Europeia e (iii) o desenvolvimento socioeconómico dos territórios rurais. Neste sentido, é indicado que a resiliência do recurso solo com utilização agrícola, florestal e agroflorestal em todo o território é uma condição necessária para atingir os objetivos da PAC em Portugal.

Com efeito, é o encadeamento coerente dos diferentes tipos de intervenções disponíveis, em ambos os pilares da PAC, que permitirá promover uma atividade agrícola e florestal sustentável em todas as regiões de Portugal. Esta atividade produtiva tem de ser suportada no princípio de uma ‘gestão ativa’ do território, centrada no principal ativo dos agricultores e produtores florestais que é o solo e a sua ligação com os restantes recursos

naturais, porque só com base no seu uso sustentável, do ponto de vista económico e ambiental, será possível assegurar a resiliência e a vitalidade das zonas rurais.

Se, por um lado, o PEPAC enquanto plano setorial terá o seu suporte financeiro no ‘Fundo Europeu Agrícola de Garantia’ (FEAGA) – pilar 1 da PAC - e no FEADER – pilar 2 da PAC -, não se poderá deixar de olhar para outras fontes de financiamento complementares para as tipologias de investimentos e projetos que se venham a proporcionar neste contexto de fomento agrícola, florestal e agroalimentar, quer de âmbito regional – por exemplo, o programa ‘Lisboa 2030’ -, quer de âmbito temático – por exemplo, os programas ‘Compete 2030’, ‘Sustentável 2030’ e ‘Pessoas 2030’ -, como fontes adicionais de potencial financiamento, estes últimos estabelecidos no âmbito do programa nacional ‘PORTUGAL 2030’.

A avaliação preliminar da elegibilidade das ações prioritárias deverá ser efetuada com base no conhecimento existente à data sobre as fontes de financiamento e sua arquitetura programática, prevendo potenciais exercícios de reprogramação dos fundos/programas ainda no atual período de programação de apoios comunitários.

FINANCIAMENTO SETORIAL



O ‘Plano Estratégico da Política Agrícola Comum de Portugal’ (PEPAC Portugal) tem como objetivo uma gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal, inovadora e sustentável, garantindo maior equidade na distribuição dos apoios e valorização da pequena e média agricultura, acautelando as especificidades regionais.

O PEPAC Portugal é um programa de investimentos no valor de 6.713 milhões de euros que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2023 e se prolongará até 2027, constituindo-se como um instrumento essencial para a promoção do investimento e do rejuvenescimento do setor agrícola, contribuindo também para a transição climática e digital.

A arquitetura da sua estrutura programática é a seguinte:

- Eixos relativos ao pilar 1 da PAC financiados pelo ‘Fundo Europeu Agrícola de Garantia’ (FEAGA):

i) ‘Eixo A’ — Rendimento e sustentabilidade;

ii) ‘Eixo B’ — Abordagem setorial integrada.

- Eixos relativos ao pilar 2 da PAC financiados pelo ‘Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural’ (FEADER):

i) ‘Eixo C’ — Desenvolvimento rural — Continente;

ii) ‘Eixo D’ — Abordagem territorial integrada — Continente;

iii) ‘Eixo E’ — Desenvolvimento rural — Região Autónoma dos Açores; e,

iv) ‘Eixo F’ — Desenvolvimento rural — Região Autónoma da Madeira.

- Eixo transversal de assistência técnica e rede da PAC – ‘Rede PAC’ (financiado pelo FEADER).

É importante referir que no âmbito do Continente, para o ‘Eixo C’ — Desenvolvimento Rural e ‘Eixo D’ — Abordagem Territorial Integrada, foi criado o ‘Plano Estratégico da Política Agrícola para o Continente’ (PEPACContinente).



Neste sentido, indicam-se alguns regimes de aplicação dos apoios de financiamento destinados somente para o Continente e que estão sujeitos a uma avaliação preliminar da elegibilidade:

- O ‘Fundo Europeu Agrícola de Garantia’ (FEAGA), desenvolve-se através de dois eixos:

‘Eixo A’ – ‘Rendimento e Sustentabilidade’: agrega o apoio ao rendimento base, os apoios associados aos rendimentos ‘animais’ e ‘superfícies’, o pagamento aos pequenos agricultores, o pagamento redistributivo complementar ao rendimento, bem como os regimes ecológicos (como por exemplo, a agricultura biológica e a produção integrada). Este eixo é composto por três domínios: A.1 – ‘Rendimento e Resiliência’; A.2 – ‘Equidade’; e, A.3 – ‘Sustentabilidade’.

‘Eixo B’ – ‘Abordagem Setorial Integrada’: agrega os apoios setoriais previstos para o setor da fruta e dos produtos hortícolas, o setor da apicultura e o setor da vitivinicultura (como por exemplo, a reestruturação e reconversão de vinhas). Este eixo é composto por três domínios B.1 – ‘Programa Nacional para Apoio ao Setor da Fruta e dos Produtos Hortícolas’; B.2 – ‘Programa Nacional para Apoio ao Setor da Apicultura’; e, B.3 – ‘Programa Nacional para Apoio ao Setor da Vitivinicultura’.

- O ‘Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural’ (FEADER), desenvolve-se através de dois eixos no Continente (e dois específicos para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira):

Eixo C – ‘Desenvolvimento Rural’: agrega as intervenções relativas aos compromissos agroambientais e de clima, e os relativos à manutenção de atividade em zonas com condicionantes naturais, bem como, as intervenções de investimento: na exploração agrícola (modernização, desempenho ambiental, não produtivo e jovem agricultor), na bioeconomia, na silvicultura sustentável e na gestão de riscos. Integra ainda o prémio à instalação de jovens agricultores, os seguros agrícolas, o apoio à organização da produção e o

apoio à promoção do conhecimento (grupos operacionais, formação, aconselhamento e acompanhamento técnico). Este eixo é composto por cinco domínios: C.1 – ‘Gestão Ambiental e Climática’; C.2 – ‘Investimento e Rejuvenescimento’; C.3 – ‘Sustentabilidade das Zonas Rurais’; C.4 – ‘Risco e Organização da Produção’; e, C.5 – ‘Conhecimento’.

Eixo D – ‘Abordagem Territorial Integrada’: agrega intervenções, numa perspetiva territorial e integrada, que visam o desenvolvimento local de base comunitária LEADER, os regadios coletivos sustentáveis e ainda os programas de ação em áreas sensíveis (relativos aos compromissos agroambientais e de clima com acompanhamento técnico). Este eixo é composto por três domínios: D.1 – ‘Desenvolvimento Local de Base Comunitária’; D.2 – ‘Programas de Ação em Áreas Sensíveis’; e, D.3 – ‘Regadios Coletivos Sustentáveis’.

FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR

Como referido, os fundos europeus são instrumentos de financiamento aprovados por legislação específica da UE e que congregam, para além de programas europeus e internacionais, programas de cariz nacional, regional e local que declinam esses mesmos apoios para a realidade de cada Estado-membro.

No âmbito destes programas, ressalvam-se quatro programas de espectro nacional, atualmente em operação neste ciclo de financiamento que se prolonga até 2027 e que termina, na execução, em 2030: Integrado no ‘PORTUGAL 2030’, o programa ‘Compete 2030’, na área da ‘Economia e Tecnologia’, que sucede ao programa ‘Compete 2020’; o programa ‘Sustentável 2030’, na área da ‘Sustentabilidade e Ação Climática’, que sucede ao programa ‘PO SEUR 2020’; o programa ‘Pessoas 2030’, na área do ‘Capital Humano e da Formação’, que sucede ao programa ‘POCH 2020’; e, ainda no âmbito nacional, o programa ‘Fundo Ambiental’, na área do ‘Ambiente’, que dá continuidade ao período anterior (mantém a designação).



Dedicado à inovação e transição digital, o programa ‘Compete 2030’ tem uma dotação total de 3,9 mil milhões de euros financiados pelo FEDER e FSE+. Este programa dirige-se às regiões menos desenvolvidas do Continente e às Regiões Autónomas para apoiar a inovação e competitividade, a transição energética e as competências para a competitividade.

Assim, inclui, no âmbito do objetivo ‘Portugal + Competitivo’, intervenções na digitalização, na investigação e inovação, bem como no crescimento e competitividade das PME. No âmbito do objetivo ‘Portugal + Verde’, este programa irá apoiar as empresas em projetos de descarbonização/mitigação e de apoio à produção de energias renováveis, sendo que no objetivo ‘Portugal + Social’ apoiará a adaptação de trabalhadores e das empresas aos processos de mudança.



Dedicado à ação climática e sustentabilidade, este programa terá um envelope financeiro total de 3,1 mil milhões de euros financiados pelo FC e será de âmbito nacional para dar resposta aos desafios decorrentes da sustentabilidade e transição climática, com especial enfoque na descarbonização dos diversos setores da economia, constituindo um forte contributo para o cumprimento do objetivo nacional de alcançar a neutralidade carbónica em 2050.

As intervenções centram-se na transição energética (sobretudo via descarbonização/mitigação) e em ações que promovem a sustentabilidade dos recursos e a mobilidade urbana, contruindo para o objetivo ‘Portugal + Verde’, bem como investimentos no domínio dos transportes, designadamente da ferrovia e do setor marítimo-portuário, no âmbito do objetivo ‘Portugal + Conectado’.



Dedicado à demografia, às qualificações e à inclusão, este programa terá uma dotação de cerca de 5,7 mil milhões de euros financiada pelo FSE+ e dirige-se às regiões menos desenvolvidas do Continente, embora algumas das suas medidas possam abranger as regiões de Lisboa e do Algarve.

Tem intervenções nos domínios das políticas ativas de emprego, da educação e formação profissional e superior, do combate à privação material, da inclusão social e da igualdade de oportunidades, com intervenções que, em conjunto, também contribuem para enfrentar o desafio demográfico, dando cumprimento quase integral ao objetivo ‘Portugal + Social’.



O ‘Fundo Ambiental’ tem por finalidade apoiar políticas ambientais e de ação climática para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos

nacionais e internacionais, designadamente os relativos às alterações climáticas, às energias de fontes renováveis e à eficiência energética, aos recursos hídricos, aos resíduos, à conservação da natureza e biodiversidade, ao bem-estar dos animais de companhia, à floresta e gestão florestal, ao ordenamento e gestão da paisagem (figura 60).



Figura 60 – Os 17 ODS: Objetivos de desenvolvimento sustentável (ONU, 2015)

No âmbito das ações de carácter regional, e por Almada ser um Município da AML, o seu enquadramento programático a nível regional, em termos de potenciais financiamentos, é potencialmente enquadrável no programa ‘Lisboa 2030 – Programa Regional de Lisboa’:



Este programa, integrado no ciclo de programação da Política de Coesão 2021-2027, tem um total de 381 milhões de euros financiados pelo FEDER e FSE+.

Está especialmente focado nas políticas territoriais, as quais estão reforçadas pelo processo de descentralização em curso no continente e contribui para a generalidade dos objetivos estratégicos, em particular para os objetivos ‘Portugal + Próximo’, ‘Portugal + Verde’ e ‘Portugal + Competitivo’.

Pretende-se com este programa regional de financiamento, por um lado, fortalecer a competitividade económica regional suportada no conhecimento e na inovação, assim como promover a transição ecológica e a resiliência climática. O aceleramento da descarbonização é atingido promovendo a mobilidade urbana sustentável. Na prioridade demografia e inclusão, o objetivo é promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades, sendo que na prioridade desenvolvimento urbano pretende-se promover a mudança transformadora e a cidade de proximidade.

Tendo em conta as potenciais fontes de financiamento, quer de índole sectorial quer complementar, e em função daquilo que foram os cinco (5) eixos prioritários de intervenção municipal propostos anteriormente em termos de orientações estratégicas para o fomento da atividade produtiva em solo rústico no concelho de Almada, bem como outros cinco (5) principais constrangimentos e barreiras funcionais observados em termos de diagnóstico prospetivo à valorização dos recursos endógenos do território e com foco na proximidade, apresenta-se de seguida um potencial cruzamento destas duas dimensões, considerando, naturalmente, que sendo este um documento de orientação preliminar e não operativo, a sua leitura deverá ser sempre tida como de enquadramento prévio e não de ação direta face às oportunidades de investimento que se possam vir a considerar na fase de seguimento mais profundo deste trabalho pela CM ALMADA (figura 61).

Domínios Propositivos de Investimento Eixos Prioritários de Intervenção Municipal (5) + Constrangimentos Funcionais (4)	PORTUGAL 2030 (Compete 2030, Sustentável 2030, Pessoas 2030)	PEPAC	Fundo Ambiental	Lisboa 2030	Privados	Município
Apoio técnico às práticas sustentáveis e aos produtos e serviços locais						
Reforço da disponibilidade de terrenos						
Interlocação com entidades sectoriais						
Marca territorial para os produtos e serviços						
Dinamização de oportunidades de financiamento						
Armazenamento, processamento e cadeia de frio						
Recursos hídricos						
Caminhos e acessos rurais						
Associativismo						
Qualificação e capacitação profissional						

Figura 61 – Potenciais fontes de financiamento de suporte à implementação do fomento da atividade produtiva na EEM

Definida a proposta do modelo de atuação municipal e consequentemente a forma e os instrumentos de governança interna da relação futura entre o Município e os agente económicos atuais e potenciais envolvidos no fomento agrícola da EEM, poder-se-á, com base nos pontos focais a estruturar e reconhecer na CM ALMADA, vir a delinear agora um plano de ação – para um conjunto de ações prioritárias - a levar a efeito em articulação entre a Autarquia, os produtores e comerciantes interessados (para além de demais entidades públicas e privadas que se possam vir a constituir como *stakeholders* deste processo), visando a preparação e apresentação de eventuais candidaturas a financiamento público e/ou privado, devidamente articuladas no seu propósito estratégico de valorização territorial, económica, social e ambiental do concelho.

5.4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente estudo remete para uma síntese de principais conclusões e recomendações que decorrem do processo analítico e propositivo desenvolvido, participado quer internamente pelos responsáveis e técnicos da autarquia que nele colaboraram, quer externamente pelos agentes económicos que no terreno trabalham quotidianamente nas atividades produtivas e comerciais e que para o efeito foram auscultados e visitados.

- Existe, objetivamente, um potencial edafoclimático, infraestrutural, social, ambiental e cultural - de notoriedade histórico-patrimonial e de procura de mercado -, que permite apostar, no quadro da política pública municipal, no incremento da produção e valorização dos produtos e serviços ligados à agricultura, ao agroalimentar e à ecologia patentes no concelho.
- A CM ALMADA tem em marcha um processo de suporte a esta dinâmica territorial que tem todas as condições de crescer e afirmar-se, a partir do APTCM, como um ativo estratégico e operacional indiscutível de e para todo o concelho. A proposta de estender a abordagem iniciada na Costa de Caparica a outros três polos – Caramujo (PAC), Charneca (EPC) e Monte da Caparica (APMC) - é a visão que consubstancia esta pretensão e que permitirá dotar Almada de uma rede valorizadora da sua EEM.

- A aprovação da proposta de uma nova EEM em sede de revisão do PDM (em curso) e a criação de orientações e regulamentos específicos que poderão decorrer desta abordagem estratégica aqui espelhada, permitirão consolidar o facto, no domínio do ordenamento e da gestão territorial, de que o solo rústico não é, e nunca poderá ser, considerado apenas como ‘solo expectante’ daquilo que um dia poderá vir a ser um processo de expansão do solo urbano, mas antes parte integrante – viva, valorizada e valorizadora - de todo o solo concelhio, com funções específicas e essenciais à defesa de um modelo de desenvolvimento territorial concelhio equilibrado e sustentável, com qualidade de vida e bem-estar para os almadenses e para aqueles que aqui trabalham ou visitam Almada.
- A dinamização das atividades produtivas e comerciais de proximidade, preferencialmente através da promoção de circuitos de distribuição agroalimentar mais curtos (diretos ou indiretos), exigem apoio e assistência técnica regulares aos agentes económicos instalados no território, o qual a autarquia poderá, e deverá, mediar e estimular; a assunção de uma rede local de Mercados Municipais dirigida ao escoamento e valorização dos produtos locais e a aposta no reforço da atratividade de um comércio local independente de qualidade e preparado são condições-chave para a (tentativa) de maior afirmação de todo este potencial endógeno associado a Almada, naquilo que é a sua população, as suas comunidades locais, as suas empresas e demais entidades públicas e privadas que se posiciona(re)m num contacto de maior proximidade com o território.
- Por fim, o investimento, e o financiamento consequente do mesmo – seja por fundos próprios públicos e/ou privados, seja por via de programas disponíveis a nível regional ou nacional –, são determinantes fulcrais para se poder vir depois a incrementar o primeiro passo estruturado e estruturante dado com a implementação do APTCM; o alargamento do fomento agrícola a outras áreas do concelho, nomeadamente na esfera da EEM como aqui se aborda, exigirá, sempre, capacidade de investimento municipal para tal, investimento este que terá de ser não só de cariz material (corpóreo) mas também, e em particular, de índole imaterial (incorpóreo), em que a vontade política e institucional dos responsáveis e técnicos do Município será a alavanca decisiva para um processo posterior de ‘contaminação positiva’ que se vá alargando, gradual e consolidadamente, a todo o território de solo rústico no concelho de Almada.

6. BIBLIOGRAFIA

Cancela d'Abreu, A. - 'Análise e Diagnose da Paisagem', Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico da Universidade de Évora, 1983.

Cancela d'Abreu, A., Alexandre, C., Pinto, T., Oliveira, R. - 'Contributos para a Identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental' (vol. IV), Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), 2004.

Santos, J. - 'Agricultura e Biodiversidade: uma Diversidade de Temas'. Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, 2017.

Silva, S. - 'As Quintas da "Outra Banda": de um Passado Rural a um Futuro Cultural' (vol. I), Universidade de Évora, 2018.

Valadares e Silva, F. - 'Ruralidade em Almada e Seixal nos Séculos XVIII e XIX - Imagem, Paisagem e Memória', Universidade Aberta, 2008.

Tarrafa, L. e Pinto, L. - 'Regras da Condicionalidade', CNA – Confederação Nacional da Agricultura, 2019.

Tavares, T. e Fonseca, P. - 'Manual de Boas Práticas para a Implementação do Programa de Ação em Zonas Vulneráveis de Portugal Continental', Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), 2021.



PATER

Mais
Território

CMA

CÂMARA
MUNICIPAL
DE ALMADA